



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

JÚLIA MACHADO RIBEIRO

**O EMPREENDEDORISMO MATERNO E A MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS
PATRIARCAIS: NOVO DISCURSO, VELHAS PROPOSTAS**

Salvador (BR)
2021

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

R484 Ribeiro, Júlia Machado

O empreendedorismo materno e a manutenção das estruturas patriarcais: novo discurso, velhas propostas / Júlia Machado Ribeiro . – Salvador, 2020. 183 f.

Orientadora: Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Crise Estrutural 2. Empreendedorismo 3. Desemprego 4. Emancipação 5. Trabalho Abstrato I. Silva, Antonio Carlos da – Orientador II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 658-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

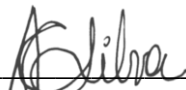
Júlia Machado Ribeiro

“O empreendedorismo materno e a manutenção das estruturas patriarcais: novo discurso, velhas propostas”.


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 16 de Junho de 2021.


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antônio Carlos da Silva - UCSAL (orientador)



Profa. Dra. Daniela Carvalho Portugal - UFBA



Profa. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges - UCSAL

JÚLIA MACHADO RIBEIRO

O EMPREENDEDORISMO MATERNO E A MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS
PATRIARCAIS: NOVO DISCURSO, VELHAS PROPOSTAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC / UCSal), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos da Silva

Comissão Julgadora

Professor Doutor Antonio Carlos da Silva (Orientador)
Doutorado pela Universidade de Leon (UNILEON)
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Professora Doutora Daniela Carvalho Portugal
Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Doutora Ângela Maria Carvalho Borges
Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Salvador (BR)
2021

Sem os nossos feitos, esses mares seriam inavegáveis e essas terras férteis, um deserto. Demos, à luz, criamos, banhamos e ensinamos, talvez até a idade de seis ou sete anos, um bilhão e seiscentos e vinte e três milhões de seres humanos que, de acordo com as estatísticas, existem neste momento, e isso, mesmo que tenhamos tido ajuda, leva tempo.

Virginia Woolf. *Um teto todo seu*. 2014.

A mulher que andou na linha o trem matou.
Novos Baianos. *Caía na estrada e Perigas Ver*, 1977.

RESUMO

Erigida na linha de pesquisa “Estado, Desenvolvimento e Desigualdades” do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania, esta dissertação é uma contribuição à reflexão sobre a convergência entre o discurso e a vivência do empreendedorismo materno como veículo para o alcance da emancipação feminina. Amplamente divulgado em redes sociais e sites, o empreendedorismo materno é relacionado ao empoderamento e emancipação das mulheres, contudo, é apresentado numa perspectiva mercadológica. A proposta é de tornar possível a execução das atividades produtivas e reprodutivas concomitantemente pelas mulheres mães. Após a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma maciça nos anos 1970, a presença feminina na disputa por postos laborais não trouxe emancipação. Elas continuam a receber salários menores, ainda são responsáveis (quase que exclusivamente) pelos cuidados com a família e com o lar, sem olvidar que ocupam menos cargos de chefia (esfera pública e privada). O desnude da realidade que circunda a proposição do empreendedorismo materno como “solução” à possibilidade de execução de ambas as atividades pelas mães torna-se imprescindível. Nos momentos em que a crise estrutural do capital se torna aguda, a incapacidade da sociedade produtora de mercadorias de integrar as pessoas com marcadores diversos daqueles existentes no ser considerado universal (homem, branco, ocidental do Norte global) evidencia a conformação social em bases excludentes. O empreendedorismo materno, ao propor a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo como forma paradoxal de inclusão feminina ao sistema de produção social de mercadorias, tenta encobrir as distorções do sistema ao não discutir a divisão sexual do trabalho e a incapacidade de absorção igualitária das pessoas no mercado de trabalho. Proceder à análise do momento atual da crise estrutural do capital, da realidade da mulher no mercado de trabalho, da formação histórica do papel feminino dentro da sociedade de mercado e do utilitarismo da subjugação da mulher para a implementação e continuidade do sistema produtor de mercadorias se mostra de suma importância. Conhecer as políticas públicas e legislação voltadas à proteção do trabalho da mulher indicam qual o papel do Estado nesta conjuntura. O objetivo, pois, deste estudo é verificar os efeitos da adoção do empreendedorismo materno como instrumento hábil ao alcance da emancipação feminina. A metodologia está pautada em vinculações qualitativas a partir de revisão bibliográfica, uso de dados quantitativos e entrevistas com mulheres que narraram suas experiências (aplicando o método bola de-neve).

Palavras-chave: Crise estrutural; Empreendedorismo; Desemprego; Trabalho Abstrato; Emancipação.

ABSTRACT

Erected in the research line "State, Development and Inequalities" of the Interdisciplinary Postgraduate Program in Social Policies and Citizenship, this dissertation is a contribution to the reflection on the convergence between the discourse and experience of maternal entrepreneurship as a vehicle for achieving female emancipation. Widely publicized on social networks and websites, maternal entrepreneurship is related to the empowerment and emancipation of women, however, it is presented in a marketing perspective. The proposal is to make possible the execution of productive and reproductive activities concurrently by women mothers. After the entry of women into the labor market in a massive way in the 1970s, the female presence in the dispute for job positions did not bring emancipation. They continue to receive lower salaries, are still responsible (almost exclusively) for caring for the family and the home, without forgetting that they occupy lesser positions of leadership (public and private spheres). Baring the reality that surrounds the proposition of maternal entrepreneurship as a "solution" to the possibility of carrying out both activities by mothers becomes essential. At times when the structural crisis of capital becomes acute, the incapacity of the commodity-producing society to integrate people with markers different from those existing in being considered universal (man, white, Western from the global North) shows the social conformation on exclusionary bases. Maternal entrepreneurship, by proposing the reconciliation of productive and reproductive work as a paradoxical form of female inclusion in the system of social production of goods, tries to cover up the distortions of the system by not discussing the sexual division of labor and the incapacity of equal absorption of people in the job market. To analyze the current moment of the structural crisis of capital, the reality of women in the labor market, the historical formation of the female role within the market society and the utilitarianism of the subjugation of women for the implementation and continuity of the commodity production system. shows of paramount importance. Knowing the public policies and legislation aimed at protecting women's work indicate the role of the State in this situation. Therefore, the objective of this study is to verify the effects of adopting maternal entrepreneurship as a skillful instrument to achieve female emancipation. The methodology is based on qualitative links based on literature review, use of quantitative data and interviews with women who narrated their experiences (applying the snowball method).

Keywords: Structural crisis; Entrepreneurship; Unemployment; Abstract Labor; Emancipation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Busca da Imagem “mãe empreendedora”	19
QUADRO 2 - Pesquisa REM (2016 a 2019).....	24
QUADRO 3 – Desemprego nos países do G7 – 1964 a 1973 e 1983 a 1992.....	41
QUADRO 4 - Crescimento do PIB real – a “desaceleração”.....	41
QUADRO 5 – População Brasileira, de acordo com a divisão do mercado de trabalho, 3º trimestre 2020.....	87
QUADRO 6: Taxa de desocupação de 2012 a 2020.....	88
QUADRO 7: Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um negócio.....	92
QUADRO 8: Tempo despendido no trabalho pago e no trabalho não pago pelas pessoas empregadas, por sexo	96
QUADRO 9: Média de horas trabalhadas e rendimento médio habitual da população de 25 a 49 anos ocupada, por sexo, segundo as ocupações selecionadas 2018, no Brasil.....	97
QUADRO 10: Rendimento médio.....	99
QUADRO 11: População com 18 a 24 anos de idade no ensino superior.....	102
QUADRO 12 – Mulher Multitarefa.....	104
QUADRO 13: Taxas (em %) e estimativas (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores.....	120
QUADRO 14: Taxa de empreendimentos iniciais x estabelecidos.....	121
QUADRO 15: Número de empregados por negócio.....	122
QUADRO 16: Horas trabalhadas por mulheres e homens em seus negócios.....	123
QUADRO 17: Horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo.....	124
QUADRO 18: Média de horas semanais trabalhadas com cuidados e afazeres doméstico.....	125
QUADRO 19: Usuários com acesso à internet.....	130
QUADRO 20: Atividades realizadas na internet.....	131
QUADRO 21: Distribuição dos domicílios chefiados por homens e mulheres por posição na ocupação do(a) chefe da família e sexo, 2019.....	133
QUADRO 22: Escolaridade das entrevistadas.....	136
QUADRO 23: Tempo do empreendimento.....	138

LISTA DE SIGLAS

APS - *Adult Population Survey* (Pesquisa com a População Adulta)
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
EPP – Empresa de Pequeno Porte
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEM - Global Entrepreneurship Monitor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRME – Instituto Rede Mulher Empreendedora
MEI – Micro Empreendedor Individual
ME – Microempresa
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REM – Rede Mulher Empreendedora
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZLC – Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	p. 11
Capítulo 1 – O capitalismo e a Mulher	p. 33
1.1 – Crise estrutural do capital, neoliberalismo e individualismo	p. 34
1.2 - Acumulação primitiva de capital, a subjugação da mulher e o “papel feminino”	p. 51
1.3 - Divisão do trabalho e reprodução social	p. 64
Capítulo 2 - Empreendedorismo materno: solução libertária ou paradoxo?	p. 70
2.1 Empreendedorismo feminino e o discurso do empreendedorismo materno no Brasil	p. 70
2.2 Empreendedorismo materno: resposta ao desemprego?	p. 93
Capítulo 3 – Empreendedorismo Materno e Emancipação – Um Estudo de Casos na Cidade de Salvador	p. 107
3.1 Emancipação ou libertação relativa?	p. 107
3.2 Estudo de Casos: Projeto econômico feminista em Salvador	p. 118
3.2.1 - Dados sobre empreendimentos iniciais x empreendimentos estabelecidos	p. 118
3.2.2 - Mães empreendedoras se emancipam? Estudo de casos na cidade de Salvador – BA	p. 127
Considerações Finais	p. 150
Referências	p. 158
Apêndices	p. 178
Apêndice 1 - Declaração de Compromisso Anti-Plágio	p. 178
Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	p. 179
Apêndice 3 – Questionário	p. 180
Anexos	p. 182
Anexo 1 – Mini Máquina de Costura Snoopy	p. 182
Anexo 2 – Conversa entre Mães (Maternativa)	p. 183

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo nasceu de um caminhar em busca de amadurecimento. Amadurecimento este não apenas acadêmico, estamos falando de observações, vivências, trocas e de pousar o olhar sobre as distorções e incongruências da vida.

Nesse caminhar, fui apresentada à uma noção que me causou estranhamento diante dos alicerces tão enraizados da noção de ciência e construção do saber científico: a epistemologia feminista. A partir desta concepção, conceitos como universalidade e objetividade para a construção do conhecimento racional precisam, necessariamente, ser questionados nos moldes em que são tradicionalmente apresentados. A produção do conhecimento, numa perspectiva convencional de ciência, é a apresentação de saberes reconhecidos como universais e a sua construção dar-se por meio de um sujeito não identificado.

O saber científico é consagradamente entendido como universal, imparcial, incorpóreo diante de uma capacidade de distanciamento que seria possível de ser alcançada pela/o produtora/or do conhecimento. A epistemologia feminista propõe a localização do sujeito que fala, o reconhecimento do lugar que este observa os fenômenos estudados. O conhecimento racional teria como resultado uma construção de saberes parciais, não universais (HARAWAY, 1995).

O sujeito produtor do conhecimento, segundo o entendimento tradicional, seria não marcado em contraposição aos sujeitos identificados que reivindicam uma construção do saber não reprodutor do discurso hegemônico. Falamos aqui de marcadores sociais como raça, gênero, nacionalidade, territorialidade e etnia entre outros que influenciam a visão da pessoa que observa. Vale salientar que a pessoa considerada não marcada, em verdade, possui marcadores específicos. Entretanto, seus identificadores sociais são desconsiderados e sua apreensão do objeto estudado é dita universal, como se a sua percepção não sofresse enviesamentos. Há nos sujeitos considerados universais uma falsa ideia de olhar imune aos seus marcadores uma vez que estes são considerados inexistentes nele. Oyěwùmí (2004), reflete acerca da produção do conhecimento hegemônico alicerçado numa perspectiva euro-americana, tendo como consequência a racialização e sexismo do saber:

Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de

conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana (OYĒWÙMÍ, 2004, p. 1)

O saber proveniente das pessoas consideradas marcadas seria, dentro da concepção tradicional, desprovido de objetividade.

A discussão proposta pela epistemologia feminista recai sobre o questionamento da construção de saberes científicos sem a corporificação do observador. A construção desse conhecimento é de um estudo que não comporta a identificação do autor, portanto, inviabiliza a sua responsabilização. A epistemologia feminista propõe saberes localizados:

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21)

A proposta, portanto, não é apenas de localização do sujeito que produz a ciência, é necessário a reconfiguração daquilo que se entende como objetividade. A objetividade, numa concepção feminista, ocorre por meio de saberes localizados e da transposição da mera identificação da/o autora/or, é necessário um posicionamento crítico. O conhecimento racional, portanto, é um saber parcial, não universal, que torna explícita de que perspectiva a/o observadora/or traz suas conclusões e não hierarquiza saberes. Destarte, a ciência elaborada por estudiosas/os consideradas/os pela visão tradicional como marcadas/os tem a mesma relevância científica.

A epistemologia feminista, portanto, conclama a imprescindibilidade da identificação inicial do local de onde a/o pesquisadora/pesquisador observar e analisa os fenômenos objeto de seu estudo. É, portanto, um saber corporificado, parcial e não universal, que tem por objetivo a produção de conhecimento que visa a redução dos vínculos de dominação que organiza as relações (HARAWAY, 1995).

A objetividade como é compreendida nos moldes tradicionais entrega uma ciência reducionista, uma vez que apresenta um discurso imposto como único parâmetro a basilar todas as traduções do fenômeno estudado.

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. (HARAWAY, 1995, p. 33).

Objetividade seria, assim, sinônimo de saberes localizados. O resultado é um saber responsável (passível de prestar contas), corporificado (toda visão é marcada por significados), gerando um conhecimento transformador (a produção científica traz explicações mais adequada a todas/os, que objetiva eliminar discurso de poder na ciência) e de avaliação crítica.

A finalidade de abarcar uma construção do saber científico sob o prisma da epistemologia feminista é a desconstrução de discursos únicos, da ideia de uma visão que considera o objeto estático apenas aguardando para ser analisado, desconsiderando que a maneira como este é apreendido e lido depende, necessariamente, dos marcadores da pessoa que observa:

Parâmetros mais caros ao conhecimento científico, como a racionalidade, a objetividade, a abstração e a universalidade estariam deformados por valorações androcêntricas e sexistas, em suma, depreciativas do sexo feminino (FERNANDEZ, 2018, p. 7).

Vislumbra-se a possibilidade de comunhão entre saberes diversos produzidos sob diferentes perspectivas, possibilitando leituras complementares sobre o mesmo objeto, evitando a subjugação de leituras. Para além de uma análise proveniente de estudiosas/os com marcadores diversos, imprescindível também a interdisciplinaridade nas pesquisas. O diálogo entre diversas visões transpassa necessariamente pelas pessoas observantes e pelos diversos ramos da ciência. A

leitura sob diversos prismas dos saberes científicos permiti-nos uma percepção mais rica e abrangente dos fenômenos em análise.

Inicialmente, esclareça-se que este trabalho adota como marco teórico a teoria crítica, uma vez que a proposta deste estudo é lançar um olhar que busca transpor a superficialidade de como o empreendedorismo materno é apresentado, do que seria emancipação e quais os seus pressupostos para efetivar-se. As relações de poder que engendram este fenômeno são objeto desta pesquisa e as possibilidades emancipatórias contidas neste discurso também serão analisadas. Sobre a teoria crítica, discorre Allen (2015):

A tarefa central do diagnóstico explicativo da teoria crítica é a análise das relações de poder em toda a sua profundidade e complexidade, pois são as relações de dominação e opressão que escravizam os seres humanos e bloqueiam a emancipação, gerando crises sociais e patologias (ALLEN, 2015, p. 116).

Portanto, em nome de um saber pautado nos alicerces acima expostos, em nome de uma honestidade científica, passo a me apresentar e a contar as razões que me levaram à escolha do tema em discussão neste trabalho: o empreendedorismo materno. Impende, neste momento, esclarecer em rasas linhas o que chamo de empreendedorismo materno: é o empreendedorismo realizado por mulheres após o advento da maternidade ou impulsionado por este evento na vida da mulher (DOURADO, 2016; SALGADO, 2018). Aprofundaremos esta conceituação no transcorrer deste trabalho.

Sou advogada e meu último trabalho na área jurídica foi presidindo as audiências de conciliação nos Juizados Especiais do Consumidor em Salvador. Após quase 4 anos prestando serviço ao Tribunal de Justiça da Bahia, afasto-me deste labor em razão do nascimento de minha filha. Embora o ingresso nos Juizados para esta função apenas pudesse ocorrer por meio de concurso público, tratava-se de uma contratação a termo. O fim da licença maternidade coincidiu com o encerramento do contrato firmado com o Tribunal.

Após o nascimento de minha filha eis que surge o dilema: retornar para o mercado de trabalho em busca de um emprego com jornada de 8 horas e deixá-la com poucos meses de vida com uma babá, creche ou cuidar pessoalmente dela. A possibilidade de terceirizar esses cuidados dilacerava minha alma, sentimento este compartilhado por diversas mães que exercem atividade laborativa fora do lar.

Resolvi (leia-se tive condições financeiras para tanto) ficar o primeiro ano de vida de minha filha sem trabalho externo. Para aquelas pessoas que, como eu, trabalham desde a adolescência, deixar de ter uma remuneração fruto de um labor é angustiante.

A importância do trabalho na sociedade de mercado ganha contornos edificantes da personalidade das pessoas conforme o sistema capitalista se consolida. Na modernidade, a atividade laborativa passa a ser considerado dignificante das pessoas e ter um trabalho remunerado significa obter reconhecimento social. Por outro lado, o trabalho não pago é considerado desprovido de importância uma vez que não estabelece uma contrapartida remuneratória direta.

O trabalho, inicialmente relacionado ao sofrimento, com a lógica protestante passa a ser visto como enaltecido do ser:

O conceito originariamente negativo de “trabalho”, como relação de sofrimento do ser humano no mundo, já reinterpretado na história do cristianismo como abandono metafisicamente fundamentado ao sofrimento, experimentara no protestantismo a sua positivação neste mundo” (KURZ, 2011, p. 9).

Portanto, existe um valor social de reconhecimento relacionado ao trabalho pago. Um exemplo da importância do labor na sociedade de mercado está na marginalização, na passagem do feudalismo para o capitalismo, dos “mendigos” e “vagabundos”. Eles foram perseguidos e, muitas vezes, submetidos a trabalho forçado:

Na Inglaterra, à medida que avançava o século XVI, o recebimento de assistência pública – mesmo pelas crianças e idosos – foi condicionado ao encarceramento de quem a recebia nas “casas de trabalho”, onde passaram a ser submetidos à experimentação de diferentes esquemas de trabalho” (FEDERICI, 2015 p. 155).

No Brasil, foi elaborada a legislação penal voltada à perseguição de pessoas que não se enquadravam nessa perspectiva de modulação do ser trabalhador. O Código Criminal do Império (1830) continha a previsão de prisão aos mendigos e vadios¹. Seguindo a mesma orientação, o Código Penal promulgado durante a

¹ Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

República, em 1890, também punia com prisão os vadios ou vagabundos e os que praticavam a mendicância. Esta legislação apresentava ainda uma tipificação claramente racista quando previa a punição de pessoas que praticavam a capoeira, atividade proveniente das culturas africanas². O direito penal é a *ultima ratio*, ou seja, quando alguma conduta é por ele tipificada significa que a sociedade elegeu esta como gravíssima, não sendo possível que a pacificação social ocorra pelos outros ramos do Direito (GRECO, 2011).

Durante a permanência da escravização da população negra no Brasil, as mulheres negras, escravizadas ou libertas, mantinham como uma das atividades laborativas o pequeno comércio de alimentos:

As relações escravistas nas ruas de Salvador do século XIX se caracterizavam pelo sistema de ganho. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano (SOARES, 1996, p. 1).

As ganhadeiras ou vendedeiras, como eram conhecidas, apresentavam desenvoltura na execução desta atividade, destreza que traziam da África onde muitas eram responsáveis pelo comércio e articulação da economia local. Aqui, elas mantinham o controle da venda de alguns produtos por meio de um sistema de especulação e atravessamento. Este poder e certa liberdade de atuação das mulheres negras preocupava as autoridades que criaram diversas normas na tentativa de contê-las:

Nas Leis de orçamento provincial encontramos a evolução das taxas pagas por "licença a africanos livres ou libertos de ambos os sexos para poderem mercadejar": a taxa de 10 mil réis é estabelecida em 1848, aumentando para 20 mil em 1850 (*op. cit.*, p. 66).

O poder público utilizava a fiscalização dos produtos e dos instrumentos de trabalho das vendedeiras para perseguir e marginalizar essas mulheres:

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando:

(...)

Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez.

² BRASIL, 1890.

As vendedeiras eram obrigadas a manter seus instrumentos de trabalho, particularmente pesos e medidas, de acordo com a regulamentação municipal. Quando os fiscais da Câmara constataavam irregularidades, as infratoras eram punidas com multa ou cadeia (*Ibid, loc. cit.*).

A opção por produzir institutos normativos como os apontados acima demonstra a importância que se é dada ao trabalho abstrato na sociedade capitalista e o quanto é considerado execrável a não conformação e subjugação das pessoas à esta lógica. Assim, estar excluída/o dessa dinâmica ou em não correspondência com o projeto de poder em vigor tem uma importância muito maior que apenas não estar recebendo remuneração.

Cumpra chamar atenção para o valor distinto que se é dado para um homem e uma mulher não exercentes de trabalho remunerado: desde que elas estejam trabalhando nos cuidados com o lar e com as crianças, haverá uma tolerância social maior. Esta diferença é explicada diante da construção dos papéis baseados no gênero e que estruturam a sociedade de mercado. Aprofundaremos esta reflexão adiante no Capítulo 1.

Voltemos um pouco a minha história. Durante a gravidez, lembrei-me de um desejo antigo adormecido que remota à infância: sempre quis aprender a costurar. Fui uma criança que gostava de construir seus próprios brinquedos. Criar, recolher matéria-prima, transformá-las, ver materializado o objeto imaginado fazia parte do prazer de brincar. Eu quis muito, durante essa fase, ganhar a Máquina de Costura do Snoopy³. Não a tive na infância e a vontade de aprender a costurar ficou esquecida. Durante a gravidez lembrei-me desse desejo antigo, ganhei uma máquina de costura e comecei a “brincar”.

Quando minha filha completou seis meses, comecei a fazer brinquedos de tecido para ela. Nos aniversários de filhas/os de amigas/os, comecei a produzir os brinquedos para dar de presente. As/os amigas/os gostaram, começaram a encomendar. Passei a criar outros produtos, a divulgar nas redes sociais, surgiram convites para participar de feiras, uma loja ofereceu uma parceria e um mundo até então desconhecido abriu-se para mim: o empreendedorismo materno.

Iniciei um contato com esse universo de mulheres que compartilhavam as mesmas dificuldades para tentar sobreviver a uma realidade: possuir vida

³ A Mini Máquina de Costura Snoopy foi um brinquedo lançado nos anos 1980 pela Estrela (Manufatura de Brinquedos Estrela S.A.). Era uma máquina de costura de brinquedo, no entanto costurava de verdade (Ver Anexo 1).

profissional e maternidade ativa e presente. Dilema comum entre essas mulheres era ter que escolher entre uma vida profissional fora de casa e cuidar diretamente dos filhos. A “solução” seria o empreendedorismo materno.

Uma das promessas do empreendedorismo materno é possibilitar a execução pelas mães de uma atividade remunerada concomitantemente com o exercício de uma maternidade mais presente durante o crescimento das crianças. Desta maneira, o discurso propagado é que, através do empreendedorismo materno, mulheres poderiam trabalhar percebendo remuneração sem renunciar à maternidade exercida de forma direta. Sem as amarras de um ambiente laborativo formal com horários preestabelecidos, sem uma chefia conduzindo as tarefas, a mulher poderia organizar melhor seu tempo para estar mais presente na vida familiar.

Existem diversos sites, grupos no Facebook⁴, perfis no Instagram que tratam do tema, divulgam o discurso do empreendedorismo como “solução” ao dilema mencionado anteriormente. Podem ser encontrados para compra ou disponibilizados de forma gratuita cursos, auxílio e orientação para mulheres iniciarem seus negócios após o nascimento de suas/seus filhas/os⁵. Numa pesquisa rápida nos meios

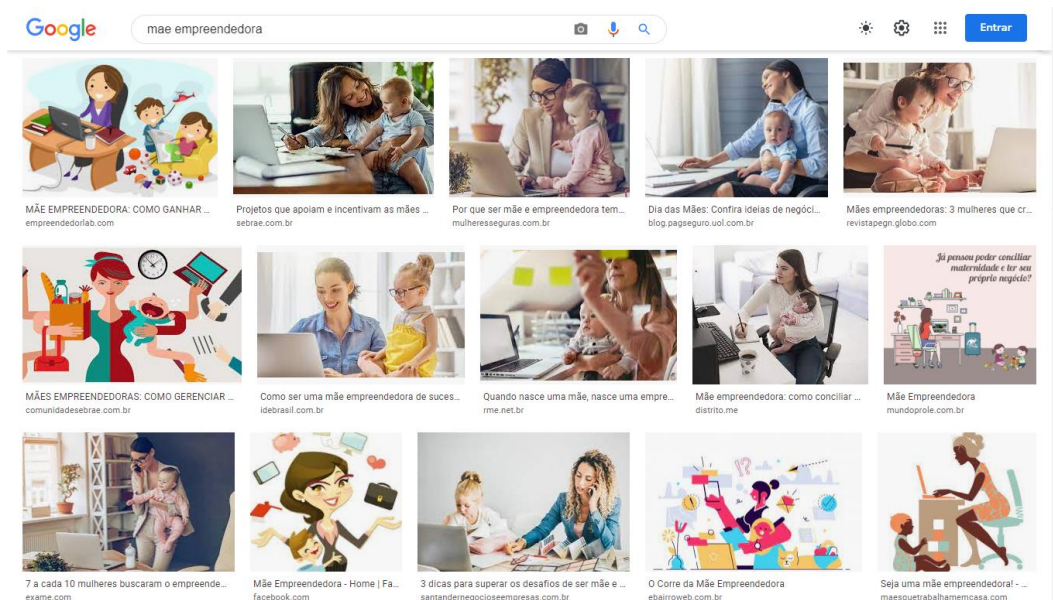
⁴ Páginas e grupos pesquisados no Facebook:

- Maternativa: 27,5 mil membros (grupo privado)
https://www.facebook.com/groups/1459537344361544/?ref=pages_group_cta
- Empreendedorismo materno: 2,8 mil seguidoras/es (página)
<https://www.facebook.com/empreendedorismomaterno/>
- Empreendedorismo materno: 2,1 mil membros (grupo privado)
<https://www.facebook.com/groups/empreendedorismomaterno/>
- Mães empreendedoras: 4,2 mil membros (grupo privado)
<https://www.facebook.com/groups/326349774172616>
- Mães empreendedoras: 3,2 mil seguidoras/es (blog)
<https://www.facebook.com/FanpageMaesEmpreendedoras>
- Mães empreendedoras: 6,4 mil membros (grupo privado)
<https://www.facebook.com/groups/maesempreendedoras/>
- Mães empreendedoras – dicas para trabalhar em casa: 2,8 mil membros (grupo público)
<https://www.facebook.com/groups/1520238818030039/about>
- Rede Mulher Empreendedora: 315,4 mil seguidoras/es (voltado para mulheres, não apenas para mães)
https://www.facebook.com/RedeMulherEmpreendedora/?ref=page_internal
Grupo privado: 97,2 mil membros
<https://www.facebook.com/groups/mulheresempreendedoras/>
- Mãe Super Empreendedora – Ideia De Negócios Para Trabalhar Em Casa: 4.578 seguidoras/es (blog)
https://www.facebook.com/maesuperempreendedora/about/?ref=page_internal
- Mães Empreendedoras: 15,6 mil seguidoras/es (página)
https://www.facebook.com/maesempreendedoras/about/?ref=page_internal
- Compre de uma MÃE PRETA 1,3 mil membros (grupo privado)
<https://www.facebook.com/groups/compredeumamaepreta>

⁵ Outros exemplos de sites e redes sociais que tratam do empreendedorismo materno disponibilizando cursos/mentorias:

supramencionados é fácil identificar a imagem relacionada ao perfil das mães empreendedoras. Normalmente, são mulheres brancas, jovens e de classe média:

QUADRO 1 – Busca da Imagem “mãe empreendedora”



Fonte: GOOGLE. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=mae+empreendedora&rlz=1C11SCS_pt-PTBR964BR964&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjx7s7hkaTyAhXcppUCHYieDLYQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=657>. Acesso em 10 jun. 2021

O empreendedorismo materno é apresentado como a possibilidade de unir a mãe e a profissional. Enquanto cuidam diretamente dos filhos, exercendo uma maternidade ativa, mulheres exerceriam atividades remuneradas e teriam mais tempo livre para se dedicarem a ambas as funções. Por meio do empreendedorismo materno, divulgam os meios propagadores desse discurso, as mães alcançariam um empoderamento e, por conseguinte, emancipação. Esta é a promessa, cabe, no

Empreender Materno: “Esta é a nossa proposta e nossa missão: mostrar caminhos para que mães que possuem seus próprios negócios possam melhorar seu desempenho, serem mais produtivas e tirem o máximo proveito de ferramentas de marketing digital, conciliando assim, da melhor forma forma, carreira e maternidade. Fazerem networking, amizade e claro, parte de uma grande rede”. <http://empreendermaterno.com.br/aulas-gratuitas/>

Coralinas Empreendedorismo materno: “Somos mães que empreendem, amam o que fazem e amam suas crias”, site: <http://coralinas.com.br/>, Instagram: <https://www.instagram.com/coralinasbahia/>

Movinggils: “Empreendedorismo feminino. Uma comunidade e plataforma para mulheres que constroem suas próprias histórias por @camilavidal”, site: <https://links.movinggirls.com.br/>, Instagram: <https://www.instagram.com/movinggirls/>

Estes são apenas alguns de um amplo universo de serviços ofertados e/ou vendidos por meio das redes sociais para o auxílio de mulheres e mães empreendedoras.

entanto, verificar que emancipação seria esta. O conceito de emancipação apresentado mostra-se restrito e conforme o fetiche da mercadoria, posto que relaciona as bases emancipatórias femininas apenas à independência financeira. Não há o questionamento das estruturas sexistas da sociedade de mercado no atual campo histórico da modernidade que mantém as mulheres em condição de desigualdade, mesmo após alcançada sua independência financeira.

Por um lado, o capitalismo não podia renunciar aos momentos da reprodução dissociados e escondidos, porque não absorvidos no “trabalho abstracto”, que continuaram a ser determinados e desvalorizados como femininos, na medida em que ficavam fora do movimento de acumulação. Por outro lado, justamente por isso, essa desvalorização estrutural do feminino prosseguiu no processo histórico de integração das mulheres na reprodução da “riqueza abstracta”, podendo-se comprovar empiricamente a todos os níveis; desde as remunerações eternamente piores, passando pela canalização para as menosprezadas “profissões femininas”, até à ininterrupta predominância masculina nos cargos de chefia e mesmo nos grandes patrimónios monetários da propriedade burguesa (KURZ, 2011, p. 8).

Portanto, a emancipação que se almeja alcançar por meio do empreendedorismo materno é uma emancipação relativa visto que as mulheres permanecem como responsáveis pelos cuidados com a família mantendo a divisão do trabalho baseada no gênero e perpetuando a errônea identificação de emancipação com percepção de dinheiro.

A imagem acima destacada aponta, ao menos visualmente, que a proposta de emancipação feminina alcançável por meio do empreendedorismo materno estaria limitada a um grupo específico de mulheres. É latente a questão racial e de classe quando são apresentadas nas imagens apenas mulheres brancas de uma determinada classe social. Estabelecer um projeto que se anuncia emancipatório utilizando um perfil considerado universal de mulher sem ter em conta a heterogeneidade do grupo e dos outros marcadores que atravessam a vivência de diferentes mulheres é perseguir um projeto que perpetua exclusões.

Este foi o erro cometido pelo movimento feminista hegemônico dos anos 1970 quando restringiam sua luta ao acesso igualitário entre homens e mulheres ao mercado de trabalho (hooks⁶, 2018). As bases sexistas que fundam a sociedade

⁶ Embora as normas da ABNT indiquem outra forma de referenciar o nome das/os autoras/es, aqui será respeitada a maneira como esta intelectual decidiu apresentar-se em seus escritos. “Para ela,

capitalista não foram modificadas, portanto, a entrada maciça da mulher nos postos de trabalho não alterou o tratamento distinto dispensado a elas, vide a sobrecarga de trabalho ao acumular as funções produtivas e reprodutivas, além da diferença salarial que perdura até hoje⁷ (PNAD, 2018). A perspectiva é de criar riquezas, não há o projeto de rompimento das estruturas de dominação. As mulheres estão trabalhando fora de casa em tempo integral há décadas e continuam responsáveis quase que exclusivamente pela reprodução social (FEDERICI, 2019). As mulheres negras sempre trabalharam acumulando as funções produtivas e reprodutivas (DAVIS, 2017). Estabelecer o diálogo entre as obras de Silvia Federici e Roswitha Scholz possibilitará a compreensão da função fundamental da mulher dentro da sociedade de mercado e o quanto a sua subjugação é imprescindível para a manutenção do sistema, assim como o racismo, posto que são condições estruturantes desta sociedade. Angela Davis e bell hooks serão imprescindíveis para a discussão sobre a localização da mulher negra dentro da dinâmica capitalista. Saídas reformistas para as questões femininas em busca de condições iguais não trazem emancipação se não propuserem o rompimento da lógica de dominação capitalista. Numa sociedade do valor, onde a finalidade precípua é o acúmulo de dinheiro, compreender a mulher e tudo a ela relacionado como dissociado de valor “explica” e “justifica” a sua exploração e subjugação. O contributo de Scholz aqui é fundamental.

O discurso difundido pelo SEBRAE e pelos diversos sites, blogs e páginas em redes sociais é de enaltecimento do papel de mãe, não questionando a responsabilidade quase exclusiva dela pelos cuidados com as crianças, empurrando-a para o empreendedorismo materno fazendo-as acreditar que deixar uma carreira e encontrar sua veia artística ou o desenvolvimento em atividades reconhecidas primordialmente como femininas (portanto, desvalorizadas) seria um encontro com sua essência e lhe traria empoderamento. A título de exemplo, transcrevo a auto descrição feita por mulheres que abraçaram o empreendedorismo materno:

nada tem mais importância do que as ideias e o conhecimento: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Por isso, bell hooks escreve seu nome desta forma: somente com letras minúsculas” (PORTAL GELEDÉS, 2019).

⁷ “As mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. Mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país” (PNAD, 2018).

Turismóloga, jornalista especialista em Jornalismo Científico. Adoro artes e decoração criativa. Tenho uma empresa de personalizações, papelaria e lembrancinhas [...]; Bióloga, Mestre em Ecologia. Busco maneiras de trabalhar em casa para me dedicar o máximo possível à minha filha. Trabalho com artesanato, com organização de festas ecológicas e na culinária [...]; Relações Públicas, professora de Yoga e Reikiana. Também poeta, a maternidade aflorou meu gosto pela escrita e conto sobre as minhas descobertas com a chegada da minha filha no blog [...] (VITORIANO, 2015).

A mesma possibilidade não é aberta para os homens. Eles não teriam uma veia artística que poderia ser aflorada com o nascimento das/os filhas/os e que justificaria a saída de seus empregos formais? Não encontramos, por exemplo, a expressão “empreendedorismo paterno”, fato que indica a utilização do empreendedorismo como mecanismo para a manutenção da distribuição do trabalho reprodutivo pautado no gênero. A explicação para esta associação da mulher aos cuidados é histórica e associada a uma condição que seria biológica, portanto, inerente ao ser feminino. Contudo, a construção do papel de mãe foi socialmente edificada. Ser mãe como destino maior de uma mulher e profundamente desejado por ela é uma construção cultural recente. A crítica que este trabalho se propõe não recai sobre às mães que optam por esse caminho. Até porque fui uma delas. A minha inquietação é se trata-se de uma opção. E para não levantar mais questionamentos, a ideia é vendida como empoderamento, afinal a proposta é direcionada a mulheres da contemporaneidade. Fala-se em feminismo, empoderamento, emancipação alcançáveis por meio do empreendedorismo materno na tentativa de se aproximar da luta feminista dos últimos anos.

O discurso do empreendedorismo materno é facilmente disseminado nas redes sociais. Foi por meio destas que pude ter acesso a vários conteúdos que tratam do tema. Passei a participar de grupos e a seguir páginas no Facebook e perfis no Instagram que tratavam deste ramo do empreendedorismo. Ao pensar em pesquisar o tema, comecei por estes caminhos virtuais. Iniciei, assim, a explorar o possível campo a ser pesquisado no Facebook por grupos que tratam do empreendedorismo materno. Na busca usei as seguintes expressões: “empreendedorismo materno”, “mães empreendedoras”, “empreendedorismo e maternidade”, “empreendedoras negras”, “empreendedorismo materno Bahia”, “empreendedorismo materno Salvador”. Encontrei os grupos abaixo:

- Empreendedorismo materno (grupo privado): 2.1 mil membros

- Mães empreendedoras (grupo privado): 2,6 mil membros
- Mães Empreendedoras #Oficial (grupo privado): 3,5 mil membros
- Mães empreendedoras - Dicas para trabalhar em casa (grupo público): 2,7 mil
- Mães empreendedoras (grupo privado): 4,1 mil membros
- Mães empreendedoras (grupo privado): 6,4 mil membros
- Mães empreendedoras (grupo privado): 6,7 mil membros
- Mães e mulheres empreendedoras (grupo público): 6,7 mil membros
- Maternativa (grupo privado): 27,5 mil membros
- Compre de uma MÃE PRETA (grupo privado): 1,3 mil membros
- Rede Mulher empreendedora (grupo privado): 97,2 mil membros
- Mulheres empreendedoras (grupo público): 54 mil membros
- Mulheres Empreendedoras Unidas à Prova de CRISES: 73,2 mil membros

Iniciei analisando apenas os grupos com mais de 2.000 membros, com exceção apenas de um deles. São grupos em sua maioria fechados e o ingresso das participantes depende de aprovação. Já participava do grupo Maternativa, os outros solicitei a inclusão. Os três últimos grupos não têm como temática o empreendedorismo materno, eles são voltados para mulheres empreendedoras. O grupo Compre de uma MÃE PRETA, embora conte com menos de 2.000 membros, foi listado diante da temática voltada para mulheres empreendedoras negras que são mães.

O grupo Rede Mulher Empreendedora possui a seguinte descrição em site próprio: “O Grupo é uma rede de apoio, de conexões e trocas entre as empreendedoras e as mulheres que estão pensando em empreender. O grupo não tem o intuito de gerenciar compras e vendas de produtos e serviços. Seu objetivo é proporcionar a colaboração mútua por meio de perguntas, troca de ideias, dúvidas e soluções relacionados ao empreendedorismo”. Este grupo possui ligação com o site Rede Mulher Empreendedora (RME) e o Instituto Rede Mulher Empreendedora (IRME). O IRME faz uma pesquisa anual desde 2016 sobre o empreendedorismo feminino.

Por meio do site da RME tive acesso às pesquisas realizadas pelo IRME, possibilitando-me a produção do quadro comparativo abaixo:

Quadro 2: Pesquisa REM (2016 a 2019)

Ano	2016	2017	2018	2019
Número de Entrevistas	1376	800	2000	2554 (Mulheres 1930, Homens 624)
Idade média	38,7	Dados de 2016	39	*
Casadas	61%	*	59%	59%
Filhos	55%	*	53%	52%
Escolaridade Ensino Superior ou mais	79%		80%	69% (44% H)
Iniciam depois dos 30 anos	Não diz a idade, mas que foi após a maternidade 75%	*	*	Majoria
Negócio principal renda familiar	*	*	3 a cada 10	38%
Motivo para empreender	66% trabalhar com o que gosta e/ou para realizar um sonho (resposta com múltipla escolha)	14% do total conciliar trabalho e família 55% buscam qualidade de vida	Ter flexibilidade de horário, conciliar trabalho com a família, realizar um sonho e trabalhar com o que gosta ou por uma causa	Flexibilidade de horário e tempo para a família
Trabalham em casa	*	*	*	58% (73% tomam decisões sozinhas)
Formalização	*	Informal: 19% MEI: 35% ME 27% EPP 9%	Informal: 19%, MEI 32%, ME 23%	MEI 57% quando formalizados
Área	59% serviço	58% serviço	69% serviço	54% serviço
Tempo do negócio	42% até 3 anos	44% até 3 anos	*	61% até 3 anos
Faturamento	*	*	46% até 5000	50% até 2500

Controle financeiro	14% não faz 58% se adaptam a imprevistos	*	*	*
Funcionários	*	MEI - maioria sozinha	1/3 sozinhas 37% empregam só mulheres	60% não tem. Quando tem: 29% maioria mulher e 29% só mulher
Planejamento antes de iniciar	*	Maioria não	86% não	49% não (H 44%)
Misturam a conta da empresa com a pessoal	*	*	65%	41% (H 28%)
Iniciam sem capital	*	Maioria	37%	40%
Horas semanais dedicadas ao negócio	Mais de 45h: 37% Menos de 35h: 43%	7,5 horas por dia ao negócio em média (informais menos horas: 6h/dia)	4-6h 25%, 7-8h 27%, 9-10h 23%	Dedicam menos tempo ao negócio que os homens pois dividem o tempo com casa e filhas/os

*Não consta a pergunta na pesquisa deste ano.

Quadro comparativo de autoria própria, criado com os dados colhidos nas pesquisas RME que estão disponíveis no site: <https://rme.net.br/pesquisa/>. Acesso em 13 mai. 2020.

Como pode ser observado, as perguntas não se repetem necessariamente a cada ano de realização da pesquisa ou são feitas perguntas distintas com o mesmo tema, o que dificulta a comparação entre os dados obtidos ao longo dos 4 anos de análise.

A pesquisa foi patrocinada por diferentes empresas e entidades ao longo dos anos. Em 2016: Avon, Banco Itaú e Facebook; 2017: Sage, Avon e Facebook; 2018: Avon 2019: ganhaganha, OIT, União Europeia, ONU.

O grupo Maternativa é o maior grupo do Facebook com o propósito de discutir a agrupar mães empreendedoras, foi criado em 2015, é de abrangência nacional e composta, em sua esmagadora maioria, por mulheres mães empreendedoras. O grupo também está vinculado a um site próprio: <https://maternativa.com.br/>, que possui a seguinte apresentação: “Somos a primeira startup de impacto social do

Brasil que tem como propósito discutir e transformar a relação entre mães e trabalho”. Portanto, este seria o grupo apropriado para realização de uma pesquisa de campo de abrangência nacional.

Entretanto, na própria descrição do grupo da Maternativa no Facebook há uma ressalva quanto a possibilidade de realização de pesquisas através de seus membros. Apenas poderia ser realizada sem a obrigatoriedade de fornecimento de dados pessoais como e-mail ou telefone de membro do grupo que aceite participar, além de possuir motivação relacionada à temática do grupo. A ideia inicial foi aplicar um questionário às mulheres mães componentes do grupo para tentar conhecê-las e verificar, por meio de suas respostas, a convergência entre discurso e a realidade vivenciada no empreendedorismo materno.

Tentativas frustradas de contato com as administradoras do grupo Maternativa no Facebook para verificar a possibilidade de realização da pesquisa tendo-o como um possível campo fizeram-me pensar em alternativas para promover a investigação. A ausência de resposta aliada à impossibilidade de contato direto com as mulheres que responderiam ao questionário fizeram-me considerar outro caminho a ser percorrido para adentrar na vivência do empreendedorismo materno através do olhar das mulheres que dele participam.

A análise dos dados disponibilizados pelas pesquisas da REM associada aos resultados das pesquisas Global Entrepreneurship Monitor (GEM)⁸ possibilitam traçar um perfil nacional com o objetivo de determinar o ponto de saída para escolha das mães empreendedoras que serão entrevistadas em Salvador, Bahia. Este foi o caminho escolhido para adentrar na realidade das mães empreendedoras da região em destaque. As entrevistadas posteriores serão indicadas por estas primeiras respondentes, conforme a técnica de amostragem bola de neve⁹:

⁸ O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) foi criado em 1997, como uma iniciativa de pesquisa consorciada entre o Babson College e a London Business School com amplo apoio do Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership ligado à Fundação Ewing Marion Kauffman. O propósito central foi o de aproximar o que há de melhor nos meios acadêmicos e de pesquisa, na área do empreendedorismo no mundo, para investigar o intrincado e complexo relacionamento entre empreendedorismo e crescimento econômico. Desde a sua origem, o projeto foi concebido para transformar-se em um empreendimento multinacional de longo prazo. Na sua fase inicial, o projeto teve a participação de 10 países. O Relatório GEM 1999 relaciona os países do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) mais a Dinamarca, Finlândia e Israel. O GEM 2000 obteve a adesão de outros 11 países: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Coréia, Espanha, Índia, Irlanda, Noruega, Singapura e Suécia (GEM, 2000).

⁹ “Inicialmente, o pesquisador especifica as características que os membros da amostra deverão ter, depois identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas congruentes aos dados necessários, na sequência, apresenta a proposta do estudo e, após obter/registrar tais dados, solicita que o(s)

[...] a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo (VINUTO, 2014, p. 201).

Uma vez que a proposta desta incursão é apresentar uma pesquisa exploratória com a finalidade de aguçar o interesse das/os pesquisadoras/es seguintes que buscarão uma melhor compreensão do tema, a utilização deste método é indicado. Assim, diante das dificuldades mencionadas anteriormente e da escolha do trajeto a ser percorrido no campo que será investigado, optamos por reconhecer o perfil nacional de mães empreendedoras por meio do cruzamento dos dados disponibilizados pelas pesquisas RME (Quadro 2) e GEM, para determinar as características das futuras entrevistadas em Salvador. Cumpre salientar que não existem pesquisas quantitativas específicas sobre empreendedorismo materno de âmbito nacional, tampouco local. Como fora mantido contato com algumas empreendedoras maternas, a partir do conhecimento do perfil nacional, escolhemos as mulheres que indicaram as entrevistadas posteriores.

Desta feita, a técnica bola de neve mostrou-se a mais adequada para adentrar o campo pesquisado diante da imprecisão da quantidade de empreendedoras maternas, da complexidade e sensibilidade das questões a serem abordadas, viabilizando o acesso às mães empreendedoras em Salvador.

Importante também assinalar o caráter inovador da pesquisa em curso. O interesse pelo empreendedorismo materno para fins acadêmicos é recente. Existe pouca produção científica acerca do tema, bem como inexistem pesquisas informando dados quantitativos específicos, conforme mencionado anteriormente. Procedendo à busca do termo “empreendedorismo materno” na base de dados BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações apenas fora encontrado 1 trabalho (dissertação) e na base Scielo não fora encontrado nenhum¹⁰. Ao pesquisar as palavras “empreendedorismo” e “materno” conjuntamente, foram encontrados 5 dissertações e 1 tese no site da BDTD, entretanto, apenas uma delas trata especificamente do empreendedorismo materno. São trabalhos sobre

participante(s) da pesquisa indique(m) outra(s) pessoa(s) pertencente(s) à mesma população-alvo” (COSTA, 2018).

¹⁰ Pesquisa realizada em 25 de maio de 2021 no site da BNDT.

empreendedorismo feminino que tocam na questão da maternidade (4 dissertações e 1 tese), uma vez que mais de 50% das mulheres empreendedoras são mães (RME, 2019) esta questão seria certamente abordada. Esses trabalhos falam sobre empreendedorismo feminino, tratam, alguns deles, da influência da maternidade na atividade laborativa da mulher e como pode influenciar a decisão de empreender. Entretanto, estes estudos quando relacionam empreendedorismo e emancipação o fazem numa perspectiva econômica, restringindo o processo emancipatório da mulher à percepção de dinheiro. Quando realizada a busca na base de dados Scielo, foram encontrados 21 artigos quando cruzados o resultado das pesquisas contendo as palavras “empreendedorismo” e “feminino” com “empreendedorismo” e “mulher”, sendo que 8 deles relacionam empreendedorismo e maternidade¹¹. Portanto, evidente a importância do trabalho em andamento para fomentar a discussão acerca do tema.

Embora não existam pesquisas quantitativas especificamente sobre empreendedorismo materno, verificando os números apresentados em pesquisas sobre empreendedorismo e empreendedorismo feminino podemos extrair algumas conclusões sobre o empreendedorismo materno. A estimativa de mulheres empreendedoras em 2019 foi de 26 milhões, segundo a pesquisa GEM (2019). A pesquisa realizada pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora (IRME, 2019) informa que 52% das mulheres empreendedoras são mães. Portanto, temos um fenômeno relevante diante do número expressivo de mulheres que atuam nessa área e que não tem recebido a devida atenção e aprofundamento das discussões por parte de pesquisadoras/es, da população e do Estado.

Embora a motivação mencionada pelas mães para a escolha do ingresso no mundo do empreendedorismo seja para tentar equilibrar os diversos “papéis femininos” (pesquisa IRME, 2019), tema recorrente em rodas, encontros, sites, blogs e grupos de Facebook é a exaustão física e mental, improdutividade, dificuldade financeira, frustração pela não alavancada de seus pequenos negócios e pouco tempo de qualidade com as crianças. Transcrevo abaixo um diálogo travado no grupo do Facebook Maternativa a título de exemplo, uma vez que se trata de evento muito comum no cotidiano do grupo:

¹¹ Pesquisa realizada em 25 de maio de 2021.

Mãe 1: Olá, gostaria de saber como vcs conseguem conciliar trabalho e filhos? Pois estou com dificuldade em horários etc. Trabalho com artesanato em MDF.

Mãe 2: Não conseguimos! Mas, por necessidade, a gente trabalha com filho no colo, faz ligação enquanto dá banho ou atende um “termineeeeeei”, faz comida enquanto ajuda na lição, come quando eles estão no banheiro ou dormindo... tenho trabalhado muito de madrugada.

Mãe 3: É uma loucura kkk as vezes durante a noite depois que dormem ou bemmm cedinho antes de acordarem.

Mãe 4: Na verdade não consigo, alguma coisa fica negligenciada. O que funcionou aqui foi dividir o período com o pai, mas sei que não é possibilidade para muitas mulheres. Eu fico com meu filho de manhã, o pai fica a tarde, aí consigo...¹²

A sobrecarga de trabalho das mulheres é um dado que aparece, inclusive, na pesquisa GEM de 2016. Fora perguntado às mulheres participantes deste estudo quais as dificuldades que elas enfrentavam na condução de seus negócios. Os problemas mencionados foram a dificuldade de acesso a financiamento, preconceito no ambiente comercial e acúmulo de funções reprodutivas que dificultam a administração de ambas as tarefas. Na pesquisa GEM de 2019 foram apontadas as possíveis explicações para a existência de maioria masculina nos empreendimentos longevos embora houvesse uma equivalência numérica entre negócios iniciados por homens e mulheres. Um dos motivos seria o acúmulo de atividades com o lar e com os cuidados.

A aparente distância entre a promessa de emancipação atingível por meio do empreendedorismo e a sua vivência é o que norteia esta pesquisa. O discurso do empreendedorismo materno difunde a ideia de alcance da liberdade, da autonomia financeira e a possibilidade de execução de uma atividade laborativa remunerada concomitantemente com o trabalho com o lar e com o cuidado. Entretanto, perpetua a ideia de uma performatividade identificada como feminina, pois não questiona a divisão sexual do trabalho mantendo a mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo. Cristiane Gomes Souza analisa a discursividade do SEBRAE que reverbera esse atuar esperado das mulheres na atualidade:

[...] pelo SEBRAE, há a necessidade de desenvolver comportamentos de “mulher” de negócios de “vencedora”; entendê-

¹² *Prinst* desta conversa no Anexo 2.

los, aprendê-los e colocá-los em prática por meio da inserção no empreendedorismo, além de estimular outras mulheres para que façam o mesmo (SOUZA, 2020, p. 704).

O SEBRAE, por meio de seu discurso sobre o empreendedorismo feminino, elenca as características que seriam próprias das mulheres e de fundamental importância para que elas prosperem no empreendedorismo: a versatilidade, a capacidade de executar diversas funções ao mesmo tempo, sensibilidade, flexibilidade e ser detalhista.

O discurso, fortemente influenciado pelo individualismo, coloca sobre a mulher mãe empreendedora toda a responsabilidade do sucesso do seu empreendimento e mantém os cuidados com a família em mãos femininas. A retórica do empreendedorismo materno não enfrenta as questões relacionadas aos cuidados e o conseqüente acúmulo de funções consideradas femininas. Essa concentração das atividades é apontada pelas mulheres como um fator impeditivo do desenvolvimento de seus negócios. Portanto, a promessa do empreendedorismo materno restringe a ideia de emancipação à autonomia financeira sem propor uma alteração nos alicerces da sociedade de mercado.

O objetivo, pois, deste trabalho é analisar a possibilidade do alcance da emancipação feminina através do empreendedorismo materno. Destarte, imprescindível apontar os pressupostos emancipatórios dentro de uma perspectiva crítica, a fim de tecer as bases em que a emancipação feminina pode ocorrer. A quem interessa a propagação deste discurso? Quais as relações de poder envolvidas? As proposições críticas de Judith Butler sobre os “problemas de gênero” e os discursos dialéticos sobre o poder serão utilizados nesta incursão à crítica do atual campo histórico (Capítulo 2).

Importante verificar em que medida a ausência de políticas públicas que garantem a permanência de mães em seus postos de trabalho possibilita a difusão da promessa do empreendedorismo materno como possível solução para as mulheres continuarem a exercer atividade remunerada. Indispensável a análise da contribuição do Estado para a propagação do empreendedorismo materno por meio de ausência/ineficácia de políticas públicas neste sentido.

Desta maneira, a importância do presente estudo dá-se pela necessidade de verificar os efeitos da adoção do empreendedorismo materno como instrumento hábil ao alcance da emancipação feminina. Examinaremos a eficácia dessa solução

apresentada ao desemprego das mulheres sem a adoção de outras medidas que visem a proporcionar efeitos sociais de modificação das estruturas fixadoras da mulher em condição de desigualdade. Analisaremos ainda a possibilidade de emancipação feminina por meio do empreendedorismo materno dentro da lógica da sociedade de mercado.

O aprofundamento das questões acima mencionadas permitirá um desnude das relações sociais e de poder encobertas pela sedutora promessa de emancipação restringida à percepção de remuneração.

O presente trabalho conta com três capítulos. Inicialmente, discutiremos a relação existente entre uma performatividade construída e esperada para as mulheres dentro de uma lógica de mercado. Em seguida, analisaremos qual a estrutura do discurso do empreendedorismo diante do atual campo histórico da modernidade. Ao final, lançaremos o olhar sobre a possível relação existente entre empreendedorismo materno e emancipação. Para tanto, foram realizadas, entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, sete entrevistas semiestruturadas¹³, com mulheres mães e empreendedoras de Salvador-Bahia, a fim de verificar a possibilidade de alcance da emancipação dessas mulheres por meio do empreendedorismo materno. Destacamos o momento atual para justificar a forma de aplicação deste questionário. Este trabalho inicia-se em 2020, ano de disseminação do Covid-19 e Salvador-Bahia vive em quarentena desde então. Diante desta realidade, com o objetivo de manter resguardada a saúde das entrevistadas e entrevistadora, o questionário foi aplicado por meio virtual utilizando a plataforma *Google Forms* (Formulário Google).

Inicialmente, procederemos ao aprofundamento das bases teóricas aqui mencionadas por meio de uma revisão bibliográfica. Existe um performar esperado da mulher na sociedade de mercado e o empreendedorismo materno se coaduna com essa perspectiva. O desenhar do caminhar histórico que resultou numa performatividade feminina atual se mostra de suma importância para a compreensão das condições contemporâneas que propiciam a difusão do discurso do empreendedorismo materno. As bases históricas lançadas por Silvia Federici em sua obra *O Calibã e a Bruxa* (2015) servirão de base-teórica para examinar a construção deste performar feminino intimamente ligado ao processo de acumulação primitiva de

¹³ Constam no Apêndice 2 o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Apêndice 3 o Questionário.

capital no período entre o feudalismo e o capitalismo, traçando uma comunicação com a teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz. Numa perspectiva interseccional, não olvidaremos de tecer o diálogo com as obras de Ângela Davis e bell hooks para entender a vertente elitista e racial da opção do empreendedorismo materno como solução para as mulheres no atual campo histórico da modernidade.

O empreendedorismo tem sido apresentado como saída à não absorção da mão de obra de grupos marcados diante do esgotamento do processo de acumulação. Essas pessoas, em momentos de agudescimento da crise, veem a sua condição de excluídas do sistema mais explicitadas. Trata-se da exposição da precariedade vivenciada de forma inequívoca, entretanto amenizada pelo discurso que os responsabiliza pela sua situação (individualismo). Butler, Harvey e Kurz nos darão as chaves para ampliar a visão e compreender quais são os interesses e motivos da propagação deste discurso.

A pesquisa documental será de suma importância para análise de dados secundários, principalmente aqueles encontrados em estudos referentes ao trabalho feminino, no Brasil e no mundo, e sobre o empreendedorismo no Brasil. A interdisciplinaridade deste estudo, pois, se torna inequívoco. O entrelaçar das investigações econômica, histórica e social é perseguido aqui na tentativa da melhor compreensão do empreendedorismo materno.

Outro ponto a ser investigado diz respeito à proteção da mulher no mercado de trabalho por meio da legislação nacional e de existência/inexistência de políticas públicas, com a finalidade de entender a realidade na qual se propaga o empreendedorismo materno e as dinâmicas que permitem a sua difusão no Brasil.

No capítulo 3 apresentamos os dados colhidos através de entrevistas realizadas com mães empreendedoras de Salvador-BA, na tentativa de responder à questão central do presente estudo: o empreendedorismo materno é instrumento hábil ao alcance da emancipação feminina? Antes da apresentação e análise dos dados colhidos, discutiremos o conceito de emancipação.

A abordagem metodológica, diante de todo exposto neste trabalho, será dialética (teoria crítica). A opção por esta abordagem condiz com a proposta de construção do estudo crítico desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - O CAPITALISMO E A MULHER

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases históricas, econômicas e sociais que formularam uma performatividade prevista para as mulheres na sociedade de mercado no atual campo histórico da modernidade, além de sua relação com o atual estágio da crise estrutural do capital. Inicialmente, trazemos à colação os ensinamentos de Robert Kurz a fim de esclarecer o conceito de atual campo histórico da modernidade:

[...] considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a "valorização" ou a economicização abstrata do Mundo (KURZ, 1995, p. 191).

Objetivando a compreensão do “papel feminino” forjado, serão objeto de análise os acontecimentos históricos recentes na tentativa de explicar em que contexto se agudizou a crise estrutural do capital. Os reflexos daquilo que Kurz chama de “crise capitalista qualitativamente nova” (KURZ, 2011), posto que se trata apenas de um estágio da crise inerente ao sistema de mercadoria, determinam sobremaneira a configuração dos papéis esperados para cada indivíduo na dinâmica capitalista. Assim, serão apresentados acontecimentos mundiais, o surgimento de políticas e ideologias que moldaram um papel definido e esperado para as mulheres dentro da sociedade de mercado.

Adiante, analisaremos a participação da mulher no processo de acumulação, momento em que restará demonstrada a relação fundamental desta performatividade feminina exigida para tornar possível a acumulação primitiva de capital. Ao final, discutiremos sobre como estes dois acontecimentos (a performatividade forjada e a importância da mulher dentro do processo de acumulação primitiva) foram determinantes para a modulação da divisão sexual do trabalho e a identificação da reprodução social como de responsabilidade quase exclusiva das mulheres.

1.1 Crise estrutural do capital, neoliberalismo e individualismo

O capitalismo é um sistema que apresenta instabilidades recorrentes ao longo de sua história. A crise é única, são desdobramentos de suas contradições internas e que se tornam agudas em determinados momentos históricos. Desde o seu início até os dias atuais, o capital tenta contornar essas incongruências através de guerras, reconfigurações, invasões territoriais em busca de trabalhadoras/es escravizadas/os, de trabalhadoras/es mal remunerados e/ou de novos mercados, entretanto, sem solucioná-las. Expansão. Sempre expansão, mas da possibilidade de lucro. Em momentos nos quais a crise sistêmica do capitalismo se torna exasperada, observa-se um recrudescimento das instabilidades sociais, consequência de ajustes políticos e econômicos que visam ao bem desenvolver do capital em detrimento da população e sobre o seu sacrifício. Os planos de austeridades impostos pelo FMI nos anos 1980 aos países em desenvolvimento é exemplo claro desse retorno ao processo de acumulação primitiva. A reestruturação da economia mundial após a Crise do Petróleo nos anos 1970 é o ponto inicial da análise histórica que se segue na tentativa de entender o atual estágio da crise que eclodiu em 2008 com a questão das hipotecas *subprime* nos EUA.

A conjuntura mundial atual é de desemprego, endividamento dos países, com taxa composta de crescimento real a menos de 3% ao ano. Os economistas firmaram um consenso no sentido de identificar como uma economia saudável àquela que mantiver crescimento neste patamar, quando atingir 1% ao ano estará em recessão e entre estes extremos a economia é considerada lenta (CAVALCANTI; SILVA, 2015).

A taxa prevista do crescimento mundial para o ano de 2020 é 2,7% (IPEA 2019b). Precarização das relações de trabalho, retorno da fome, aumento do número de pessoas sem-teto mesmo em países desenvolvidos, do desemprego, do endividamento de pessoas e de países são elementos presentes na realidade atual no mundo¹⁴:

¹⁴ Notícias a respeito do panorama de instabilidade e recessão econômica atual:

- A falta de trabalho decente, combinada com o aumento do desemprego e a persistência de desigualdades, está tornando cada vez mais difícil para as pessoas construir uma vida melhor graças ao seu trabalho (OIT, 2020).
- No ano passado, quase 690 milhões de pessoas passaram fome, 10 milhões a mais que em 2018. Por isso, o mundo corre o risco de não atingir mais o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, número 2, sobre Fome Zero. (ONU, 2020)

Na atualidade, o que se observa é a eliminação de postos de trabalho, a redução de trabalho vivo e crescentes taxas de desemprego, que assume dimensão estrutural, ampliando o índice de trabalhadores supérfluos ao capital. Diferentemente do desemprego temporário e cíclico causado em períodos e conjunturas de crise do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho, ou como diz Pochmann (2001, p. 89), é um “[...] desajuste entre a mão de obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão de obra disponível no mercado de trabalho” (GUIRALDELLI, 2014, p. 102).

A atual conjuntura apresenta a produção pautada pelo avanço tecnológico - no qual o trabalho realizado pelo homem é substituído pelas máquinas -, e empresas empregadoras que contratam com salários cada vez mais baixos e com precarizadas relações entre trabalhador e empregador (COUTINHO; ALVES; SANTOS, 2020 p. 130).

Economistas defensores do livre mercado já recomendam uma reconfiguração da dinâmica econômica. O Financial Times, importante jornal sobre economia, publicou um editorial em 2019 indicando um “recomeço para o capitalismo” e que “o modelo capitalista que conhecemos está "sob pressão"¹⁵. A matéria veiculada menciona a necessidade de adequação do capitalismo ao momento atual de recessão e instabilidade social. Portanto, aponta a necessidade de reformas para a continuidade do sistema de mercadoria, mas sem alterações significantes. Não há uma sinalização dos motivos das suas incongruências, apenas são apresentadas proposta de adaptações sem mudanças estruturais. O momento é de colapso do sistema exposto a céu aberto.

Acontecimento importante que deve ser considerado para a compreensão da conjuntura atual e que tem reflexos, inclusive, na economia, é a existência da pandemia pelo Covid – 19, causada pelo coronavírus. Para além da tragédia de mais de um milhão de mortes espalhadas pelo mundo¹⁶, as expectativas na economia são de agravamento do estágio atual da crise do capital. O FMI faz uma

• Cresce número de sem-teto na Alemanha: Número de pessoas sem habitação permanente no país aumentou em quase 30 mil entre 2017 e 2018, segundo levantamento. Crescimento é ainda mais acentuado na parcela da população com origem estrangeira (G1, 2019).

• Nova York gasta 89 milhões de dólares para ‘exportar’ sem-teto para o resto dos EUA: Programa da prefeitura da maior cidade do país envia milhares de famílias a outras localidades (EL PAÍS, 2019)

¹⁵ BBC, 2019.

¹⁶ Globalmente, a partir das 14h36 CEST de 1º de maio de 2021, houve 150.989.419 casos confirmados de COVID-19, incluindo 3.173.576 mortes, relatados à OMS. Em 29 de abril de 2021, um total de 1.011.457.859 doses de vacina foram administradas (OMS, 2021).

estimativa que prevê a retração da economia maior que a experimentada como resultado de 2008, quando o sistema financeiro entrou em colapso. Ressalte-se, por oportuno, que se trata de um agravamento das condições econômicas precárias espalhadas pelo globo¹⁷:

Os primeiros dados do período pós-Covid-19 já mostram que o impacto foi grande: os índices de gerentes de compras (PMIs na sigla em inglês) desabaram, afetando principalmente os serviços. A única exceção foi a China, onde o ciclo da pandemia já se encontra mais avançado e o índice se recuperou em março. Nos Estados Unidos, caíram fortemente produção industrial, vendas no varejo e indicadores da construção civil residencial. No mercado de trabalho, a perspectiva é de forte aumento do desemprego. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) são de que o produto interno bruto (PIB) mundial terá uma queda de 3,0% em 2020 – a maior retração desde a grande depressão dos anos 1930 –, mas que deve se recuperar e crescer 5,8% em 2021 (IPEA, 2020).

Portanto, diante destes sinais evidentes e incontestes do atual estágio da crise, que tende a ser extremamente agravado diante das consequências da proliferação do Covid-19 pelo mundo, faz-se necessário o desvendar de suas raízes, muito embora, frise-se, trata-se de um desnudar de um momento de sua crise inerente.

Sinais do atual estágio da crise já se mostravam presentes desde os anos 1960 com a economia capitalista sofrendo um processo de “estagflação” - “estagnação da produção de bens e alta inflação de preços” (HARVEY, 1993, p. 140), tendo como consequência o aumento do número de desempregados e da inflação. Contudo, este processo de não progressão da economia conseguiu manter-se sem um evento marcante que tornassem evidentes os limites do processo de acumulação de capital nessa conjuntura. Em 1973, o aumento do preço do barril de petróleo pelos países árabes produtores deflagrou a Crise do Petróleo, sendo este o evento que acelerou a implementação das mudanças na política econômica mundial já em andamento desde o final dos anos 1960.

A implantação do Estado da Previdência foi apresentada como saída para a manutenção do fluxo de capital após a Segunda Guerra mundial. No momento de sua implantação, portanto, o Estado da segurança social foi útil ao capital. A crise do petróleo em 1973 revelou a inutilidade do Estado do Bem-Estar Social para a acumulação do capital dentro deste novo panorama histórico.

¹⁷ BBC, 2020b.

Os conflitos bélicos mundiais, sendo a Segunda guerra um desdobramento da Primeira, revelaram-se uma querela pelo poder, para além da disputa por novos mercados:

O ímpeto de expansão imperial surgia como expressão desta concorrência imediata interna e externa: fosse para deslocalizar para o exterior e pacificar a “questão social”; fosse para assegurar áreas de vendas, fontes de matérias primas e possibilidades de investimento para o capital próprio, ou zonas de influência política para lá da área originária do Estado (...) no fim os custos do imperialismo foram sempre maiores do que os proveitos (KURZ, 2011, p. 31).

Como o objetivo do capitalismo é a acumulação de riqueza abstrata, desde que esta ocorra de forma contínua, não será fomentada pelo capital a alteração das regras do jogo. Ao momento que se interrompe a constância dessa dinâmica, surge o afã “modernizador”.

A mudança de perspectiva no mundo pós Estado do Bem-Estar ocorreu por meio da instauração de uma moral econômica baseada na competitividade e na ideia de interrupção da relação de dependência frente ao Estado das/os cidadãs/ãos, transformando-as/os em consumidores ativos. Assim, o ente estatal deixa de ser considerado provedor e passa a ser regulador dos serviços públicos (BALL, 2004).

Os burgueses proprietários viam na estrutura montada no mundo pós-Segunda Guerra Mundial um empecilho para a sua lucratividade. Câmbio fixo, protecionismo, forte regulamentação das atividades financeiras, produção nacionalizada e escassez de mão de obra eram problemas a serem resolvidos tendo como fim a manutenção do fluxo de capital.

Nos anos 1950, vigorava a plena execução do fordismo nas nações centrais da economia de mercado. A racionalização dos processos dentro das fábricas ecoava para além dos muros fabris. Harvey menciona que “o fordismo no pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total” (HARVEY, 1993, p. 131). Havia uma concepção de vida, uma forma de se comportar a ser seguida e desejada por todos. Os trabalhadores, já domesticados, são transformados em consumidores. Estava em curso um projeto de adequação do homem médio para viver numa sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Uma política econômica que necessitava de uma organização rígida e de base nacional não conseguia gerir as crises sociais e econômicas que se acumulavam desde meados dos anos 1960. Agitações sociais dos anos que se seguiram revelaram os reflexos da iminente crise. Os movimentos negro e feminista do período são exemplos de articulações políticas populares que expuseram as opressões e reivindicaram mudanças.

O excedente de produção nos países centrais do capitalismo, a crise de arrecadação, a inflação e a estagnação caracterizaram os anos que precederam a crise do petróleo nos anos 1970. As barreiras nacionais, aos poucos, estavam sendo vencidas pelo capital que passa a ser global. Em verdade, o desejo por um mercado desprovido de fronteiras acompanha o estado burguês desde o seu surgimento. O estado moderno nasce com o capitalismo, é uma abstração política, um ente a serviço do capital:

A economia doméstica (Oikos) do príncipe, até então apenas a mais proeminente de todas as economias domésticas independentes, transforma-se na pretensão abrangente de transformar toda a reprodução em multiplicação de dinheiro, a níveis cada vez mais elevados; o que foi ideologicamente flanqueado pelo protestantismo ou pela sua adaptação católica no momento económico do desenvolvimento da contra-reforma. A estatalidade propriamente dita só tem início quando a antiga “oikonomia” pessoal e familiar se converte numa economia “política” (KURZ, 2011, p. 12)

Assim, desde seu nascedouro, o Estado regulamenta e desregulamenta conforme as pretensões do capital. As modificações que se estabeleceram ao longo da História, efeito de uma atuação estatal mais ou menos presente, atenderam sempre ao objetivo primordial deste sistema, qual seja, a criação de riqueza.

Conforme aludido alhures, a formatação social e política não permitindo o atendimento fundamental da criação de riqueza será alterada pelo Estado a serviço do capital. Desta feita, o neoliberalismo foi a resposta do capital à crise dos anos 1970.

O capitalismo reestrutura ou mantém a sociedade como lhe convém para melhor aferir lucro. A ideologia, neste sentido, é um elemento essencial no processo de submissão das pessoas à concepção capitalista. É neste contexto que surge o neoliberalismo como ideologia para a reorganização da sociedade pós crise dos anos 1970:

(...) se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (HARVEY, 2011, p.16).

O neoliberalismo como ideologia justifica a implementação de uma série de medidas que transformou a dinâmica da organização da economia mundial e, conseqüentemente, da sociedade. O capitalismo financerizado reconfigurou a atuação dos Estados, não o afastou. A atuação deles dentro desta nova conformação apenas se mostra diferente daquela exigida durante a vigência do Bretton Woods (acordo internacional firmado no pós Segunda Guerra que reconfigura a política econômica tendo como principal investida a transformação do câmbio fixo em ajustável¹⁸).

Nos anos 1970, a Europa Ocidental e o Japão, que haviam sido destruídos durante a Segunda Guerra mundial, já se encontravam reestruturados, entretanto, seus mercados estavam saturados. Existia uma busca pela sua expansão. O excedente de capital dos EUA estava sendo investido nos bancos europeus. Estas transações fugiam do controle do governo norte-americano e cada vez mais dólares foram para instituições financeiras europeias.

Em 1973, com o aumento do barril de petróleo, o excedente de dólares proveniente desses países produtores estavam a procura de local para investimento. Há, neste momento, “uma massa crescente de dinheiro à procura de algo rentável para colocar-se” (HARVEY, 2011, p 31).

Uma saída encontrada para absorver o excedente de capital foi o início da onda de privatizações de empresas estatais. Disseminada a ideia de que seriam ineficazes e mal administradas¹⁹, essas empresas estatais passam à iniciativa

¹⁸ “Entre a instabilidade dos anos do entre guerras e a rigidez do padrão ouro, buscou-se um meio termo, em que os países signatários do Acordo teriam o direito de ampliar a margem de flutuação de suas moedas frente ao dólar (cujo valor em ouro estava fixado) sempre que ocorresse algum “desequilíbrio fundamental” nas contas externas” (CUNHA, 2006, p. 487)

¹⁹ “[...] existe o importante trabalho de “consultores” internacionais e de empresários políticos, que defendem e “transmitem” soluções políticas. Há ainda redes de políticos de mesma opinião, que se encontram regularmente, como as que se vinculam à “terceira via”. Entretanto, o mais importante é o modo como todas essas ações se conciliam quando se trata de criar um senso comum para a política, um discurso político internacional, o único caminho infalível (the one and only best way) para se pensar e resolver os problemas econômicos nacionais. Tentar pensar fora desse discurso é correr o risco de ser visto como louco, mau ou perigoso (BALL, 2004).

privada. Uma gama de especialistas faz ecoar o discurso de imprescindibilidade das privatizações como solução para as finanças estatais. Abaixo um exemplo do discurso ideológico que incute no senso comum a necessidade de transferência de serviços estatais para a iniciativa privada:

As políticas intervencionistas de desenvolvimento dos anos 60 e de parte dos anos 70 criaram um número espantoso de empresas estatais- hoje vistas, de modo geral, como pedras de tropeço que bloqueiam os esforços do mundo em desenvolvimento para retomar o crescimento. [...] Os argumentos favoráveis à privatização fundamentam-se quase sempre em termos financeiros - restrição orçamentária, mobilização de recursos financeiros e administrativos, melhor administração e mais eficiência nas empresas públicas. Há também frequentes referências às vantagens econômicas. Se coubesse ao setor privado um papel maior, afina-se, os recursos produtivos do país seriam usados com mais eficiência, o nível das poupanças da nação seria melhor, bem como a alocação de seus recursos para investimentos, e assim também melhoraria o desempenho do crescimento (NANKANI, 1990, p. 44).

Os dólares excedentes do petróleo dos anos 1970 migraram para os bancos norte-americanos e foram disponibilizados para a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. Os lucros maiores advinham das movimentações financeiras, diferentemente do que acontecia anteriormente quando resultavam da produção. Quanto à produção, existia uma forte concorrência o que fez o preço dos produtos baixar. Embora os salários também se mantivessem baixos, a lucratividade proveniente da produção era baixa e, como consequência, o mercado de derivados passou a ser a maior fonte de lucro e a preferência para investimento. Assim, o excedente passa cada vez mais a ser absorvido pelo mercado de futuros do que pela produção (HARVEY, 2011).

Um movimento de expatriação da produção se iniciou a partir dos anos 1960, se intensificou a partir dos anos 1970 e nos anos 1990 já era uma realidade difundida pelo mundo. Países periféricos começaram a fazer parte da cadeia produtiva deixando de ser apenas mercados consumidores ou fornecedores de matéria-prima. Fabricação de componentes e montadoras passam a integrar o cenário industrial desses países, deslocando parte da produção que era realizada nos países desenvolvidos para o Sul global. Reorganização e desterritorialização da produção são o resultado desta busca por novas formas de absorção do capital excedente. A consequência dessa deslocalização da produção foi a precarização

dos postos de trabalho criados nos países em desenvolvimento e o desemprego nos países desenvolvidos²⁰:

QUADRO 3: Desemprego nos países do G7 – 1964 a 1973 e 1983 a 1992

	A 1964-73	B 1983-92
Alemanha Ocidental	0,79	6,03
França	2,23	9,70
Itália	5,48	10,13
Reino Unido	2,94	9,79
Estados Unidos	4,46	6,69
Canadá	4,23	9,64
Japão	1,22	2,71

Nota: taxas de desemprego anuais padronizadas como percentual da força de trabalho, com médias para cada período de dez anos.

Fonte: OECD. *Main Economic Indicators apud*. EATWEL, 1996.

QUADRO 4: Crescimento do PIB real – a “desaceleração”

	A 1964-73	B 1983-92
Alemanha Ocidental	4,5	2,9
França	5,3	2,2
Itália	5,0	2,4
Reino Unido	3,3	2,3
Estados Unidos	4,0	2,9
Canadá	5,6	2,8
Japão	9,6	4,0
Países em desenvolvimento	5,6 ^a	3,7

Nota: a 1960/70

Fonte: OECD. *Main Economic Indicators*; UNDO. *Industry in the 1980s*, 1985; UN. *World Economic Surveys*, 1993 *apud* EATWEL, 1996.

²⁰ Sobre o desemprego do período nos países desenvolvidos: “Um movimento distinto colocou-se a partir de 1970, com um aumento acentuado nos níveis tendenciais de desemprego. A elevação foi máxima nos países maiores da União Européia, com a Alemanha Ocidental experimentando uma magnitude de desemprego quase oito vezes maior (a partir de uma base muito pequena) (Eatwel, 1996)”. Por sua vez, nos países em desenvolvimento: “Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores (IPEA, 2012)”.

Os dados apresentados acima comprovam a relação existente entre as economias dos países. O reflexo neles da crise dos anos 1970 pode ser observado pelo aumento da taxa de desemprego nos países centrais da economia capitalista (Quadro 3) e diminuição do PIB no mundo (Quadro 4). O crescimento dos anos de ouro (anos 1950 e 1960) dão lugar a um período de desaceleração.

A classe trabalhadora tem seu poder de compra reduzido, o mercado consumidor que movimentava a economia torna-se escasso. A solução para tentar equalizar o descompasso entre a produção e mercado que a absorvia foi o crédito. O crédito apresenta-se nesta fase como solução para tudo: empréstimos eram feitos para construir, produzir, para aquisição de bens móveis e imóveis, para serviços (médicos, ensino, lazer).

O atual estágio da crise é o desenrolar da reestruturação da economia mundial a partir da crise dos anos 1970. A lucratividade maior advém do mercado de futuros e não mais da produção. O crédito apresentado como solução diante da escassez de consumo também é utilizado para alimentar e manter em atividade a máquina estatal, tornando o Estado endividado. Empréstimos foram feitos para tudo, por todos e gerou esse desencontro entre o capital gerado pela produção e a dívida.

Assim, a nova configuração da economia mundial, iniciada nos anos 1960 e tendo como marco acelerador para a implementação das mudanças a Crise de 1973, apresentou o neoliberalismo, o individualismo, a financeirização e a globalização como respostas à crise, reorganizando a economia no atual campo histórico da modernidade. O discurso neoliberal caminha no sentido da existência do “Estado mínimo” e a condução seria apenas da “mão invisível do mercado”. Como resultado dessa nova organização econômica mundial, foram aprofundadas as desigualdades e o Estado, ao invés de corrigi-las, as alimenta. A atuação estatal fomenta as desigualdades ao implementar tais medidas mesmo em prejuízo da maioria da população. O Estado é “mínimo” para algumas situações. A regulamentação estatal, portanto, serve aos objetivos do mercado, tornando-se seu refém:

O deslocamento nas formas de desenvolvimento já indica que o Estado não tem qualquer competência autônoma para superar as crises, permanecendo ele próprio, pelo contrário, subordinado às contradições internas do sistema capitalista. Ele não é a solução, mas parte integrante do problema (KURZ, 2011, p. 5).

O neoliberalismo e a restauração da ideia do *laissez-faire* colocam o Estado e o mercado em polos opostos, segundo esta compreensão. Para o melhor conduzir da economia seria imprescindível a não participação do Estado, pregam os neoliberais. A busca da apreensão dos fenômenos dispondo o mundo num sistema dual é acentuada na modernidade e se reflete aqui na tentativa de justificar a separação entre Estado e economia, entre política e mercado.

A partir do Renascimento, a filosofia ocidental firma suas bases na dicotomia. Os fenômenos eram analisados dispondo-os em dois grupos considerados antagônicos: bem e mal, céu e inferno, divino e profano, humano e animal, razão e emoção, homem e mulher. Esta forma de compreensão dos eventos se ramifica para todas as ciências não ficando restrita às relações sociais. As raízes lançadas no século XVI redimensionaram a filosofia ocidental e se mantêm presente até hoje (FEDERICI, 2015).

A continuidade da separação dos fenômenos em dualidades se apresenta, atualmente quando são posicionados em extremidades opostas o Estado e o mercado, o capitalismo e o socialismo, a política e a economia, o capital e o trabalho. Entretanto, essa divisão sem a devida análise crítica pode levar ao entendimento que se trata de polos que se excluem, que estes seriam alternativas entre si. Ao revés disso, a existência de um dos polos está condicionada à existência do seu opositor, sendo, portanto, complementares. O Estado e o mercado, assim como os outros exemplos trazidos acima, são polos que compõem o mesmo campo histórico da modernidade, segundo Robert Kurz (1995), e que atendem ao mesmo fim.

O neoliberalismo conclama a não participação do Estado nas diretrizes da condução da economia. Contudo, quanto mais se universaliza a forma de viver dentro da lógica do mercado, maior a necessidade da atividade estatal. A sua participação, assim, tem se mostrado sempre presente à medida que se torna totalizada a existência pautada no dinheiro. “O dinheiro é, portanto, o meio universal e total (simultaneamente, o fim em si da modernidade, tanto abstrato quanto absurdo)”, (KURZ, 1995, p. 9), e o Estado moderno é um ator fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Ele surge junto com o sistema de mercadorias como unidade política organizadora da sociedade para a condução do programa burguês. Inicialmente, a burguesia se alia à Igreja e à nobreza (Estado Absolutista) e, posteriormente, ela assume as instâncias de poder no mundo pós Revoluções

Liberais do século XVIII (Revolução Gloriosa, Revolução Americana e Revolução Francesa). Estado e capital surgem e se desenvolvem numa relação condicionante mútua, as suas existências estão entrelaçadas. Em todas as fases do capitalismo a relação entre estes foi adequando-se, contudo, nunca deixando de ser estabelecida de maneira muito imbricada (FRASER; JAEGGI, 2020).

Embora o discurso neoliberal seja de não participação do Estado na política econômica, observa-se que uma crescente atuação estatal se apresenta em diversos campos na economia globalizada. No âmbito jurídico, o Estado se faz presente na transformação das relações em precipuamente contratuais. Uma vez que todas as relações sociais são transformadas em mercadoria, surge a necessidade de controlar essas atividades e isso se dará através do Direito. O processo de “juridificação” ocorre para possibilitar o controle através das leis das relações sociais tornadas mercadoria. A atuação estatal se expande, portanto, há o controle supramencionado através da máquina judicial com o objetivo de garantir a execução das leis.

Observa-se um aumento da atividade estatal também no surgimento de questões sociais como consequência da modernização. As mazelas que afligem as pessoas - como resultado das mudanças na política econômica - são solucionadas pelo Estado que absorve este custo. O desemprego, por exemplo, necessita de políticas estatais para a sua regulação. A mesma dinâmica pode ser observada com os problemas advindos da exploração da natureza de forma irracional pelo capital. As consequências dessa destruição são suportadas também pelo Estado. A modernização, apresentada como solução para os problemas sociais e considerada necessária para evolução da sociedade, traz, nos moldes em que é incorporada na lógica de mercado, uma desestrutura do tecido social e um grande aumento de despesas suportadas pela sociedade.

Ainda como exemplo dessa atuação, cumpre ao aparato estatal a responsabilidade pela execução ou por subsidiar obras de infraestrutura. Com o objetivo de criar uma estrutura mínima necessária para atender as exigências de novas técnicas e organização do trabalho implementadas pelo capital, ao Estado incumbe a criação, direta ou por meio de subsídio, de estradas, escolas, rede de esgoto, sistema de saúde pública etc. Assim, os agregados infraestruturais são pressupostos que possibilitam a produção de mercadorias e aumentam sobremaneira os gastos suportados pelo erário.

O Estado atuando como empresário, como operador no mercado, é mais um exemplo de extensão da atividade em destaque. Esse fenômeno está mais fortemente presente em países de entrada tardia no sistema produtor de mercadoria (países em desenvolvimento). O Estado concentra em suas mãos empresas essenciais para o desenvolvimento do capital. No entanto, as empresas lucrativas são repassadas à iniciativa privada enquanto aquelas essenciais para o funcionamento do projeto capitalista mas que não são rentáveis permanecem sob a administração do Estado. É a socialização das perdas e privatização do lucro. Essa estatização dos prejuízos revela-se um problema que acumula danos ao erário. Uma forma de diminuir o prejuízo poderia vir da compensação justamente da rentabilidade proveniente das empresas estatais lucrativas que foram privatizadas.

Operando no mercado como empresário ele ocupa os dois polos supostamente em oposição: capital e trabalho. A oposição entre capital e trabalho como alternativas, portanto, não se sustenta quando o Estado assume o lugar do capital. Assim, torna-se evidente a contradição do sistema uma vez que o Estado ocupa o outro polo sem superá-lo.

O Estado atua no mercado regulando-o através de normas que servirão para a proteção das empresas nacionais no mercado interno e externo. Por meio de medidas protecionistas e de subsídios, o Estado regulamenta normas jurídicas que tratam da atuação empresarial dentro do mercado globalizado buscando proteger empresas privadas nacionais. Destarte, quanto maior o mercado, quanto maior a totalização das relações baseadas no dinheiro como o fim em si mesmo, mais se torna necessária a ampliação da atuação estatal (KURZ, 1995).

Forma-se um consenso ao pregar o neoliberalismo com o afastamento do Estado e a economia sendo conduzida pelas leis de livre comércio como retórica, no entanto, permitindo-se a participação estatal quando convém ao mercado. A utilização de recursos públicos para socorrer o setor financeiro durante a crise imobiliária dos EUA em 2008 expõe o desencontro entre discurso e prática. Aqui torna-se evidente a contradição do enunciado neoliberal quando se percebe que o Estado é muito presente quando convém ao capital²¹.

²¹ O Estado norte-americano disponibilizou 700 milhões de dólares para salvar bancos durante a crise das hipotecas *subprime* em 2008 apenas com o intuito de manter o sistema em funcionamento, mesmo com tantos cidadãos não recebendo auxílio diante da mesma crise. Bancos foram salvos, cidadãos não. Muitas famílias perderam seus imóveis para os bancos e foram essas instituições que receberam dinheiro público. A financeirização baseia a economia no mercado de futuros, num capital

Estado e mercado, portanto, coexistem de forma dependente dentro do atual campo histórico da modernidade. Assim, embora estejam em polos considerados opostos, eles existem dentro de uma mesma lógica e atendem ao mesmo objetivo, qual seja, manter a forma de mercadoria total da sociedade.

Destarte, embora a Crise do Petróleo de 1973 tenha impulsionado a transformação da política econômica mundial implementando medidas que resultaram no que foi apresentado como neoliberalismo, onde haveria um Estado mínimo e o mercado regularia as relações, o que se pode observar é um aumento da atividade estatal em diversos âmbitos como o jurídico, ecológico, social, infraestrutura e uma atuação protecionista. O Estado é chamado a absorver os custos gerados pelas contradições do sistema de mercadorias.

Portanto, embora a retórica neoliberal apregoe o afastamento estatal para a condução da economia por meio da livre concorrência, na prática, esse distanciamento acontece de forma restrita, conforme a conveniência do capital e apenas no que se restringe à proteção da população: arrocho salarial, desassistência social, desproteção jurídica do trabalho e planos de austeridades impostos aos países em desenvolvimento. Estas são medidas implementadas conforme a ideologia neoliberal como saída para manter o fluxo de capital em desproveito da população.

Outra questão importante a ser levantada diz respeito ao trabalho abstrato: ele é categoria fundamental para a geração riquezas. O trabalho representou um grande obstáculo à acumulação de capital nos anos 1960. A mão de obra era escassa, bem remunerada, organizada e com força política. Ter trabalhadoras e trabalhadores disponíveis, formar um exército de reserva robusto é imprescindível ao capital pois facilita a dominação da classe trabalhadora para melhor explorá-la e diminuir os custos com salários (HARVEY, 2011). Entretanto, o próprio sistema minimiza-o quando introduz tecnologias no processo produtivo liberando um expressivo contingente de mão de obra. A produção aumenta sem que haja um aumento de postos de trabalho, ao revés, é consequência direta da entrada de novas tecnologias a não absorção de trabalhadoras/es no mercado de trabalho. Eis mais uma incongruência do sistema de mercadorias: “pela primeira vez na História, a velocidade da “racionalização eliminadora” {Wegrationalisierung} de trabalho supera a expansão dos mercados” (KURZ, 1995, p. 205). Durante o fordismo a eliminação

fictício e utiliza dinheiro público para tentar diminuir a discrepância entre o capital real e o fictício (dívida-capital), HARVEY, 2011.

de trabalho como resultado da tecnologia foi compensada pelo aumento da produção. Os produtos ficaram baratos, aumentou o consumo, que aumentava a produção, que necessitava de mão de obra.

Com o início do processo de expatriação da produção, são reduzidos os postos de trabalho nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo novas tecnologias introduzidas dispensaram considerável volume de trabalho humano desempregando muitas/os trabalhadoras/es. Concomitante a esses acontecimentos, a imigração foi incentivada possibilitando a entrada de pessoas em condições precárias nos países desenvolvidos contribuindo para a diminuição dos salários em comparação àqueles pagos anteriormente.

Por conseguinte, um dos efeitos da nova ordem econômica foi a expansão do mercado de trabalho no mundo. Houve uma grande liberação de mão de obra nas diversas regiões do globo como resultado das mudanças na economia ocorridas em cada parte do mundo. Na região Norte, aconteceu a desconcentração e deslocalização industrial, flexibilização e precarização do trabalho. As fábricas transferiram parte da produção para os países do Sul em busca de maior exploração da mão de obra. Nestes países o capital encontrava a quase inexistência de proteção jurídica das relações trabalhistas. É nesse período que surgem as Zonas de Livre Comércio (ZLC).

Já no Sul global, a maquilização da produção (a criação de indústrias transnacionais de exportação que se instalavam com subsídio estatal e explorava mão de obra nacional barata²²), liberalização das importações e privatização de terras foram os propulsores da contribuição do Sul para o aumento do exército de reserva. Esses acontecimentos proporcionaram um aumento significativo do proletariado mundial e gerou um processo de acumulação primitiva nesta fase do capitalismo (FEDERICI, 2019a).

O aumento do proletariado, a financeirização da economia e a desterritorialização do capital (diante da necessidade de fazer o capital circular de

²² ...estas são "indústrias de exportação, fábricas criadas pelas transnacionais para montar e exportar diretamente para as suas matrizes nos Estados Unidos, no Canadá e na Coreia do Sul, explorando a mão de obra barata". "Este fenômeno das maquilas cresceu muito nos anos 80 e se espalhou ainda mais com o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os EUA e o Canadá em 1994. Foi algo iniciado na fronteira norte, quando o governo deu grandes facilidades, terrenos e incentivos fiscais para o capital transnacional, que também se aproveitou das péssimas condições laborais e da não existência de sindicatos", assinalou. Havia inicialmente 1,5 milhão de trabalhadores nestas maquiladoras, recordou, "mas logo, o que era um segmento se expandiu feito um câncer para o sul, o fenômeno da maquilização". "Este é o perigo de permitir o abrandamento de regras. A suposta exceção virou regra", frisou (SEVERO, 2017).

maneira rápida), o desinvestimento do Estado com a reprodução (com as mulheres assumindo a desassistência estatal) e a destruição da natureza são as consequências do processo de reestruturação econômica do período. Tais medidas reorganizaram a reprodução e as relações de classe:

os programas de ajustes macroeconômicos afetam mais intensamente as mulheres, no sentido de que modificam as relações entre as esferas produtivas e reprodutivas, transferindo para as famílias maior responsabilidade pela sobrevivência familiar [...] políticas públicas provocam efeitos diferenciados sobre homens e mulheres [...] serviços públicos são cortados, uma perspectiva da economia feminista salienta que aqueles indivíduos com maior probabilidade de preencher a lacuna deixada pelo Estado são as mulheres [...] Outra, de viés mais marxista, indica que os cortes nos serviços públicos se sustentam apenas porque existe o trabalho não remunerado das mulheres [...] os cortes nos gastos públicos podem piorar ainda mais a já existente desigualdade de gênero. As políticas de redução de gastos públicos com ênfase na austeridade fiscal, típicas dos ajustes econômicos de raiz neoliberal, possuem dimensões de gênero (FERNANDEZ, 2018, p 19/20).

As medidas de restrição de investimento em saúde, educação, infraestrutura de saneamento básico, subsídios para a agricultura gerou uma pauperização e retorno de mazelas como a fome e epidemias. As mulheres, historicamente identificadas com os cuidados, absorveram o desinvestimento com saúde, educação, saneamento básico. Elas cuidam dos doentes que não encontram assistência médica pela falta de investimento na saúde, por exemplo. São idosos que ficam sob sua responsabilidade, cuidam das/os filhas/os em casa quando não encontram creches e escolas públicas. Diante dessa realidade, a imigração surge como solução para a população sem perspectiva nos países em desenvolvimento. Nos anos 1980 e 1990 a nova modulação econômica mundial reorganizou todo um viver dentro dos países periféricos. O abandono do Estado do Bem-Estar e sua consequente desassistência estatal à reprodução sobrecarregou as mulheres porque transferiu para elas essas atividades.

Todas essas mudanças provenientes da reorganização da economia mundial resultaram (de forma diversa em cada país) na pauperização, aumento do trabalho das mulheres com a desassistência do Estado, recolonização, aumento das desigualdades, aprofundamento das hierarquias entre homens e mulheres e entre trabalhadoras/es de diversas partes do mundo, afetando a divisão do trabalho e destruindo as economias de subsistência. Federici fala que “a nova ordem mundial é

bem mais descrita como um processo de recolonização” (FEDERICI, 2019a, p. 215), uma vez que as investidas mais radicais da nova ordem econômica referente à desassistência estatal, uma expropriação e pauperização mais vorazes recaíram sobre países que foram colônias no passado.

A mulher, neste panorama histórico, é integrada ao mercado de trabalho de uma maneira nunca vista anteriormente. No entanto, longe de ser um avanço e da mesma maneira que aconteceu com a absorção da mão de obra das minorias que lutavam por direitos no período, este ingresso feminino ocorre em postos precarizados. Mulheres, negros, imigrantes, grupos étnicos entram no mercado de trabalho sendo mais explorados que os antigos ocupantes dos postos que assumem (HARVEY, 1993).

A colocação da mulher em situação precária dentro do mercado de trabalho, na verdade, apenas expõe a lógica do capital construído em bases excludentes. O patriarcado é, assim, um alicerce para a condução das relações sociais no sistema produtor de mercadoria e sua manifestação é percebida quando se vê perdurar a associação do homem com o valor e da mulher com o desvalor. Desde o início do capitalismo, resultado da construção do pensamento dual mencionado em linhas atrás, o homem tem sido associado à cultura e a mulher à natureza. Todas as características relacionadas ao masculino são consideradas valor e aquelas relacionadas ao feminino são dissociadas de valor. “Valor e dissociação estão aqui numa relação dialética recíproca. A dissociação-valor atravessa todas as esferas da sociedade, ou seja, a economia, a política, a ciência e também as esferas pública e privada” (SCHOLZ, 2016). A manutenção das estruturas patriarcais da sociedade produtora de mercadoria revela-se, pois, ao ser mantido o tratamento díspare entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Os postos de trabalho são criados para o homem, branco, hétero, do ocidente, do Norte global: o ser considerado universal. Àquelas pessoas que não se enquadram neste padrão, resta a participação dentro da dinâmica capitalista na condição de excluída ou, quando necessário ao capital, incluída de forma precária. Desta maneira, concretizou-se a entrada da mulher de forma substancial no mercado de trabalho nos anos 1970 (KURZ, 2011).

Desde os anos 1960 que tensões sociais se acumulavam. A luta pela isonomia no mercado de trabalho e em outros setores da vida pelas pessoas marginalizadas agitaram esses anos. Os empregos gerados tinham como destinatário o ser

universal. Mulheres, negros, imigrantes e grupos étnicos compunham a massa marginalizada que recebia tratamento diferenciado no mercado de trabalho. Esses setores mais precarizados passaram a se articular e reivindicar, entre outras demandas, tratamento salarial isonômico.

[...] no código do disciplinamento destinado às injunções do "trabalho", está inscrita uma desvalorização das pessoas não-brancas, consideradas protótipos da falta de submissão à razão moderna, ao passo que as crises internas do sistema são atribuídas constantemente a um poder subjetivo alheio, como o que foi identificado aos "judeus" no contexto da história europeia. Por esse motivo, já desde a época da filosofia das Luzes, o sexismo, o racismo e o anti-semitismo são transmitidos juntamente com a positivação do trabalho, o qual forma a substância no processo de valorização do capital e não representa nada mais que o "trabalho abstrato", apreendido negativamente por Marx." (KURZ, 2005)

Importante destacar que a reprodução social não sofreu alteração diante da tecnologização, diferentemente do que aconteceu com a produção. Houve um aumento da produção com a introdução da tecnologia e liberação de mão de obra. Com a reprodução nada foi alterado: a tecnologia não diminuiu o trabalho com a reprodução social e esta função continuou quase exclusivamente em mãos femininas. O que ocorreu foi uma transferência para um mercado de serviços com a entrada da mulher nos postos de trabalho. A reprodução deixa de ser executada pelas mulheres que trabalham fora de casa e pertencem a uma classe social mais favorecida, sendo transferida para mulheres pobres, normalmente possuindo marcadores raciais, étnicos e/ou territoriais (FEDERICI, 2019b).

A não modificação da localização da mulher na reprodução explica-se pela relação de dissociação-valor mencionada anteriormente. O capitalismo utiliza-se do Estado para promover a manutenção de suas estruturas patriarcais. Embora em alguns momentos da história, com o discurso igualitário, essa relação de dissociação-valor se manifeste com algumas alterações, à mulher sempre foi reservado a responsabilidade com a reprodução social desvalorizada e invisibilizada (SCHOLZ, 2007).

A mulher foi introduzida na nova lógica econômica em postos de trabalhos precarizados e assumiu mais trabalho com a desassistência do Estado em relação à reprodução social como consequência do fim do Estado do Bem-Estar. Essa nova conformação resultou numa hierarquia entre as mulheres com marcadores diversos,

numa maior identificação feminina com a reprodução social, além da sua fixação no lar diante da transferência do trabalho para a casa.

O capitalismo é um sistema que na sua essência é discriminatório, é sua condição estruturante a manutenção de diferenças. Numa sociedade de mercado, não há espaço para todos, aliás, há espaço de sobrevivência com um mínimo de dignidade para poucos e opulência para um número ínfimo de pessoas, a concentração de riquezas o caracteriza. Como explicar a longevidade de um sistema tão excludente? Através da difusão de uma ideologia que contenha as pessoas fazendo-as acreditar que no futuro mora sua salvação, nunca no presente onde só cabe trabalhar e acreditar na melhoria do por vir. No modelo neoliberal, o individualismo apresenta-se como ideologia que alimenta nas pessoas a crença na prosperidade e possibilidade de vivência de uma vida digna ao alcance de todos dependendo apenas do esforço individual delas. Exclusivamente delas.

Inúmeros discursos foram articulados para justificar e disciplinar as pessoas ao longo da história do capitalismo. A aceitação de uma nova ordem econômica e social que atenda ao roteiro capitalista sempre vem anexo a uma ideologia que o justifique. Assim, o papel que é reservado para as mulheres dentro da sociedade de mercado deve atender a um performar condizente com os resultados que o capital pretende atingir. Desta feita, a compreensão da maneira como a mulher foi introduzida nessa lógica faz-se necessário.

1.2 Acumulação primitiva de capital, a subjugação da mulher e o “papel feminino”

Durante a transição do feudalismo para a economia de mercado, uma série de mudanças na estrutura social e política possibilitaram a implantação do capitalismo. O processo de acumulação primitiva do capital descrito por Marx analisa o seu andamento sob a perspectiva do trabalhador masculino, não levando em consideração a participação fundamental da mulher dentro desse processo de acumulação. Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2015), analisa o processo de acumulação lançando o olhar sobre as mulheres, o que permite, por meio de suas conclusões, entender a formação de um papel feminino na sociedade de mercado. A perseguição às mulheres na Idade Média resultou na quebra da união entre os trabalhadores e trabalhadoras, disciplinou a sociedade, controlou a natalidade por meio do domínio dos corpos femininos, desarticulou e destruiu o modo de vida

comunitário medieval. A formação de uma performatividade esperada e exigida das mulheres no atual campo histórico tem suas bases lançadas neste período.

O controle do corpo feminino se mostrou fundamental para a acumulação e a compreensão desse fenômeno passa necessariamente pela forma como ele foi apreendido pelo capitalismo. Dominar a procriação, a sexualidade e a maternidade foram fundamentais para a consolidação do patriarcado. “A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema” (ENGELS, 2018, p. 101), portanto, relacionar o corpo feminino ao pecado, ao animalesco direcionou uma identidade social da mulher desprovida de razão colocando-a num nível hierárquico inferior ao homem.

A partir do século V, no início da Idade Média, a escravidão foi sendo substituída pela servidão, embora a primeira nunca tenha sido abolida. No cotidiano medieval, as mulheres exerciam atividades nas áreas comunais como fazer a colheita, fiar, cuidar de rebanho. Deste modo, o trabalho significava uma atividade de troca e interação social para as mulheres.

Em sociedades agrárias, mesmo que patriarcais, o divórcio entre esfera pública e privada ainda não se acha configurado, ou apenas em pequeno grau; as mulheres, assim, guardam ainda uma parcela relativamente grande de poder de influência, na medida em que a esfera jurídico-formal e público-masculina não se tornou independente nem foi alçada à posição dominante, o que dá mais campo às estratégias informais (SCHOLZ, 1996).

Conforme dito anteriormente, entre os séculos V e VII, a servidão predominava. Muito embora a sociedade medieval tenha sido estamental, dando a impressão de que se tratava de uma sociedade sem conflitos por não haver mobilidade social, em verdade, os feudos eram terrenos de disputas de classe constantes (FEDERICI, 2015).

Revoltas camponesas eram contínuas diante da exploração do senhor feudal. Permeia no senso comum a noção de que a sociedade feudal era constituída por uma população pacata, subserviente e complacente com o poder dos senhores. Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro verifica a difusão da imagem da Idade Média por meios cinematográficos. Diversos filmes²³ retratam a

²³ (...) como a indústria cinematográfica contemporânea tem interpretado e recorrido à Idade Média, buscando encontrar referências de valores, de um modo exacerbadamente romanceado, e um mundo alternativo, repleto de magia e fantasia, o que não está presente apenas em As crônicas de Nárnia, mas permanece em uma gama de filmes com essas características (SILVA, 2019)

sociedade medieval de forma romanceada, com lutas apenas entre nobres e vassallos, sendo o povo mero figurante sem qualquer atuação política ou de resistência.

As mazelas que atingiam o povo dentro dos feudos são comumente ligadas ao não desenvolvimento desta sociedade e a arbitrariedade do senhor feudal, mas sem que o povo oferecesse oposição. Habita no imaginário coletivo a compreensão de que as/os servas/os foram “salvas/os” pelo capitalismo e que apenas após o início do rompimento da servidão como forma hegemônica de relação de trabalho é identificada a participação da população de maneira ativa. Esta interpretação relaciona-se com a ideia de progresso, de evolução paulatina, necessária do capitalismo e que sua instauração teria ocorrido de forma gradual e não violenta. No entanto, nos ensina Federici:

[...] o capitalismo não foi o produto do desenvolvimento evolutivo que dava à luz forças que estavam amadurecendo no ventre da antiga ordem. O capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo (FEDERICI, 2015, p. 33).

Insurreições eram frequentes dentro dos feudos. As revoltas eram constantes, violentas e a união entre a população servil não pautava-se na separação de gênero. Mulheres participavam das revoltas, muitas vezes a iniciavam e até as chefiavam. As lutas das/os camponesas/es tinham como proposta a construção de uma sociedade mais igualitária com ampla participação feminina (*op.cit.*).

No final do século XIV, a eclosão de muitas revoltas camponesas e a monetização do pagamento transformaram a realidade medieval. O pagamento em dinheiro estabeleceu uma nova relação e a diferença de renda transformou-se numa distinção de classe. Todas essas mudanças engendraram a sedimentação de uma sociedade com localizações bem determinadas de cada atuante dela. O lugar reservado à mulher nesta nova configuração social começa a ser desenhado.

Embora não houvesse uma situação de igualdade de direitos entre homens e mulheres, o pagamento realizado por dinheiro reduziu o acesso das mulheres à terra: na cidade, elas não podiam herdar a propriedade deixada pelo marido e, no

campo, elas não herdavam a posse no feudo. Sem acesso à terra e à renda, as mulheres foram as que em maior número migraram do campo para as nascentes cidades e vilarejos (*op.cit.*). A pauperização feminina é uma constante na sociedade de mercado.

A maior presença de mulheres nas cidades resultou no aumento de sua participação na vida social local. A maior liberdade feminina na vida social fez surgir uma reação misógina com sermões da Igreja contra a falta de disciplina delas. Começa a ser desenhada a divisão sexual do trabalho com a identificação de determinadas atividades laborativas ao gênero. Na sociedade medieval, as mulheres exerciam diversas funções que posteriormente foram consideradas masculinas, faziam partes das guildas e até existiam algumas sob controle delas (*op. cit.*). Embora o casamento fosse instituído e alicerçado sobre poderes desproporcionais entre os cônjuges, a mulher mantinha uma certa autoridade na família, herança das sociedades germânicas semimatriarcais (SCHOLZ, 1996).

A importância de trazer estas informações históricas a respeito da transição da economia feudal para a capitalista está em desnaturalizar a localização da mulher na sociedade de mercado, de demonstrar as raízes neste período de uma construção cultural da identificação de certas atividades laborativas como femininas.

No final do período medieval, a Grande Fome e a Peste Negra subverteram a ordem social: ao dizimar a população da Europa, a mão de obra tornou-se extremamente escassa e seu custo aumentou de forma crítica. O resultado foi um período de substancial aumento dos salários. Diante da menor disponibilidade das/os trabalhadoras/es de se submeterem aos comandos dos senhores feudais, estes tentaram inserir formas de trabalho mais rígidas. Revoltas estouraram com forte participação feminina, sendo muitas vezes lideradas por mulheres (FEDERICI, 2015). Contudo, o capitalismo se ergue sobre o massacre de qualquer tentativa de redução da exploração da mão de obra do povo.

A importância de trazer a condução e participação feminina nas revoltas camponesas é para demonstrar a inconsistência da construção ideológica da fábula da mulher dócil e submissa.

Uma política sexual foi implementada como medida de controle social. Por meio da institucionalização da prostituição e de uma permissividade em relação ao estupro de mulheres, o Estado moderno dividiu a classe trabalhadora criando hostilidades pautadas no gênero e tornou comum e mais aceitável a violência

perpetrada contra as mulheres (*op. cit.*). A máxima que afirma que o capitalismo divide para dominar mostra aqui sua face. Forjar hierarquias e distinções dentro da classe trabalhadora é um recurso utilizado reiteradamente dentro da sociedade de mercado com o intuito de enfraquecer a união entre aquelas/es que vivem da venda da sua força de trabalho. É estruturante do capitalismo estabelecer patamares entre trabalhadoras e trabalhadores baseados no gênero, raça, idade, etnia e localidade.

Através da banalização do estupro pelo Estado, diante da pouca ou nenhuma punição a este crime, principalmente contra as mulheres de baixa renda, foi iniciada uma dessensibilização frente aos horrores sofridos pelas mulheres na Idade Média. Assim, a caça às bruxas, que tem seu início neste período, encontra uma população acostumada a ver a perseguição feminina e a naturalizar a violência contra o corpo da mulher.

Diante da diminuição da população resultado da Peste Negra e Grande Fome, o controle da natalidade passou a estar na ordem do dia. Era preciso fazer com que a mulher procriasse. Do mesmo modo, controlar suas práticas sexuais e seus corpos se tornou essencial para tentar diminuir os efeitos da escassez da mão de obra do período. O Estado, na tentativa de conduzir esse controle, passou tornar as punições mais severas em relação ao infanticídio e às práticas abortivas. Também houve a penalização de medidas contraceptivas realizada pelas mulheres. Aqui fica claro a intenção do Estado de imprimir uma política sexista de controle do corpo feminino em proveito do capitalismo nascente (FEDERICI, 2015). A noção de feminilidade, portanto, não é uma condição inerente provinda da natureza feminina, é “resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 79)

A caça às bruxas, iniciada durante a Baixa Idade Média, exerceu um papel fundamental para o disciplinamento das mulheres e da sociedade. Normalmente, as bruxas eram mulheres de baixa renda, muitas vezes idosas, acusadas de insubordinação e desvirtuamento da ordem moral. Diante do perfil das bruxas queimadas nas fogueiras, pode-se concluir que se tratava de uma persecução às mulheres que não aceitavam a condição de meras procriadoras e serviçais do marido. A persecução às idosas tem relação direta com a sua inutilidade para a acumulação do capital: elas não podem mais produzir trabalhadores, portanto, perdem sua função (FEDERICI, *op. cit.*)

Todo o desenhar histórico traçado acima tem o objetivo de demonstrar a construção cultural de uma performatividade feminina relacionando as mulheres à doçura, à irracionalidade, à insegurança e à algumas atividades específicas. Estas características seriam inerentes ao ser feminino e passam a ser consideradas proveniente de uma condição biológica com o cientificismo. Até o século XVII, não havia o entendimento de uma distinção essencial entre homens e mulheres, a diferença pautava-se em graus: elas eram consideradas homens menores. A noção de oposição (sexo oposto) apenas se firmou no século XVIII diante da necessidade de explicar a exclusão da mulher da mobilidade social capitalista. Como justificar a localização social estanque das mulheres? “A diferença de “graus” anterior se transformou em verdadeiro abismo. As diferenças físicas passaram agora a serem utilizadas para a construção e a justificativa das desigualdades sociais” (ZANELLO, 2016, p. 104). A mobilidade social estaria acessível apenas aos homens e a justificativa se assentava na afirmação da existência de diferenças que distanciavam homens e mulheres de maneira abissal.

O processo de transição (embora Federici, 2015, alerte para o perigo do uso desta palavra, uma vez que indica uma mudança gradual e sem resistência, o que não condiz com a realidade vivida nos tempos medievais) do feudalismo para o capitalismo sempre considerou o trabalho remunerado como fundamental para a acumulação primária do capital. A essencialidade da reprodução social neste processo não recebeu atenção, tornando, assim, o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres invisibilizado e considerado sem valor (FEDERICI, 2015; SCHOLZ, 1996).

Os desdobramentos, ao longo da história do capitalismo, das ações orquestradas em direção às mulheres continham um objetivo primal: a subjugação do ser feminino. A finalidade deste controle era promover uma adequação moral para um disciplinamento social com foco no “adestramento” das pessoas para o trabalho. O longo percurso iniciado com a caça às bruxas na Idade Média apresenta como seu produto final a criação da figura da dona-de-casa em tempo integral dos anos 1950. Este é o resultado pronto e acabado de todo um caminhar da definição do papel feminino em proveito do capital. O trabalho reprodutivo é totalmente identificado com a mulher, por ser um trabalho não remunerado é considerado sem valor e identificado como proveniente de uma condição biológica feminina. Desta feita, a reprodução seria realizada pelas mulheres diante de condições intrínsecas à

elas e baseada no amor. Entretanto, “eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (FEDERICI, 2019a, p. 40).

A inconformidade das mulheres com a inferioridade que lhe foi atribuída em relação aos homens e que justifica um tratamento violento e injusto sempre existiu na história do capitalismo. Os salões franceses no Antigo Regime eram locais de sociabilidade e troca de conhecimento entre mulheres que, no século XVII, na França, questionou a subalternidade feminina e o matrimônio. É neste período que surgem as preciosas²⁴, grupo de escritoras que questionavam as normas sociais e a subordinação feminina. A atitude questionadora é potencializada pelo pensamento iluminista. Entretanto, o ideal da igualdade, elevado a elemento fundante de cada ser humano e que justificou a queda do Regime Absolutista, não foi estendido às mulheres. O pensamento racional, as mudanças sociais e políticas trazidas com a Revolução Francesa tiveram como consequência o surgimento do movimento feminista (organizado e com projeto político). As mulheres participaram durante a Revolução na frente de batalha e na construção intelectual do fundamento de seu movimento. Elas produziram escritos sobre a revolução, sobre os direitos civis e políticos femininos. Apresentaram suas reivindicações quando da convocação dos Estados Gerais por Luis XIV e, posteriormente, na Assembleia Geral, contudo, seus pleitos foram ignorados. Olympe de Gouge publica em 1791 a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs. Foi guilhotinada em 1793 “por haver esquecido as virtudes que convém ao seu sexo e por haver se intrometido em assuntos da República” (GARCIA, 2015, p. 49).

O Código Civil Napoleônico mantinha a relação de subordinação da mulher ao instituir o casamento como contrato desigual e a menoridade perpétua da mulher. A Revolução Industrial - e toda a gama de exploração das/os trabalhadoras/es - expõe as contradições do capitalismo de forma incontestável para os explorados: a compreensão na vivência do que é liberdade formal e liberdade material é a mola propulsora de movimentos reivindicatórios de mudanças. Sufragistas, socialistas, anarquistas e o movimento de mulheres no período, todos almejavam a transformação da realidade da mulher. Há um intenso trabalho intelectual contestando a subordinação feminina e o tratamento desigual que a lógica capitalista

²⁴ “O preciosismo foi um fenômeno complexo que se apresenta ao mesmo tempo como um modelo de comportamento, uma corrente literária, um movimento de ideias e um movimento, sobretudo, feminino que afrontava temas que iam muito além do âmbito da cultura [...] questionaram o papel do homem na sociedade (GARCIA, 2015, p. 32).

justifica com base na identificação da mulher com uma performatividade resultante de uma suposta condição biológica.

Butler, em *Problemas de Gênero* (2018b), chama atenção para o perigo de formar um conceito universal de “mulher” e a persistência dessa ideia de condição biológica. A autora tece uma crítica à “fabula fundante” onde existiria um ser em estado natural que seria o destinatário da lei, ignorando, assim, que a formação da ideia de sujeito ao qual a lei é direcionada é também formada por essa fábula:

No decurso desse esforço de questionar a noção de “mulheres” como sujeito do feminismo, a invocação não problematizada dessa categoria pode impedir a possibilidade do feminismo como política representacional [...] talvez a ideia de representação só venha a fazer sentido quando o sujeito mulheres não for presumido em parte alguma (BUTLER, 2018b, p. 25).

Não há um projeto feminista possível se não englobar as intersecções dos diversos marcadores que as envolvem, sob o risco de estabelecer uma mesma lógica patriarcal: a construção de uma ser universal excludente.

Assim, restringir e modular o repertório social feminino foi e ainda é fundamental ao capital. A história da mulher dentro do capitalismo percorreu o caminho no sentido de identificá-la como responsável quase que exclusivamente pela reprodução social. Até à Revolução Industrial, os burgueses proprietários do capital não investiam ou se preocupavam com a reprodução social. A exploração da mão de obra era total, com as trabalhadoras e trabalhadores submetidos a jornadas extenuantes, com uma expectativa de vida de 20 anos de idade e a quase impossibilidade de procriação da classe trabalhadora.

A primeira investida do capital em relação à reprodução foi a criação das Leis Fabris. Essas normas tinham o escopo de limitar o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas. A transformação daquilo que Marx chamou de “mais-valia absoluta” para “mais-valia relativa”, ou seja, a mudança na exploração do trabalho de maneira a esgotar o trabalhador para um maior rendimento com menos horas trabalhadas, resultou na incorporação ao salário do operário de um valor para que pudesse sustentar sua esposa:

Embora a partir da primeira fase do desenvolvimento capitalista, especialmente no período mercantilista, o trabalho reprodutivo tenha sido formalmente subsumido à acumulação capitalista, foi apenas no final do século XIX que o trabalho doméstico emergiu como motor-

chave para a reprodução da força de trabalho industrial, organizada pelo capital para o capital, de acordo com as necessidades da produção industrial (FEDERICI, 2015, p. 199).

Desta forma, muito embora o trabalho feminino com a reprodução social tenha sido invisibilizado, ele foi imprescindível para a exploração da mão de obra masculina. O homem deixa de ter liberdade e passa a ser senhor em seu lar. Ele perde autonomia e independência, em contrapartida, ganha uma serva. O lar torna-se seu “Estado” privado, há uma cisão da vida particular e da pública e a destruição da vida comunitária converteu-se num objetivo sempre perseguido pelo capital. O papel da mulher passa a ser definido como de um ser dependente, submisso, alienado de seu corpo, não tendo acesso a maneiras de manter-se financeiramente sem que estivesse sob o julgo masculino. Uma moral é imposta de forma violenta e severa para que mulheres insurgentes contra esta nova ordem fossem “domesticadas”. Conforme a estruturação do pensamento ocidental com bases cartesianas, fundada na dicotomia, houve uma aproximação da mulher com o animal, seguida de uma conseqüente valorização e desvalorização dos extremos opostos: mulher x homem, humano x animal... Assim, haveria um elemento bestial nas mulheres que careceria de domesticação. E a caça às bruxas foi o instrumento hábil para tentar liquidar qualquer resistência a este movimento de adequação feminina aos moldes impostos pela lógica do capital.

No entanto, sempre com resistência. Mulheres mantiveram saberes próprios, lutaram e reagiram. A ideia da subjugação feminina foi sendo disseminada ao longo do campo histórico da modernidade através da violência e sempre encontrando a oposição delas. Mulheres lutaram contra a subjugação de seus corpos, contra a escravização, contra o julgo imperialista. Mulheres negras, indígenas e brancas lutaram sempre.

Angela Davis retrata a ação de resistência de mulheres negras escravizadas nos EUA e afirma que “mulheres resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo” (DAVIS, 2016, p. 33). Elas aprenderam a ler e escrever produzindo documentos que lhes conferiam licenças, lutaram ao lado dos homens negros e em condição de igualdade em comunidades fundadas por elas/es ao fugirem das fazendas. A escravidão moderna é permeada de violência independente do gênero, muito embora um agravante apresentava-se à condição feminina. As mulheres negras escravizadas eram vítimas também de estupro. Os castigos físicos, a exploração da

mão de obra e os maus tratos eram impostos às mulheres e homens indistintamente, mas o estupro era um marcador cruel de gênero da sociedade escravista (DAVIS, 2016).

A insurgência de mulheres também foi traço marcante nas colônias americanas do Sul. Mulheres lutaram, iniciaram e lideraram revoltas nas colônias durante a ocupação espanhola (FEDERICI, 2015). Os exemplos trazidos demonstram que a identificação de uma natureza feminina dócil, submissa e resignada não condiz com a história das mulheres.

A construção de uma ideologia de feminilidade é resultado direto do processo de industrialização. No século XIX, por meio de revistas e romances a maternidade foi supervalorizada como um aspecto fundamental da mulher perfeita (DAVIS, 2016). Desconstruir o mito da condição inerente ao ser feminino relacionada aos cuidados, assevera Zanello (2016), perpassa por diferenciar procriação com maternagem. A procriação, o gestar e parir são executados por uma parcela da humanidade por uma condição biológica. Por sua vez, a maternagem pode ser realizada por qualquer pessoa. Consiste esta nos cuidados com a criança, trata-se de uma habilidade passível de ser desenvolvida por qualquer pessoa. A associação da maternagem com a mulher como elemento intrínseco da sua existência é uma construção cultural:

O modo como esta habilidade é incitada e em quais sujeito(s) são questões que variam no decorrer da história e, também, com diferenças entre culturas distintas. Neste sentido, a maternidade deve ser pensada como uma construção social (ZANELLO, 2016, p. 104).

Oyèrónké Oyèwùmí (2004) propõe um olhar descolonizado sobre a construção dos saberes mencionando a existência de outras conformações familiares e do papel e importância atribuídos às mulheres nas sociedades africanas. A família nuclear (formada por um homem-chefe, uma mulher e sua prole) é uma conformação euro-americana que, por esta razão, não pode ser considerada universal.

Assim, a maternidade é cultural e histórica, foi associada à mulher na cultura ocidental como consequência da consolidação do capitalismo, transformando-a no objetivo maior delas. A dona de casa em tempo integral de meados do século XX começou a ser desenhada a partir desta identificação. Conforme sinalizado

anteriormente, é nos anos 1950 que esse modelo performático passa a ser o ideal de mulher no capitalismo deste período.

O controle da moral sexual das mulheres na Idade Média estendeu-se ao longo dos anos. Nas décadas de 1920 e 1930, as mulheres consideradas promíscuas eram submetidas à tratamentos psiquiátricos com previsão de internamento ou de esterilização. Nos anos 1950, a lobotomia realizada em mulheres fora amplamente utilizada para o tratamento da depressão. Diziam seus defensores que para a execução do labor como dona de casa e esposa a mulher não precisaria de cérebro (FEDERICI, 2019b), demonstrando a persistência de uma relação utilitária da mulher na sociedade produtora de mercadoria.

A economia do pós-Segunda Guerra mundial organizava a sociedade dentro da perspectiva fordista. Era uma sociedade rígida, voltada para o consumo, na qual a ideia de realização maior do proletariado estaria na possibilidade de trabalhar na fábrica e adquirir bens de consumo. A mulher ocupa um papel fundamental nesta estrutura. A dona-de-casa em tempo integral garantiria ao marido a tranquilidade de retornar ao lar após o trabalho e ser cuidado, alimentado, ver sua prole recebendo a mesma dedicação para que este homem pudesse ser plenamente explorado pelo capital (FEDERICI, 2015).

As transformações na economia nos anos 1960 e 1970 exigiram um novo projeto para a organização social. A sociedade agora possui uma estética que celebra a diferença, o efêmero, o espetáculo. Movimentos de minorias que se fortaleceram a partir dos anos 1960, viram alguns de seus pleitos atendidos nesta nova forma de organização social. O acesso da mulher ao mercado de trabalho neste período representou uma revolução no papel feminino, elas ingressam em empregos mais precarizados num momento de flexibilização e perda de garantias trabalhistas:

Essa relação estrutural de dissociação sexual da reprodução passou por modificações históricas, nas quais só teve efeito um impulso de “igualdade” das mulheres na medida em que a fome do capital por “trabalho abstrato” e acumulação financeira se viu obrigada a mobilizar e integrar também a força de trabalho feminina, num longo processo histórico (KURZ, 2011).

As revoltas e organização dos excluídos, principalmente após os anos 1960, explicitaram as contradições do capital de maneira definitiva. Ao não reconhecer ou recusar a incorporação isonômica desses indivíduos ao mercado de trabalho, uma

vez que ingressavam de forma precária, a dinâmica capitalista tornou evidente as bases excludentes da sociedade de mercado. A construção de postos de trabalho sempre foi voltada para o homem, hétero, branco, norte ocidental, impedindo, desta feita, a incorporação igualitária dos “desclassificados” ao sistema (KURZ, 2011).

As mulheres ao entrarem no mercado de trabalho permaneceram responsáveis pela reprodução social acumulando essas atividades. O movimento feminista, que se encontrava desarticulado no período entreguerras, ressurgiu na década de 1960. As filhas universitárias das mulheres que lutaram dentro do movimento feminista pelo sufrágio (segunda onda do feminismo) encabeçam as discussões da nova onda dentro do feminismo. A obra de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949) lançou as bases teóricas dessa nova fase (GARCIA, 2015).

A situação da mulher, assim, é agravada pelo acúmulo de trabalho, má remuneração e tratamento desigual baseado no gênero. Juntamente com o reaparecimento do movimento feminista, a discussão em relação ao trabalho doméstico das mulheres é trazida à luz. A autora da época, Betty Friedan, relata em sua obra *A Mística Feminina* (1963), as angústias das mulheres que desempenham esse papel de dona-de-casa em tempo integral e continuam infelizes e frustradas. O questionamento era no sentido de demonstrar uma desconexão entre a promessa de sensação de completude feminina ao desempenhar este papel e a sua vivência real. A mística feminina identifica como único valor e missão das mulheres a realização de sua feminilidade, condição esta intrínseca e biológica de todas elas (GARCIA, 2015).

Havia uma infantilização da mulher dentro da sociedade por reconhecer nelas uma incapacidade, à elas era designado o papel de esposa, dona-de-casa e mãe. Mulheres que não se adequavam a este papel eram estigmatizadas e a orientação era de submetê-las a tratamento médico ou psiquiátrico. *A Mística Feminina* foi uma obra muito importante, com grande repercussão e identificação pelo público feminino do Norte global pertencente à classe média. O recorte de classe e raça de Angela Davis e bell hooks é trazido por Luis Felipe Migue e Flavia Biroli ao chamarem atenção para uma leitura crítica quando da avaliação da importância da obra de Friedan e o perigo da sua leitura universalista: “o argumento da infantilização certamente não é apropriado às mulheres trabalhadoras pobres [...] a relação entre feminino e domesticidade tem sentido muito distinto quando são consideradas as mulheres pobres e negras” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 28).

As mulheres questionam as funções dos cuidados como destino biológico delas. A luta contra a procriação e pela desvinculação da mulher ao trabalho com a família e o lar transformou a esfera privada num importante campo de batalha anticapitalista. Desde a Segunda Guerra que as mulheres europeias se envolveram no que Federici chamou de “guerra silenciosa contra a procriação”. A taxa de natalidade na Europa decresceu sobremaneira diante da recusa das mulheres em engravidar (FEDERICI, 2019a).

A divisão do espaço entre a casa e o trabalho fez surgir a diferenciação entre produção e reprodução. A produção gera dinheiro para quem a executa, a reprodução não. A importância da construção do pensamento dicotômico da Era Moderna e da noção de dissociação do valor para compreensão do trabalho reprodutivo e sua essencialidade dentro da lógica capitalista apresenta-se fundamental:

(...) referir a este (trabalho) num nível mais abstrato de dissociação-valor na dimensão histórica processual, sendo que tanto o valor como a dissociação logicamente são igualmente originais e na sua mediação dialética nenhum dos dois lados pode funcionar sozinho como pressuposto do outro. Nessa medida seria necessário ocorrer o acesso ao todo social e aqui serem examinadas as dimensões macro, a fim de, em seguida, colocar o plano micro (estilo de vida) e também o plano meso sociológico (instituições) em relação com isso (SCHOLZ, 2007).

As atividades reprodutivas são invisibilizadas e consideradas de menor importância. Não há qualquer *status* atribuído às executoras das atividades relacionadas à reprodução, muito ao contrário. Embora hoje a mulher participe largamente do mercado de trabalho e não fique restrita às paredes dos lares, a reprodução ainda é identificada e executada quase que exclusivamente por elas. “Ao contrário do fordismo, com seu modelo de mulher dona de casa e homem ganha-pão, agora, no pós-fordismo, com o crescimento do setor dos serviços, as mulheres estão geralmente cada vez mais integradas no domínio do trabalho pago” (SCHOLZ, 2013), embora permaneçam responsáveis pela vida doméstica acumulando estas atividades.

O capital não pode abrir mão desta relação de dissociação do feminino, posto que localizar a mulher na reprodução torna esse trabalho invisível, diminuindo os custos com o trabalho masculino e relacionando-o a condições que seriam

biológicas, daí a explicação para a não modificação dessa condição. A integração da mulher ao mercado de trabalho segue esta lógica e justifica a permanência de discrepâncias salariais entre homens e mulheres, da presença insignificante de mulheres em cargos de chefia, além da desvalorização de determinadas profissões por serem identificadas como femininas (KURZ, 2011).

Assim, no atual campo histórico da modernidade, a desvalorização do trabalho reprodutivo é aspecto fundante, independentemente de ser remunerado ou não, e todos os acontecimentos ao longo dos anos acima descritos instituíram a divisão sexual do trabalho nos moldes em que se apresenta na atualidade. O trabalho com os cuidados ainda é identificado com as mulheres e a redução de financiamento em reprodução social pelo Estado como fundamento da política neoliberal fez recair sobre as mulheres os efeitos da desassistência estatal.

1.3 Divisão do trabalho e reprodução social

O ajuste estrutural imposto aos países em desenvolvimento mencionado anteriormente, caracterizou-se pela diminuição dos salários, desemprego, destruição das formas de uso comunitário de terras sendo estas transferidas para o governo ou para investidores estrangeiros. Todas essas medidas impactaram sobremaneira a realidade feminina. Existe uma relação direta entre a pauperização da mulher e o processo de reorganização econômica mundial dessa fase. Um de seus efeitos, portanto, foi a feminização da pobreza e o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres.

A partir dos anos 1970 uma série de acontecimentos provocou a reorganização da reprodução. É nessa fase que as mulheres passaram a trabalhar fora dos lares em maior número. Houve uma redução do trabalho doméstico que pode ser explicada pela diminuição do número de filhas/os e como resultado da saída da mulher de casa para trabalhar. O volume de trabalho com a reprodução diminuiu, todavia, permanecia em mãos femininas. Contudo, essa redução apenas apresentou-se para mulheres com marcadores específicos. A crítica direcionada à parte do movimento feminista que foi cooptado pelo capitalismo aqui se faz presente. Mulheres brancas e de classe privilegiada passaram a disputar colocação igualitária no mercado de trabalho com os homens de sua classe. Esse movimento não modificou a associação do trabalho reprodutivo com o feminino, logo, o trabalho

doméstico não foi dividido com os homens. O que ocorreu foi a transferência desta função para mulheres pobres:

(...) a liberdade de mulheres de classe privilegiada de todas as raças exigiu a subordinação sustentada das trabalhadoras pobres. Nos anos 1990, o conluio com a estrutura social existente foi o preço da “libertação das mulheres”. No fim das contas, o poder de classe provou ser mais importante do que o feminismo (hooks, 2018, p. 55).

O aumento de divórcios e o recebimento de salários geraram uma enormidade de famílias chefiadas por mulheres. Um horizonte se abriu para mulheres que há séculos estavam condicionadas a ver no casamento sua única possibilidade de realização e sustento. Entretanto, para receber uma remuneração capaz de sustentá-la a mulher precisava complementar sua renda fazendo “bicos”.

A transformação social, consequência da entrada maciça da mulher nos postos de trabalho, forçou a diminuição do trabalho reprodutivo em casa, aumentando a prestação de serviços desta natureza. A partir deste momento, cresce o número de pessoas fazendo refeições e lavando roupas fora de casa, crianças em creches, além da ideologia do “faça você mesmo”, já que as mulheres não fariam mais sozinhas.

A entrada da mulher no mercado de trabalho nos anos 1970, numa realidade de desemprego, crise e ajuste estrutural imposto pelo FMI, as coloca numa condição de extrema exploração e continuidade de tratamento diferenciado, restando a elas salários mais baixos além da continuidade do trabalho com a reprodução social. Embora tenham sido incorporadas mudanças que alteraram em certa medida a percepção do lugar da mulher nesta sociedade de mercado, a desvalorização do trabalho com a reprodução permanece.

A construção de masculinidade perpassa pela negatização e oposição aos elementos ditos femininos e, para além disso, pela sua desvalorização. São identificadas características, sentimentos e atributos ao ser feminino dissociados do masculino. A construção social se funda no reconhecimento de atributos masculinos de valor em contraposição aos atributos femininos, estes desvalor:

[...] determinadas qualidades, atitudes e sentimentos menosprezados (sensualidade, emocionalidade, fraqueza de carácter e de entendimento, etc.) são projetados sobre "a mulher" e dissociados pelo sujeito masculino, que se constrói como forte, realizador, concorrencial, eficiente e por aí fora (SCHOLZ, 2007, p. 2)

O trabalho reprodutivo, desta maneira, é desprovido de valor e é identificado como função feminina mesmo quando assalariado. As características identificadas como femininas, vistas como inerentes às mulheres, justificaria a sua colocação e manutenção na reprodução social. Mesmo com a transformação destas atividades em profissão (como enfermeiras, professoras, cuidadoras) o trabalho com os cuidados continua desvalorizado. Os reflexos da financeirização e globalização na reprodução e no roteiro descrito pelo capital às mulheres estão abaixo delineados:

Na pós-modernidade a estrutura da dissociação apresenta uma face diferente daquela da modernidade “clássica”. A família nuclear tradicional desintegrou-se e com ela diluíram-se também as modernas relações de gênero vigentes até hoje. Em muitos aspectos, as mulheres são colocadas em igualdade com os homens, pelo menos nos países ocidentais (por exemplo, em habilitações acadêmicas). Ao contrário do antigo ideal de mulher dona-de-casa, as mulheres ora individualizadas são vistas como “duplamente socializadas” (Regina Becker-Schmidt), sendo portanto igualmente responsáveis pela profissão e pela família. No entanto, ou conseqüentemente, e ao contrário dos homens, elas continuam a ser as primeiras responsáveis pelas atividades reprodutivas dissociadas, continuam a ganhar menos que os homens, têm menos oportunidades de ascensão etc. Portanto, com a era da globalização temos de lidar não com a abolição do patriarcado, mas apenas com o seu asselvajamento, uma vez que as instituições trabalho e família se diluem cada vez mais na crise do sistema de produção de mercadorias, sem que outras formas de reprodução sejam colocadas em seu lugar. (SCHOLZ, 2007, p. 2)

A respeito da divisão internacional do trabalho, esta sofreu uma importante alteração com a reestruturação da economia pós 1970. A formação de Zonas de Livre Comércio e a desterritorialização das fábricas modificaram as relações de trabalho mundial. A Nova Divisão Internacional do Trabalho está associada à transferência das indústrias para os países em desenvolvimento em busca de trabalhadoras/es em locais que possuíam pouca ou quase nenhuma proteção trabalhista e uma oferta maior de mão de obra. Este foi um fenômeno que absorveu grande número de mulheres no mercado de trabalho, no entanto, pagando salários menores que aqueles pagos aos homens, perpetuando a hierarquia de gênero dentro do mercado laboral.

O capitalismo, diante de momentos de aparição dos estágios da sua crise estrutural, reorganiza-se na tentativa de encobrir as distorções do sistema. Apresenta mudanças através de um discurso de indispensabilidade de novas

medidas para o “progresso” da humanidade. Nesta medida é que a nova divisão internacional do trabalho, fruto da industrialização nos países em desenvolvimento, surge com a narrativa de eliminar hierarquias entre as/os trabalhadoras/es e, portanto, benéfica à divisão sexual do trabalho. A chegada da industrialização ao “Terceiro Mundo” acabaria com as diferenças que caracterizavam a divisão internacional do trabalho. Essa era a promessa.

Entretanto, as Zonas de Livre Comércio eram locais de extrema exploração, sem legislação trabalhista de proteção e com pagamento de salários baixíssimos, inferior ao necessário para subsistir. É neste mercado de trabalho que mulheres dos países em desenvolvimento são incorporadas. Estarem empregadas e recebendo salário apresentou-se como uma oportunidade de alcance da autonomia pelas mulheres. No entanto, as consequências desta forma tão precária de trabalho tornou quase impossível a possibilidade delas formarem uma família e afetaram sobremaneira sua saúde:

A maioria acaba passando a vida trancada em fábricas que parecem prisões, e mesmo as que saem descobrem que seu corpo foi danificado. Tomemos como exemplo o caso de jovens trabalhadoras da indústria de flores na Colômbia ou no Quênia que, depois de alguns anos ou mesmo meses de trabalho, ficam cegas ou desenvolvem doenças mortais por conta da constante exposição a venenos e pesticidas (FEDERICI, 2019a, p. 187)

A partir da reorganização da economia global foi gerada uma crise na reprodução social dos países em desenvolvimento e as mulheres destas localidades garantiram a reprodução também nos países desenvolvidos. Mulheres imigrantes possuem um papel preponderante nessa lógica.

A imigração passou a regular a mão de obra nos países desenvolvidos porque barateou e enfraqueceu a classe trabalhadora. O movimento migratório provocou uma reorganização do trabalho reprodutivo mundial e, em decorrência disso, instituiu-se hierarquias entre as mulheres. As mulheres do Sul global passaram a migrar para os países do Norte em busca de um destino melhor que os empregos de subsistência nas fábricas da Zona de Livre Comércio ou o desemprego.

A reprodução social dos países do Norte passou a ser executada por mulheres imigrantes dos países do Sul. O projeto neoliberal incorpora todas as mulheres, contudo, firmando distinções entre elas, transformando a realidade feminina e estabelecendo lugares diversos para elas ao reservar a reprodução social para as

mulheres em condições de dificuldade a baixos salários. A mulher do Norte explora a mão de obra da mulher imigrante enquanto disputa colocação igualitária com os homens no mercado de trabalho. Essa configuração cria relações de poder entre as mulheres. Fazendo um paralelo com a realidade brasileira, podemos identificar a relação entre mulheres de classe média com mulheres pobres repetindo essa dinâmica.

Conforme mencionado anteriormente, os cortes nos serviços sociais prestados pelo Estado deslocaram para as mulheres esta função. Sobre elas recai o trabalho com os cuidados na saúde, com os idosos e com a falta de estrutura básica. A dinâmica da divisão sexual do trabalho foi construída identificando a responsabilização da reprodução com as mulheres. Destarte, na falta do Estado as responsáveis primazes assumem.

A globalização e os ajustes estruturais provocaram o aumento do trabalho das mulheres quando elas absorveram a desassistência do Estado no que se refere à reprodução social e mantiveram a hierarquia de gênero ao permanecer a distinção dos salários pagos entre mulheres e homens. Outra situação observada é a transferência para o lar de trabalhos que seriam executados em ambientes formais. A articulação entre as/os trabalhadoras/es é facilitada pela convivência no ambiente laboral formal. Essa modificação de local torna parte do labor invisível e, diante da pouca ou nenhuma interação, impede a organização e articulação entre as/os funcionárias/os. Existe um atrativo maior para as mulheres no caso do trabalho domiciliar: a promessa de poder conciliar a atividade produtiva com a reprodutiva no mesmo ambiente. Entretanto, “o resultado é uma escravidão” (FEDERICI, 2019a, p. 227), posto que os salários são baixos e fixa as mulheres no trabalho doméstico.

Assim, a reorganização da economia mundial após os anos 1970 reafirmou as hierarquias dentro da divisão internacional do trabalho, não alterou a divisão sexual do trabalho, manteve as mulheres como responsáveis quase que exclusivamente pela reprodução social e reassegurou a noção de desvalor das atividades relacionadas aos cuidados.

A ideologia é utilizada para justificar as mudanças que o capital quer impor às populações. Não são apenas mudanças econômicas, são alterações no modo de ser e de viver das pessoas. Conforme mencionado alhures, o individualismo é um imperativo na ideologia neoliberal e possibilita a reprogramação da/o trabalhadora/or como responsável por si mesma/o. O microempresário encaixa-se nesta concepção,

uma vez que passa a ser responsável pelo autoinvestimento e essa estrutura faz parecer que é este indivíduo o único beneficiário da reprodução social, deixando oculta a sua importância para a acumulação de capital. No atual estágio da crise do capital com desemprego em alta e a continuidade de um mercado de trabalho sexista, o empreendedorismo surge como uma promessa de inclusão, sobretudo de mulheres no mercado.

CAPÍTULO 2. EMPREENDEDORISMO MATERNO: SOLUÇÃO LIBERTÁRIA OU PARADOXO?

2.1 Empreendedorismo Feminino e o discurso do empreendedorismo materno no Brasil

O conceito de empreendedorismo tem sofrido um esvaziamento de seu significado diante do uso em larga escala deste termo. Atualmente, é considerada/o empreendedora/or desde a/o pequena/o proprietária/o de um comércio ou uma/um artesã/ão até a/o trabalhadora/or autônoma/o ou microempresária/o de sucesso. A noção de sucesso, numa perspectiva liberal, está relacionado ao lucro, à criação de mais dinheiro (riqueza abstrata). Parece-nos que a difusão da palavra e seu uso para designar diversas atividades laborativas tão distintas aponta indícios de que o uso deste termo está servindo a um propósito outro, com intuito de renomear para esconder o desemprego e a precarização do mercado de trabalho no Brasil.

Na tentativa de apreender o significado deste fenômeno atualmente, recorreremos ao conceito clássico de empreendedorismo cunhado por Schumpeter (1997) e a evolução desta ideia até os dias atuais. A análise realizada no capítulo anterior sobre o momento atual da economia possibilita um alcance mais aprofundado das escolhas que conduziram à construção do conceito e do discurso contemporâneos do empreendedorismo. Conforme aventado anteriormente, a financeirização da economia traz consigo o deslocar para o indivíduo (individualismo) da obrigação de encontrar soluções para questões resultantes desta maneira de gerir a sociedade. O problema é criado pelo sistema, afeta sobremaneira a forma de (sobre)viver das pessoas e a estas é imputada a responsabilidade de encontrarem sozinhas a saída para as mazelas resultantes do atual estágio da crise estrutural e imanente do capital.

Passemos ao conceito clássico de empreendedorismo. Schumpeter é um autor tradicional, do início do século XX, que relacionou a ideia de empreendedorismo com inovação. A/O empresária/o inovadora/or (empreendedora/or) seria responsável pelo desenvolvimento da economia. Embora a construção do conceito no início do século XX esteja alicerçado sobre um viés etnocêntrico e sexista (COLBARI, 2007), utilizaremos a expressão no feminino e masculino para não invisibilizar as mulheres que inovaram no período introduzindo novidades, se enquadrando, pois, no conceito proposto por Schumpeter. Aqui no

Brasil, no final do século 19 e meados do século 20, numa época em que a presença empresarial era essencialmente masculina e as mulheres eram tratadas como seres de segunda categoria, encontramos histórias como a de Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz que, após a morte do esposo Luiz de Queiroz, assume os negócios e é figura fundamental para a inauguração da escola agrícola que daria origem à Esalq/USP (RME, 2019).

O desenvolvimento, para Schumpeter, é compreendido para além de um mero aumento de capital, seria uma interrupção no fluxo contínuo da economia que geraria desequilíbrio e desenvolvimento. Entende este autor que, para que haja desenvolvimento, é necessário que o fluxo circular da economia (os altos e baixos que se sobrepõe de maneira contínua sem muito alterar a sua dinâmica) seja quebrado. O desenvolvimento se daria por meio de um desequilíbrio, de uma descontinuidade no fluxo circular que impossibilitaria a permanência da dinâmica anterior. Isto ocorrerá por meio da intervenção de atores que se pautam na inovação, na introdução de uma nova articulação dos habituais sistemas de produção. Após a sua combinação de maneira revolucionária, outras/os empresárias/os irão reproduzi-la. A/O primeira/o seria a/o empreendedora/or, aquela pessoa que desequilibrou, causou a descontinuidade, que gerou o desenvolvimento, e os seguidores dessa novidade apenas exerceriam um “mero trabalho de rotina” (SCHUMPETER, 1997, p. 77).

Portanto, o conceito clássico de empreendedorismo está relacionado à introdução de inovação no sistema de produção que irrompe e gera desenvolvimento. A/O empreendedora/or seria uma pessoa com características diferenciadas como liderança, ousadia, criatividade, que introduz alguma inovação nos processos econômicos, estando fundamentada/o em decisões racionais e motivada/o pela paixão. Embora tenha uma vinculação ao indivíduo, ser empreendedora/or seria uma condição momentânea. Assim, a pessoa está empreendedora quando age introduzindo a inovação. Segundo este autor, diferentemente do burguês, a/o empreendedora/or não compõe uma classe, pode esta/te pertencer a qualquer delas. O capitalista seria movido pelo lucro, a/o empreendedora/or, diferentemente, não teria esta perseguição como seu propósito maior: auferir lucro como consequência da implementação da inovação. As reais motivações seriam a aspiração por criar um reino privado (possibilidade de ascensão social e reconhecimento), o prazer da conquista, a alegria por criar ou

exercitar a engenhosidade. É a ação social de introduzir a inovação que Schumpeter tem como objeto de análise, não o indivíduo em si (MARTES, 2010). Entretanto, para que haja o reconhecimento do sucesso de seu empreendimento e uma ideia seja considerada inovadora o fiel da balança é o lucro: sem a contrapartida econômica nem será considerada/o empreendedora/or. Assim, é considerada inovação desde que tenha como consequência a obtenção de lucro.

Com o objetivo de melhor esclarecer a compreensão do termo empreendedorismo na concepção clássica, trazemos à colação as mudanças que Schumpeter destacou como exemplos de inovação:

- criação de um novo produto ou uma nova qualidade de um produto já conhecido;
- incorporação de um novo método de produção ainda não utilizado, embora não seja necessário que advenha de uma descoberta científica;
- abertura de um novo mercado para seus produtos, mesmo que o mercado já exista;
- revelação de uma nova matéria prima;
- reorganização industrial como resultado do surgimento de monopólios ou a sua quebra.

Destarte, gerir eficientemente sua empresa não é empreender. Modificações que se resumem a adaptações e crescimento do negócio não se coadunam com o conceito tradicional de empreendedorismo (MARTES, 2010).

Na concepção schumpeteriana, as instituições exercem influência preponderante sobre a ação empreendedora. As instituições teriam dupla intervenção neste agir: seriam responsáveis pelo apoio uma vez que disponibilizam o crédito, pela função de taxar juros e outras medidas políticas, econômicas e administrativas; em contrapartida, oferecem resistência quando as mudanças apresentadas pela/o empresária/o inovadora/or deparam-se com valores e organizações – “a fonte (origem e irradiação) desta oposição é institucional” (MARTES, 2010, p. 260). O empreendedor é aquele que vence as barreiras impostas pelas instituições e estabelece uma nova formatação dos meios de produção. Assim, a sua ação é socialmente orientada, visto que interfere nas relações ao gerar conflito com as instituições (cultura, tradição e hábito).

A utilização do termo empreendedorismo atualmente se afasta dessa necessidade de introdução de inovações nos moldes tradicionais. A expressão

ganhou ares de massificação nas últimas décadas, uma versão completamente afastada da ideia schumpeteriana que era baseada em características pessoais e, sobretudo, na ação de um indivíduo específico (individualista), seu atuar era tido como uma expressão social ou coletiva.

A análise do conceito de empreendedorismo perpassa por outro autor clássico, agora sobre um viés sociológico: Max Weber. Antes de adentrarmos na contribuição de Weber para desnudar o conceito de empreendedorismo, faremos uma pequena digressão sobre a contribuição decisiva de Marianne Weber com quem foi casado e é a responsável pela difusão de sua obra.

Conforme expõe Virginia Woolf, em *Um Teto Todo Seu* (2014), as mulheres não aparecem ao longo da História como protagonistas de feitos relevantes porque estão cuidando das/os filhas/os e do lar; foram impedidas de estudar e de estarem nos ambientes públicos; e, mesmo quando intervinham de maneira decisiva nos acontecimentos importantes, lembra a autora, a História é contada pelos homens. A invisibilidade dos feitos importantes das mulheres e a dificuldade de acessar lugares tradicionalmente ocupados por homens é uma constante na dinâmica sexista da sociedade de mercado. O impacto desta afirmação na vida das mulheres pode ser verificado no filme *A Esposa* (2017), onde a protagonista vivida por Glenn Close passa a viver à sombra do marido que se torna um escritor reconhecido ao assinar os livros escritos por ela. Ao perceber a possibilidade de ver sua obra desconsiderada pelo simples fato de ter sido escrito por uma mulher, a protagonista desta película passa a viver na casa, nos cuidados, no lugar que é reconhecido socialmente como seu, enquanto o marido ganha glória e fama. Woolf ainda nos lembra que para escrever é preciso ter tempo e as mulheres estavam ocupadas cuidando dos filhos e do lar. E mesmo contra todas as barreiras, quando algumas conseguem, seus feitos não são reconhecidos ou sequer conhecidos. Aqui resgatamos a nossa inferência sobre o papel fundamental de Marianne Weber.

Marianne Weber foi responsável pela reunião e publicação de toda a obra de seu marido, Max Weber, além de escrever uma rica biografia que serve como fonte primorosa de informações sobre o sociólogo alemão. Os escritos de Weber estavam dispersos, eram de difícil reunião e pouco acessíveis.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que o fenômeno editorial foi determinante para a recepção e constituição do cânone, por maior que seja a variedade de interpretações que ele comporte. Graças a esse sofisticado e complexo empreendimento editorial (e também

intelectual), Max Weber não só se tornou um "clássico", mas também sua atualidade pôde ser aferida, em diferentes momentos [...]. Não seria ousado afirmar que a diversidade da sociologia alemã dos anos de 1920 [...] foi ampla, intensa e variadamente fertilizada pela interlocução com Weber, propiciada pela edição de Marianne e seu impacto (WAIZBORT, 2012, p. 3).

Prestado o devido reconhecimento à Marianne, responsável pelo importante trabalho editorial que viabilizou a difusão da obra de Weber, passemos a expor a contribuição do pensamento dele para o conceito de empreendedorismo.

Inicialmente, cumpre estabelecer a relação deste autor com o tema. Para além das questões que envolvem o empreendedorismo, o pensamento weberiano voltou-se à compreensão do desenvolvimento do capitalismo. A sua contribuição está em perceber uma lógica circundante ao seu desenvolvimento, a existência de uma ética capitalista. Weber estabelece uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo com um processo de disseminação da racionalização por todas as áreas. A formação do Estado Moderno, a burocratização das instituições, a organização de toda e qualquer relação por meio de leis formais, o monopólio da violência pelo Estado e uma ética religiosa são elementos determinantes para o desenvolvimento do capitalismo (MALISKA, 2006).

Max Weber estudou uma região da Alemanha e constatou que filhos de protestantes geralmente optavam por carreiras e funções técnicas e se destacavam como industriais e administradores, enquanto os filhos de católicos optavam por carreiras voltadas às ciências humanas. A lógica protestante influenciou sobremaneira a economia ocidental (uma importante contribuição para a formação do espírito que impulsiona a economia ocidental moderna). Desta forma, a ideia de viver para o trabalho, a representação da dignidade do indivíduo relacionada ao seu labor ("o trabalho dignifica o homem"), ter uma vida regrada voltada ao desempenho de suas atividades ("quem cedo madruga Deus ajuda") são noções protestantes difundidas na sociedade capitalista. Weber nos informa que há uma transformação na forma de pensar e se colocar na sociedade diante da influência do pensamento protestante. As formas tradicionais foram substituídas por uma lógica que privilegia a vida comedida, moderada, voltada para o trabalho, que prima pela pontualidade nos pagamentos e cumprimento dos acordos.

Weber analisa a existência de um condicionante das ações sociais que atende a uma ideologia com bases nos preceitos da Reforma Protestante. Este modo de articular as pretensões sociais é o que ele chamou de ética capitalista.

Assim, na concepção weberiana, o capitalismo se estabelece diante da existência da articulação de diversas novas formas de organizar a sociedade, a política e a economia, obedecendo a uma ética baseada nas premissas protestantes (SANTIAGO, 2009).

A contribuição do pensamento weberiano para o conceito de empreendedorismo está na concepção de um espírito capitalista que influencia a atuação das/os empresárias/os com características peculiares que engendram suas ações submetidas a uma ética moldada em princípios protestantes que interrompem a dinâmica tradicional. Assim como Schumpeter, Weber identifica características pessoais diferenciadas na/o empreendedora/or e condiciona a transformação da realidade à atuação de um agente que rompe com as tradições medievais introduzindo a modernização. Este autor cita a firmeza de caráter, clarividência e capacidade de ação, obstinação pelo trabalho para identificar a pessoa empreendedora. Contudo, são características articuladas dentro de um contexto socioeconômico e histórico: “o empreendedor é fruto de uma sociedade específica: a capitalista moderna” (MARTES, 2010).

Weber entende que a lógica protestante, pautada no autocontrole e disciplina para o alcance de Deus era um mecanismo propiciador do desenvolvimento do capitalismo. Esta nova ética impulsionou a transformação das formas tradicionais de vida, portanto, também da produção. Pessoas com características peculiares, envolta com o pensamento protestante, lançam novidades na produção rompendo com o *status quo*, gerando a modernização da sociedade arcaica. A contribuição de Weber para o estudo do empreendedorismo está na associação de seu avanço à existência de condições sociais (VALE, 2014).

Schumpeter volta-se ao estudo do impacto exercido na economia pela atuação do indivíduo empreendedor e Weber amplia o conhecimento das motivações e causas do seu comportamento. A contribuição de Schumpeter e Weber para a construção do conceito clássico de empreendedorismo está na compreensão de que a/o empreendedora/or é um ser com características diferenciadas e que age rompendo com o que está preestabelecido na economia ocasionando o desenvolvimento. Portanto, a categoria desenvolvimento comporta similaridades para os dois autores por relacionarem ao lucro, a distinção estaria no enfoque da análise sob uma perspectiva econômica de um e sociológica do outro. Para estes autores, a sua motivação estaria para além da captação de lucros, sendo

influenciada por uma lógica sociocultural (espírito capitalista), embora a concepção de desenvolvimento esteja ligada exatamente à lucratividade. Contudo, observe-se que a lógica cultura serve à criação de riqueza abstrata. A finalidade precípua é a obtenção de dinheiro como fim em si mesmo.

Apresentados os pensadores clássicos que estabeleceram as bases para a conceituação da/o empreendedora/or, passemos ao entendimento atual deste termo. A definição de empreendedorismo atualmente não possui um significado unívoco. Os conceitos atuais, entretanto, não refutam totalmente os alicerces firmados pelos autores clássicos acima mencionados. Houve um alargamento de sua interpretação para nele abranger qualquer pessoa, afastando-se daquela ideia inicial de características pessoais especiais em um ser específico. A noção hoje está mais vinculada a ideia de competências apreendidas e a capacidade de exercer atividades de maneira eficiente (SANTIAGO, 2009).

Existe uma ampla diversidade de conceituações acerca do termo empreendedorismo e de seu agente. Fillion (1999) prefere o uso da palavra “diferença” no lugar de “confusão” quando se refere à determinação deste conceito, demonstrando que as diversas noções não divergem tão profundamente. Importante, portanto, destacar que há uma confluência em todas as definições modernas: a busca por implementação de inovação e a atitude de estar disposta/o a assumir riscos (AZEVEDO, 2019).

A discussão teórica acerca do conceito de empreendedorismo, diante de tantas possibilidades e da existência de elementos comuns em todas as conceituações, nos faz optar por não adentrar neste campo para aprofundarmos no discurso propagador do empreendedorismo e suas consequências. Entendemos ser mais produtivo para a análise crítica deste fenômeno a observação de sua retórica para melhor compreender qual o projeto que ele abraça. Afinal, a proposta desta incursão é tentar alcançar a dinâmica que propicia a difusão desta empreitada como possível solução aos problemas estruturais da sociedade de mercado.

Contudo, contextualizar historicamente o empreendedorismo nos permite conhecer, assim como Weber prenunciava, a lógica difundida que atravessa e valida essa ideia atualmente. Conforme apresentado no Capítulo 1 deste trabalho, o neoliberalismo afasta o predomínio da execução hegemônica do projeto fordista na sociedade de mercado para a implementação de medidas que tornaram os postos de trabalho extremamente precarizados. É neste ambiente, após os anos 1990, que

o empreendedorismo ressurgiu de forma revigorada e ganha a amplitude que vemos ressoar até os nossos dias.

O retorno do interesse sobre o empreendedorismo inicia-se nos anos 1980, quando surgiram novas publicações sobre o assunto, e a primeira conferência anual tratando do tema (Conferência de Babson, em 1981). A partir dos anos 1990 já era amplamente difundido, encontrando guarida nos cursos de graduação voltados à administração, fazendo parte de políticas públicas (a exemplo, no Brasil, da criação do SEBRAE²⁵) e apoio de instituições internacionais, como ONU e BID.

Essas entidades internacionais, ao atuarem nos países do Sul global, funcionam como verdadeiras propagadoras da ideologia neoliberal. O fomento e auxílio técnico, educacional e financeiro prestados por estas instituições auxiliam a implementação e continuidade das políticas e medidas de austeridades adotadas como projeto a partir da crise do petróleo dos anos 1970 (FEDERICI, 2019a; SARDENBERG, 2006).

A compreensão clássica de empreendedorismo está associada à uma figura com características especiais, quase mística, abarcando um modelo etnocentrista e masculino e hoje está voltada para a identificação de habilidades adquiridas e/ou lapidadas, portanto realizáveis por qualquer pessoa. Assim, são afastadas as ideias schumpeteriana e weberiana de um ser especial dotado de características próprias. Essa mudança na interpretação possibilita a massificação do empreendedorismo. Essa perspectiva alinha-se com o discurso neoliberal e individualista uma vez que estabelece uma nova articulação da organização social e política em oposição ao Estado do Bem-Estar e responsabiliza cada pessoa individualmente pela solução dos problemas gerados pela nova ordem mundial. O atual estágio da crise do capitalismo é terreno hábil para fazer frutificar novas conformações morais e culturais que resvalam também nas relações de trabalho e o empreendedorismo serve a este propósito. Vejamos.

²⁵ O Sebrae existe como instituição desde 1972, mas sua história começa quase uma década antes. Em 1964, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), atual Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Em 9 de outubro de 1990, o Sebrae foi transformado em Sebrae pelo decreto nº 99.570, que complementa a Lei nº 8029, de 12 de abril. A entidade desvinculou-se da administração pública e transformou-se em uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. De lá para cá, o Sebrae ampliou sua estrutura de atendimento para todos os estados do país, capacitou inúmeras pessoas e ajudou na criação e desenvolvimento de milhares de micro e pequenos negócios por todo o país (SEBRAE - c).

A realidade de desemprego e precarização dos postos de trabalho caminham junto com uma nova ideologia que permeia as relações laborais. Para caber dentro das determinações do projeto neoliberal, com a ideia de afastamento cada vez maior do Estado para dar lugar à condução das relações de trabalho dentro da lógica da oferta e procura, quiçá o projeto de desregulamentação seja uma estratégia de regulação do Estado moderno (KURZ, 2011), reformas trabalhistas foram perpetradas com o intuito de afastar a proteção legislativa das/os trabalhadoras/es (a exemplo da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 que alterou a CLT e a Lei da Liberdade Econômica de nº 13.874/2019, conhecida como “minirreforma trabalhista”. No mesmo ano, fora criada a MP 905/2019, instituindo o Contrato Verde e Amarelo com o intuito de fomentar a contratação de jovens, no entanto, foi revogada após perder sua validade. Todas essas normas retiraram garantias das/os trabalhadoras/es). Além das alterações legais, pode-se observar a existência de uma estruturação da sociedade coordenando ações de instituições internacionais, Estados e a difusão de uma ideologia que passa a exigir um novo perfil de trabalhadora/or conforme esta nova realidade.

O interesse renovado pelo empreendedorismo ocorre em 1990, período da reestruturação da política econômica com a implantação dos planos de austeridade, tendo como resultado a precarização dos postos de trabalho, aumento do desemprego, aprofundamento das desigualdades (conforme discorreremos no Capítulo 1).

Diante desta realidade é que o empreendedorismo vem sendo apresentado como solução para a falta de emprego e como um novo modelo produtivo: as/os trabalhadoras/es agora deveriam atender a requisitos subjetivos, a sua eficiência e qualidade estão vinculados à possibilidade de resolverem problemas, terem iniciativa e criatividade (SANTIAGO, 2009). A noção de empreendedorismo relaciona-se a uma ideia de competência e esta seria a capacidade de realização de tarefas de maneira eficiente:

Segundo o Dicionário de Administração, entende-se por competências:

(1) Conjunto de conhecimentos, técnicas e/ou habilidades capazes de possibilitar vantagens competitivas a uma pessoa ou a uma organização, assegurando-lhe melhores condições produtivas. Segundo pesquisa da revista HSM Management, edição de janeiro-fevereiro de 2003, as empresas brasileiras procuraram de forma mais frequente as competências seguintes: capacidade de realização (70%), postura ética (57%), criatividade e inovação (54%), motivação

(41%), energia e dinamismo (35%), inteligência emocional (34%), autonomia (29%), capacidade de equacionar problemas e capacidade de relacionamento (25%). (2) São qualidades das competências: liderança, criatividade, empreendedorismo, persuasão, conhecimento, raciocínio rápido e lógico, estrategismo, sociabilidade, assertividade, talento, comunicabilidade, carisma, responsabilidade e disciplina. Ver: competência, conjunto, conhecimento, técnica, habilidade, vantagem competitiva, organização, produtividade, pesquisa, empresa, capacidade, realização, ética, criatividade, inovação, motivação, inteligência emocional, autonomia, problema, tipos de competências, liderança, empreendedorismo, estratégia, assertividade, talento, comunicação, carisma, responsabilidade e disciplina. Competencies (Ingl). (DUARTE, 2002)

Diante desta “nova maneira” de pensar, a permanência das/os trabalhadoras/es nos postos de trabalho existentes apenas ocorreria caso estas/estes estivessem em constante renovação e atuassem conforme o perfil empreendedor (implementação de inovações e a predisposição de assumir riscos, numa perspectiva pessoal). É admitida, diante da constatação irrefutável de crise pela redução do número de postos de trabalho disponíveis, a impossibilidade de absorção de todas as pessoas desempregadas no mercado de trabalho. Aquelas que não encontram postos de trabalho formal teriam a “opção” de criar um negócio próprio e o sucesso deste empreendimento dependeria dos mesmos requisitos para a permanência num emprego. O que podemos observar é a instauração de uma ideologia que transfere toda e qualquer responsabilidade pelo insucesso, seja pelo desemprego, seja pelo não desenvolvimento do seu empreendimento, aos indivíduos. Uma das grandes falácias dessa verdadeira culpabilização da pessoa individualmente pelas consequências da crise do capital é relacionar a qualificação técnica ao seu desempenho:

[...] mesmo com a expansão de cursos tecnológicos, profissionalizantes, especializações, treinamentos e diversos investimentos feitos em busca da qualificação profissional, nota-se que o quadro de desemprego continua alarmante, não sendo legitimada a ideia de educação como panaceia para a resolução dos males engendrados pelo mundo do trabalho em tempos de crise do capital (GUIRALDELLI, 2014, p. 107).

Obviamente, não estamos negando a importância da especialização para o crescimento pessoal e aquisição de conhecimento como propulsores de carreiras e negócios. Aqui levantamos o questionamento da apresentação do

empreendedorismo como solução para a falta de colocação da/o trabalhadora/or no mercado de trabalho numa realidade de alto desemprego empurrando-a/o para o sonho do empreendedorismo e justificando o seu insucesso à falta de qualificação ou pouco empenho pessoal. As mulheres, por exemplo, dedicam mais tempo aos estudos, possuem maior qualificação profissional e, no entanto, ocupam menos cargos de direção quando comparadas aos homens (IBGE, 2021) e tem seus negócios menos longevos (GEM, 2019) - analisaremos estes dados adiante. As pesquisas apresentam como possível entrave para o desenvolvimento da carreira formal, além do alcance de cargos de direção e da pouca permanência no tempo dos negócios, o fato de serem mulheres. Portanto, apenas a qualificação não é suficiente para romper os grilhões sexistas ou qualquer outra articulação discriminatória típica da sociedade de mercado.

Este modelo, portanto, estabelece um perfil de trabalhadora/or que, além de habilidades técnicas, precisa apresentar habilidades psicológicas, exigidas também para a/o empreendedora/or de sucesso. Conforme desenvolvemos anteriormente, a sociedade pós Crise do Petróleo dos anos 1970 é caracterizada por um discurso menos rígido quando comparado ao fordismo, com uma sociedade de retórica mais aberta e inclusiva. Assim, o projeto neoliberal, enquanto discurso, apresenta uma conformação social e postos de trabalho que estariam acessíveis à todas as pessoas sem qualquer distinção. O empreendedorismo seria, sob esta perspectiva, disponível a qualquer uma/um e seu sucesso estaria vinculado apenas ao esforço individual na execução de habilidades técnicas adquiridas e aprimoradas constantemente.

Inúmeros autores propalam a ideia de um ser empreendedor que não mede esforços para seu negócio prosperar, falam em sacrifício, paixão pelo que fazem e que o empreendedorismo solucionaria sua vida e geraria o desenvolvimento do país.

[...] acredita-se que o melhor recurso de que se dispõe para solucionar os graves problemas sócioeconômicos pelos quais o Brasil passa é a liberação da criatividade dos empreendedores, por intermédio da livre iniciativa, para produzir esses bens e serviços (NATSUME, 2004, p. 26).

Dourado (2016) reúne em seu trabalho alguns autores que convergem neste entendimento:

O empreendedor “é aquele que faz, que move montanhas e que consegue converter sonhos em realidade” (Bruni, 2010, p.15). O empreendedor é aquele sujeito que tem a visão do negócio e não mede esforços para concretizar aquilo que ele contempla (Degen, 2012). Ele difere do empresário por empenhar paixão, desejo e conquista naquilo em que se empenha. O empreendedorismo é fruto de escolhas consequentes das experiências pessoal, profissional, familiar. (Bruni, 2010). Dornelas (2005) compreende que os empreendedores são pessoas diferenciadas, “apaixonadas por aquilo que fazem” (p.21), possuem atributos para além do administrador por serem visionários, dinâmicos, independentes para construir seus próprios destinos e criar valor para a sociedade. (DOURADO, 2016, p. 23).

A compreensão atual do ser empreendedor está voltada para o indivíduo, atendendo a uma lógica massificante onde qualquer pessoa seria uma/um empreendedora/or em potencial. Haveria uma forma de agir e de estar no mundo, um performar caracterizado pela independência, sendo este um desdobramento do individualismo. É nesta concepção que se pauta a ideia tão difundida pelas empresas de chamarem seus trabalhadores de “colaboradoras/es”. A denominação traz consigo esta ideia de ganhos individuais mútuos: a empresa ganha com o trabalho de suas/seus “colaboradoras/es” e estas/es têm a possibilidade de se desenvolverem na profissão enquanto trabalham na empresa. As/Os colaboradoras/es são consideradas/os como uma empresa em si, estariam trabalhando numa determinada companhia enquanto esta propicia o seu desenvolvimento. Àquela concepção do trabalhador do passado, numa perspectiva fordista, que tinha como cultura a prestação de serviço por anos na mesma empresa e com ela se identificava, que “vestia a camisa” e fazia do trabalho desenvolvido nela seu próprio legado, é substituída por este indivíduo empreendedor (CRUZ JUNIOR, 2019).

Assim, o alargamento do conceito de empreendedorismo para nele caber qualquer pessoa ignorando qualquer dos seus marcadores (gênero, raça, localidade, classe, etnia) possibilita que a sua retórica ganhe cada vez mais adeptos, com o escopo de ser apresentado como solução ao desemprego e como gerador de riquezas para o país. O empreendedorismo seria responsável pelo desenvolvimento da nação e a/o empreendedora/or seria o condutora/or deste desiderato. Contida aqui está a ideia de transferência da responsabilidade até do progresso econômico nacional para a atuação individual.

A difusão dessa ideologia traz uma cultura do “se virar sozinho”, colocando as pessoas como as únicas responsáveis por suas mazelas. Seria o que Butler chama de “noção de um futuro destruído” (BUTLER, 2018a, p. 50), é uma clara substituição dos alicerces da democracia pela lógica empresarial onde a pessoa deve contar apenas consigo tendo o individualismo como base: a “guerra contra a ideia de interdependência” (op. cit.). Daí a noção de empreendedora/or como dona/o de negócio e da/o trabalhadora/or como empresária/o de si mesmo. Nesta dissertação estamos tratando da situação de pessoas engajadas no sonho de resolver seu problema financeiro e de desemprego como empresárias, proprietárias de um negócio, seja este formal ou informal. Existiriam quatro tipos de empreendedores, segundo Colbari (2007): individual (objeto deste estudo, que abre seu próprio negócio e o assume sozinha/o todo o risco), intra-empreendedor (trabalhadora/or que assume uma postura empreendedora dentro de uma corporação), o social (cujo objetivo é transformar a comunidade na qual estão inseridas) e coletivo (como consórcios e cooperativas). Conforme assinalado, não é a proposta deste trabalho pormenorizar as discussões acerca da conceituação de empreendedorismo. No entanto, consideramos importante mencionar a existência na literatura que trata do tema a menção destes tipos para compreendermos o alcance e difusão desta ideologia, além do seu afastamento daquela noção inicial de pessoas que trazem uma inovação e movimenta de maneira transformadora a economia. Existe uma cultura do empreendedorismo, uma ideologia sendo difundida que permeia as relações de trabalho, não ficando restrita apenas ao mundo dos negócios.

Analisando as relações de trabalho no Brasil, Glaucia Faccaro (2018), retoma o início da industrialização nacional para compreender o lugar que o empreendedorismo ocupa dentro do imaginário nacional. A formação do mercado de trabalho urbano foi afetada pelas tradicionais relações laborais com base na economia de subsistência e a existência de pequenos empreendedores. O exemplo de imigrantes que abriam pequenos negócios e obtinham colocação social mais privilegiada que as/os operárias/os habitava o imaginário da população como uma localização mais aprazível que a de uma/um trabalhadora/or urbano. No mesmo sentido, “o sonho do trabalho por conta própria não deixava de ser uma forma de resistência à integração total do trabalhador na ordem industrial” (COLBARI, 2007, p. 83).

A disseminação no Brasil do discurso do empreendedorismo está presente no imaginário popular como possibilidade de ascensão social mesmo antes da implantação do projeto neoliberal. Com o neoliberalismo ele torna-se uma esperança, a tábua de salvação de quem está totalmente à deriva com o afastamento e desassistência cada vez maior do Estado, sem qualquer perspectiva de emprego diante do asselvajamento das condições socioeconômicas no atual estágio da crise do capital.

O perfil atual do que seria a/o empreendedora/or é dificilmente alcançável, sobretudo para as pessoas com marcadores de sexo, raça, etnia e localidade. Exemplos desta afirmação podem ser observados quando é analisada a quantidade de recusa a empréstimo solicitado por mulheres brancas e por pessoas negras quando em comparação com homens brancos. Segundo a pesquisa REM (2017), as mulheres encontram dificuldade na obtenção de crédito em todas as fases, mesmo quando o negócio apresenta crescimento. Um dos motivos apresentados foi a dificuldade de oferecer garantias às instituições financeiras, haja vista que os bens normalmente são registrados em nome dos maridos. Ainda, pessoas negras tem três vezes mais o crédito negado que as brancas (SEBRAE, 2020; FORBES, 2020). A estrutura discriminatória em que se alicerça a sociedade de mercado revela a inconsistência em números da universalidade do discurso do empreendedorismo como possibilidade para todas/os.

São expostos alguns poucos exemplos de sucesso como trabalhadora/or em alguma empresa ou de um empreendimento para validar o discurso neoliberal:

[...] o empreendedorismo, o gerencialismo (uma concepção de mundo que acredita que ele possa e deva ser gerenciado) e o culto da performance, ou da excelência [...] o discurso do *pop management* acaba por mascarar certas situações precárias do *status quo* ou promover o que Wood Jr. e Paula (2002) chamaram, por exemplo, de 'engenharia da alma'. Esses autores analisaram certas narrativas de trajetórias profissionais tidas como de sucesso para associá-las a uma espécie de "contos infantis para adultos". São discursos heroicos, que mobilizam um "ser fascinante", cujas adversidades são sempre superadas com uma atitude firme e persistente. Assim, anuncia-se que "todos podem ser deuses à sua semelhança" (CRUZ JUNIOR, 2019, p. 82)

A estrutura sexista da sociedade atual é desconsiderada para propagar o empreendedorismo como uma possibilidade universalizada para as massas. Agora, todas/os podem ser empreendedoras/es. Não há delimitação de qualquer natureza,

não há restrição etária, de gênero, de raça, etnia ou de localidade. O empreendedorismo é apresentado como uma oportunidade acessível a qualquer pessoa. Portanto, a difusão do empreendedorismo e sua adesão tornam-se mais amplos.

A importância e propagação desse discurso no imaginário nacional deve muito ao SEBRAE. Através de parcerias com esta instituição, entes internacionais como a ONU e BID²⁶ intervêm nos países em desenvolvimento fomentando o empreendedorismo, propagando e fortificando a certeza de que esta é uma via adequada para o amparo de pessoas à margem do sistema. Imprescindível aqui colacionar os ensinamentos de Butler (2018a) ao discorrer sobre a atuação política de corpos marginalizados. O aparecimento desses corpos, sua performatividade, é um ato político, ainda que essa aparição seja altamente regulada pelos detentores do poder. Assim, nem todas as pessoas acessarão os espaços de maneira livre. A persistência da aparição dos corpos marginalizados requer suporte material: comida, educação, moradia. Numa sociedade onde a valorização do valor é o seu fundamento, ter dinheiro e performar dentro de uma conformidade esperada é garantir um mínimo de acesso: corpos excluídos não tem seu direito de participação social e políticos passíveis de pleno gozo. Portanto, torna-se imprescindível estar inserido na lógica do valor para ser reconhecido socialmente e poder fruir de forma plena seus direitos.

Desta maneira, ter recursos financeiros é *sine qua non* para a integração da pessoa à sociedade do capital, sendo o trabalho remunerado o instrumento da quase totalidade da população para participar dela. Ainda mais por esta razão o trabalho não remunerado é considerado desprovido de valor e percebido sem importância.

O discurso do empreendedorismo apresenta-se de maneira universalizante, dito acessível a todas/os, desconsiderando os obstáculos encontrados pelas

²⁶ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a instituição financeira internacional que apoia iniciativas em países latino-americanos para reduzir a pobreza e promover a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável. Criado em 1959, além de empréstimos e financiamentos, o BIB também oferece doações, presta assistência técnica, bem como realiza projetos e pesquisas junto a governos, empresas privadas e organizações não governamentais. O Banco é constituído por 48 países, entre eles 26 membros mutuários latino-americanos que têm participação majoritária na organização. Com sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID possui representações em todos os países mutuários, além de um escritório regional em Tóquio e outro em Paris. Para atingir seus objetivos, o Banco concentra os seus esforços em programas sociais, modernização do Estado, competitividade empresarial, integração regional e liberalização do comércio. (SEBARE, <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>)

pessoas com marcadores distintos do ser considerado universal (homem, branco, hétero, do Norte). Desta feita, o empreendedorismo acaba por maquiar o ruir do projeto capitalista transformando desempregadas/os e informais em empreendedoras/es. Trata-se da mais clara expressão do estágio atual da crise do capital, uma tentativa cínica e cruel de tentar esconder o grave problema de um enorme contingente de pessoas que não tem espaço dentro do sistema a não ser de forma extremamente precária.

No Brasil, a grande maioria das pessoas que enveredaram pelo empreendedorismo o fez por necessidade. A falta de perspectiva empurra as/os brasileiras/os para a saída apresentada por diversos meios, reforçada a sua apresentação e divulgação ao longo dos anos por institutos nacionais e internacionais, com apoio do Estado, por um número significativo de parte da academia, afastando-se sobremaneira do conceito clássico de relacionar empreendedorismo à inovação para introduzir uma lógica ilusória de alcance por poucas/os.

É sob esta realidade que o empreendedorismo feminino e materno se apresentam. As dificuldades encontradas pelas mulheres dentro do mercado de trabalho não são apresentadas, não há discussão acerca da divisão sexual do trabalho e o empreendedorismo é apresentado como saída para um mercado de trabalho tão escasso numa sociedade com bases sexistas.

O discurso é da promessa de independência, prosperidade financeira, flexibilidade de jornada e de gerenciamento da rotina de maneira tranquila. São atreladas ideias de autonomia e empoderamento, principalmente quando vendido este ideal para as mulheres. A adesão ao empreendedorismo como solução evita o reconhecimento do colapso do sistema, da existência no capitalismo de incongruências irreparáveis. A aceitação e continuidade do projeto da sociedade de mercado perpassam pela disseminação de ideologias que o justifique. Assim, a culpabilização individual afasta qualquer elocubração acerca da conjuntura externa a ruir, focando apenas em elementos pessoais. A esperança é renovada diante da possibilidade de abrir um negócio, de estar mais próximo do que seria a personificação da autonomia: ser sua/seu própria/o patroa/ão. Ser chefe de si mesma/o significa alcançar a figura de ascensão social (patrão) que está mais próximo da/o trabalhadora/or.

A proposta de adesão ao empreendedorismo como possibilidade de solução ao desemprego não questiona a tradição social e vivência pautadas em discriminações sexistas e racistas. A proposta apresenta-se com uma nova roupagem para parecer contemporâneo aos clamores das lutas recentes. Após a entrada da mulher no mercado de trabalho de maneira massiva, a reprodução social teve que ser repensada, no entanto, sem alterar a responsabilização feminina sobre os cuidados. Mencionamos no Capítulo anterior que a entrada da mulher no mercado de trabalho nos anos 1970 resultou numa transferência do trabalho doméstico e com os cuidados para mãos de mulheres pobres. Não se trata de uma inovação, a diferença é que a partir deste momento houve uma difusão da comercialização deste trabalho como solução para a saída em massa da mulher de classe média para o trabalho remunerado fora do lar. Assim, os cuidados permanecem em mãos femininas e a estrutura social sexista se manteve. Impende observar que as mulheres pobres, sobretudo as mulheres pobres negras, como bem assevera Angela Davis (2016) e bell hooks (2018), sempre trabalharam fora de casa.

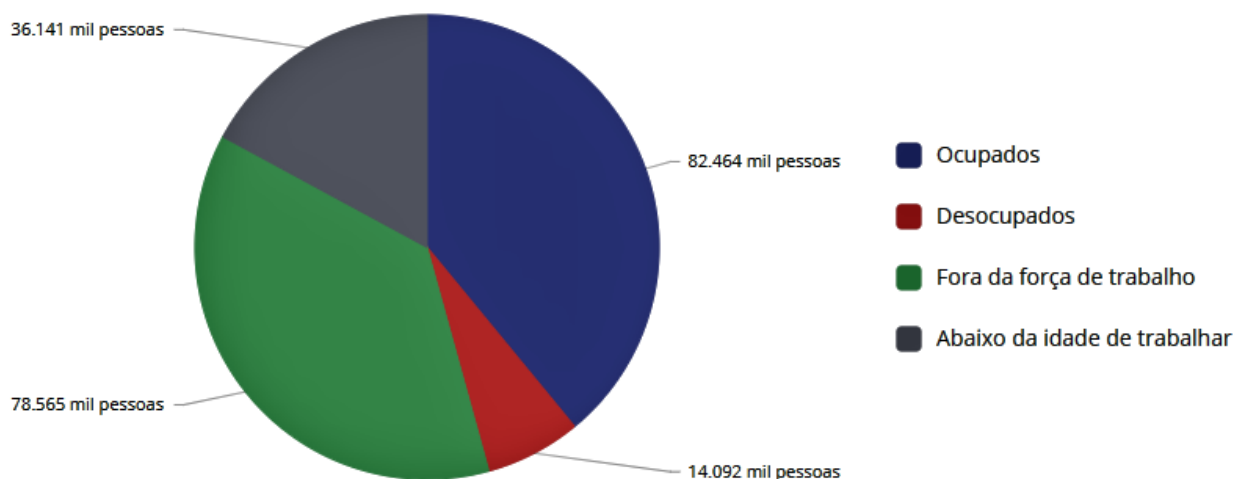
O trabalho reprodutivo requer grande disponibilidade, trata-se de um trabalho intensivo, com atendimento de necessidades materiais e imateriais (como dar segurança emocional, acolhimento) e, por esta razão, não pode ser dividido e tecnologicizado para simples comercialização (FEDERICI, 2019a). Estes trabalhos, diante da nova configuração resultado do ajuste estrutural da economia globalizada e financeirizada, são redistribuídos para diferentes agentes, contudo, permanecendo com as mulheres em sua maioria. Analisando de forma global, o trabalho doméstico e de cuidados foram transferidos para mulheres em situação de vulnerabilidade maior. Assim, mulheres do Sul-global, imigrantes, negras, pobres assumem esta função. Há uma clara “distribuição demográfica da condição precária” (BUTLER, 2018a, p. 49).

Uma das consequências do processo de financeirização acima mencionado é o retorno do trabalho domiciliar diante da descentralização industrial e da proliferação do trabalho informal. Nos dias atuais, sobretudo na realidade nacional, há um retorno da mulher aos lares após o nascimento das/os filhas/os, uma vez que encontram dificuldades para retornarem ou permanecerem nos postos oferecidos pelo mercado de trabalho. Em verdade, nunca houve espaço reservado às mulheres de maneira igualitária, sempre foi muito mais difícil para a mulher manter-se num emprego, principalmente após a maternidade. Frise-se que o mercado de trabalho

sempre opôs resistência àquelas pessoas que possuem marcadores que destoam do padrão “universal”. Destarte, o empreendedorismo feminino e materno são apresentados como uma possibilidade de a mulher trabalhar na produção e reprodução, executando o trabalho com os cuidados de forma gratuita e outro trabalho remunerado no pequeno empreendimento. Ao apostar no empreendedorismo estão mantidas as obrigações com a reprodução em mãos femininas sem que haja qualquer questionamento sobre a divisão do trabalho reprodutivo pautada no gênero.

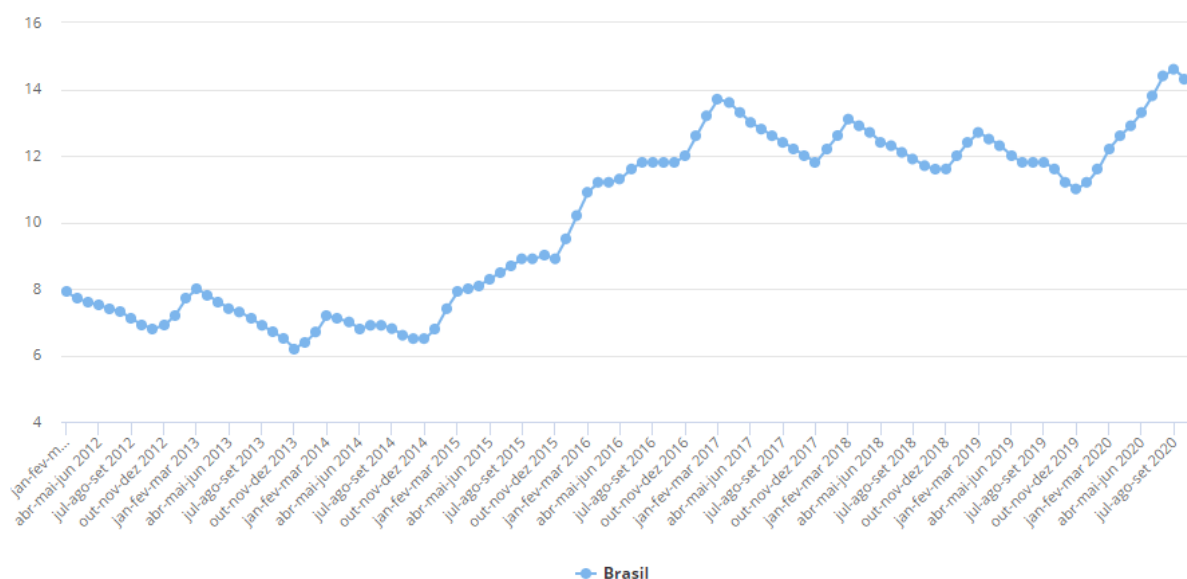
Outra questão a ser levantada diz respeito à relação existente entre o número de desempregadas/os e de empreendedoras/es. Conforme informações divulgadas pelo IBGE, uma pessoa empreendedora que possui seu próprio negócio é considerada ocupada, portanto, não é contabilizada como desocupada (desempregada). Segundo números divulgados sobre o desemprego em 2020, temos no Brasil:

QUADRO 5: População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 3º trimestre 2020



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Atualmente, 14,6% das pessoas no Brasil estão desempregadas (desocupadas). Segundo o IBGE esta foi “a mais alta da série histórica iniciada em 2012”. Destaque-se que se trata de um número recorde de desemprego numa crescente que se observa desde 2012:

QUADRO 6: Taxa de desocupação de 2012 a 2020

Fonte: IBGE – PNAD Contínua (IBGE, 2020a)

Conforme critérios estabelecidos pelo IBGE na PNAD-Continua responsável por fornecer os dados apresentados no Quadro 5 acima, entende-se por “ocupados” as pessoas empregadas (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (formalizados ou não) e trabalhadores familiares auxiliares (aqueles que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração); “desocupados” ou desempregadas são as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem. Estes dois grupos são compostos por pessoas acima de 14 anos e estão na força de trabalho. Embora não estejam empregadas/os, a/o empreendedora/o, a/o estudante universitária/o que dedica seu tempo exclusivamente a esta atividade e a dona de casa que não trabalha fora do lar, por exemplo, não são consideradas/os desempregadas/os. Contudo, a/o empreendedora/o faz parte do grupo de pessoas ocupadas, enquanto os dois últimos/os são consideradas/os fora da força de trabalho (IBGE, 2020b).

A dona de casa que vende bolo por encomenda é considerada empreendedora, passando a pertencer à categoria das pessoas ocupadas, podendo ser formalizada como MEI - microempreendedor individual. Estaria ela inserida na

categoria “trabalhador por conta própria”²⁷. O percentual da população ocupada no país trabalhando por conta própria foi de 26,4% no 3º trimestre de 2020 (IBGE, 2020b).

Considerando que, conforme pesquisa FGV (2016), realizada por Cecília Machado, quase 50% das mulheres perdem o emprego em até 2 anos após a maternidade e que:

- A probabilidade de emprego das mães no mercado de trabalho formal aumenta gradualmente até o momento da licença, e decai depois;
- A queda no emprego se inicia imediatamente após o período de proteção ao emprego garantido pela licença (quatro meses). Após 24 meses, quase metade das mulheres que tiram licença-maternidade está fora do mercado de trabalho, um padrão que se perpetua inclusive 47 meses após a licença;
- A maior parte das saídas do mercado de trabalho se dá sem justa causa e por iniciativa do empregador;
- Os efeitos são bastante heterogêneos e dependem da educação da mãe: trabalhadoras com maior escolaridade apresentam queda de emprego de 35% 12 meses após o início da licença, enquanto a queda é de 51% para as mulheres com nível educacional mais baixo (MACHADO, 2016, p. 13).

A pesquisa ainda destaca que, embora algumas empresas concedam licença maternidade de 6 meses, ou seja 2 meses a mais que os 120 dias previstos na CLT, este fato apenas influencia na sua permanência no primeiro ano após a maternidade. Transcorridos 12 meses após o término da licença, a perda do emprego ocorre na mesma proporção à da mulher que não teve este benefício. Resta comprovado que não é apenas o caso de concessão de maior tempo de resguardo após o nascimento da criança que garantirá o espaço da mulher dentro do mercado de trabalho e sim a modificação da compreensão dos papéis de gênero e a reestruturação das bases sexista na sociedade de mercado.

Tendo em vista que a recolocação das mulheres no mercado de trabalho é mais difícil diante da necessidade de conciliar o labor reprodutivo e a profissão, podemos criar uma história para servir de exemplo a fim de desenvolver um

²⁷ Conforme as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o trabalhador por conta própria é um tipo de empreendedor sem empregado, uma vez que ele conta apenas consigo mesmo e pode ter ajuda somente de um sócio e de empregados não remunerados. Eles são trabalhadores que atuam nas mais variadas atividades de comércio e serviço, inseridos no mercado tanto em ocupações de maior qualificação, como a de profissional liberal, quanto naquelas de baixa qualificação, como a de ambulante (IBGE, 2008; ROSSI, 2018).

raciocínio acerca dos números apresentados sobre desocupados e empreendedorismo. Consideremos que uma mulher perdeu o emprego após a maternidade, é responsável pelos cuidados com o bebê e precisa de alguma fonte provedora de recursos financeiros. O mercado de trabalho com poucos postos disponíveis afunila e explicita a sua preferência por homens quando, por exemplo, pergunta a uma mulher numa entrevista de emprego se ela tem filhas/os e quem cuidará delas/es caso fiquem doentes. Destaque-se que, normalmente, estas perguntas não são feitas aos homens (DUARTE, 2019). Esta mulher, ao não encontrar emprego formal ou não ir a sua busca porque não encontra com quem dividir os cuidados com as crianças, começa a fazer bolo por encomenda para sobreviver. Entre fraldas, limpeza de casa, os cuidados com o bebê dia e noite, ela faz e decora bolos para vender recebendo baixa remuneração, muitas vezes insuficiente. Esta mulher é considerada ocupada, portanto dentro da força de trabalho, tornando-se apta, inclusive, a se inscrever como MEI:

Em 2019, a taxa de empreendedorismo total no Brasil foi de 38,7%, ligeiramente superior à do ano anterior, sendo a segunda mais alta da série histórica, e revelando mais uma vez o quanto o empreendedorismo é presente e sentido no cotidiano de grande parte dos brasileiros (GEM, 2019).

Os números da pesquisa GEM (2019) nos mostram que a estimativa para 2019 de mulheres empreendedoras é 26 milhões e de 29 milhões de homens empreendedores. Não por acaso, o desemprego vem numa ascendente nos últimos anos, assim como o empreendedorismo. Na busca por permanecer inseridas na lógica da sociedade de mercado, portanto, trabalhando de maneira remunerada, as pessoas aderem ao empreendedorismo diante da pobreza, falta de oportunidade e escassez de postos no mercado de trabalho. Há aqui uma transformação dos desempregados em trabalhadores por conta própria, portanto, saindo das estatísticas de desocupados.

As distorções sociais perpetradas por uma política econômica voltada para a flexibilização e individualismo busca sua correção por meio de uma formalização da situação precária dos trabalhadores. Ao menos formalmente, tudo parece melhor (ou menos trágico). É sob esta perspectiva que a/o trabalhadora/or por conta própria pode, desde 2008, diante da promulgação da Lei Complementar Nº 128, de 19 de dezembro de 2008, ser inscrito no CNPJ como MEI deixando a informalidade. A

partir da inscrição a/o MEI tem direito a um regime tributário específico e a participar da previdência. Contudo, esta modificação legislativa denota uma nova configuração da sociedade pautada em valores individualistas, fomentando novas formas de trabalho distante do assalariamento:

O estatuto do MEI indica um movimento de ampliação da racionalidade formal que incorpora à ordem legal segmentos historicamente informalizados, mas remodelados pela proliferação de modalidades de trabalho fora do assalariamento, operada pelo capitalismo flexível. Inaugura uma linhagem de reconhecimento de direitos em outra direção daquela que pavimentou o desenvolvimento dos direitos sociais ligados à generalização do regime salarial (COLBARI, 2015, p.189)

Marcella Carvalho de Araujo Silva (2017) pesquisou sobre o empreendedorismo em favelas cariocas pacificadas. Através do SESI e SEBRAE, o Estado prestou assistência aos moradores das favelas pesquisadas para cadastramento e qualificação objetivando estimular os pequenos negócios locais. Em sua pesquisa, Marcella analisou a maneira pela qual o empreendedorismo vem sendo utilizado para construção de soluções de problemas referentes à geração de trabalho dentro desta comunidade e como as distorções da realidade eram perpetradas para que um número maior de empreendedoras/es fosse contabilizado a fim de aumentar a noção de êxito do programa.

Os técnicos que avaliavam e cadastravam as/os empreendedoras/es qualificavam as mais distintas atividades laborativas como empreendedorismo a fim de alcançar os números esperados e as pessoas da comunidade buscavam alinhar as expectativas dos técnicos objetivando alcançar investimentos para as atividades que já exerciam. O trabalho realizado nas favelas do Rio de Janeiro exemplifica uma realidade apresentada pela academia acerca da releitura de realidades sob uma lente própria (MARQUES, HENRIQUE, TEIXEIRA, ABÍLIO, 2018; COLBARI, 2007 E 2015; SILVA, 2017; CRUZ JUNIOR, 2019). A finalidade desta leitura dos fatos parece-nos servir ao propósito de se adequar a uma apresentação aprazível e conforme o discurso que legitima o delinear da atuação político-econômica em curso no mundo financeirizado/globalizado.

Conforme sinalizamos anteriormente, o percentual, em 2020, da população ocupada no país trabalhando por conta própria foi de 26,4%. A taxa de informalidade foi de 38,4% da população ocupada e mulheres, jovens e pessoas pretas têm as

maiores taxas de desocupação (IBGE, 2020a). Os empreendimentos no Brasil se caracterizam por serem motivados por necessidade, ou seja, o fator preponderante para o início da investida no empreendimento foi escassez de emprego ou renda insuficiente, somados à falta de horizonte no mercado de trabalho (GEM, 2019).

Conforme assevera Colbari (2015), não há como estabelecer um único motivo que impulsiona as pessoas rumo ao empreendedorismo. A concentração de mais de uma razão – por exemplo, unir necessidade e oportunidade - é comum. A pesquisa GEM (2019), não obstante, perguntou às/aos entrevistadas/os qual a razão para iniciar seu negócio possibilitando a escolha de mais de uma opção. O resultado encontrado foi quase 90% das/dos respondentes disseram que a falta de emprego foi uma das razões da investida. Conforme quadro abaixo:

QUADRO 7: Percentual dos empreendedores iniciais* segundo as motivações para iniciar um negócio

Motivação	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Empreendedores iniciais que responderam afirmativamente cada uma das questões. As questões não são excludentes, ou seja, o empreendedor poderá ter respondido afirmativamente para mais de uma.

Fonte: Pesquisa GEM/2019

Diante desta realidade, a relação existente entre o crescimento de empreendimentos no Brasil e o aumento do desemprego indica que o número de empreendedoras/es é, em realidade, o contingente de pessoas desempregadas e sem qualquer perspectiva, buscando em pequenos comércios de produtos e serviços a tentativa para sobrevivência neste momento da atual crise estrutural do capital.

A transformação das/os trabalhadoras/es por conta própria informais em MEI, para além de algumas poucas vantagens tributárias e alcance da previdência, em verdade, apenas traz uma áurea de legitimidade a uma situação de extrema precariedade do mercado de trabalho, mantém as pessoas excluídas da preferência deste mercado por possuir marcadores distintos do ser considerado universal,

afastando qualquer discussão acerca da problemática que envolve a não absorção dessa mão de obra.

Léa Marques, pesquisadora da Fundação Perseu Abramo (FPA), afirma que:

Esse discurso do tal empreendedorismo é mais uma forma da precarização do trabalho. Isso se dá para os trabalhadores das periferias, que estão longe dos centros comerciais e precisam lidar com o mercado de trabalho sem nenhum direito. Esse discurso do empreendedor é para que o Estado não tenha responsabilidade sobre políticas públicas de emprego e renda (RBA, 2019).

Assim, o empreendedorismo vem sendo difundido como solução para o desemprego e, no caso de mães, como possibilidade de conciliação do trabalho pago com o não remunerado. Portanto, não se trata de uma solução para as mulheres, esta é uma solução para atender ao atual estágio da crise estrutural do capital.

2.2 Empreendedorismo materno: resposta ao desemprego?

A disseminação e alcance do discurso do empreendedorismo materno têm relação direta com a realidade da mulher dentro do mercado de trabalho. No transcorrer das décadas, a luta feminista ganhou fôlego e, nos últimos anos, falar em emancipação, empoderamento, questionar papéis reconhecidos socialmente como femininos tem feito parte do cotidiano nacional como reflexo de uma inquietação mundial.

Em 2016, um movimento grevista na Polônia organizado por mulheres, que contou com a participação de mais de 100 mil delas, paralisou as atividades executadas por mãos femininas na produção e reprodução, organizando passeatas contra à proibição do aborto no país. Este movimento ecoou na Argentina onde mulheres lançaram seus protestos com o slogan “*ni una menos*”. Neste país do Sul global, o levante grevista teve como estopim o assassinato e estupro coletivo de Lucia Perez, uma adolescente que contava com apenas 16 anos. A fagulha da luta feminista estava lançada e se alastrou por diversos países como Itália, Turquia, EUA, México, Chile, entre outros (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019). As redes sociais tiveram papel fundamental na disseminação das discussões e objetivos das investidas grevistas pelo mundo. Essa onda feminista se tornou num

movimento transnacional quando em 8 de março de 2017, data comemorativa pelo Dia Internacional da Mulher, foi deflagrada uma greve geral.

A fetichização da vida é a característica fundamental do capitalismo e nele podemos verificar uma constante: o sistema transforma os levantes sociais e os traduz sob sua perspectiva, cooptando as lutas dos movimentos emancipatórios oferecendo uma leitura que pacifica, mas não transforma a realidade. São apenas algumas pequenas reformas que não alteram substancialmente a vida da população. No caso das lutas feministas, a sua vertente liberal serve a este propósito de apaziguar sem transformar, alcançando ganhos para um grupo determinado de mulheres (hooks, 2018; FRASER e JAEGGI, 2020; FEDERICI, 2019a). A importância de firmar aliança entre corpos onde exista uma convergência de condições precárias deve considerar a pluralidade de realidade das pessoas que compõem esse grupo. Deve-se formar conexões para construir uma sociedade com uma existência de vida possível de ser vivida por toda/os. Não se trata de achar uma solução comum, geral, universal, senão apenas estar-se-á distribuindo precariedade (BUTLER, 2018a). Diante do *modus operandi* do capitalismo, as reivindicações feministas foram reduzidas a busca por igualdade salarial numa leitura liberal:

A redução do feminismo a “um estilo de vida”, a “uma identidade pré-fabricada”, à disposição para a afirmação de modos de existência alternativos, também colabora para acomodar as bandeiras do feminismo ao *status quo*. Com isso ele perde justamente seu potencial político de enfrentamento da opressão e da dominação (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 149).

Atualmente, a violência contra a mulher, a discriminação e preconceito de gênero, a conformação da sociedade sobre alicerces que considera um lugar de subalternidade para a mulher são pautas em destaque no cotidiano nacional. Desta feita, o discurso do empreendedorismo materno não ganharia espaço se fosse anacrônico: a proposta relaciona reivindicações legítimas da luta feminista, como, por exemplo, o tratamento isonômico entre homens e mulheres. Nesta retórica que reside a explicação para a sua propagação e adesão mesmo diante desta nova onda feminista. O problema da falta de emprego e a dificuldade de colocação de mulheres, sobretudo de mães, no mercado de trabalho impulsiona o questionamento acerca do projeto de sociedade na qual se vive. A relação entre empreendedorismo materno e desemprego também se estabelece aqui: seria este um projeto apaziguador reformista.

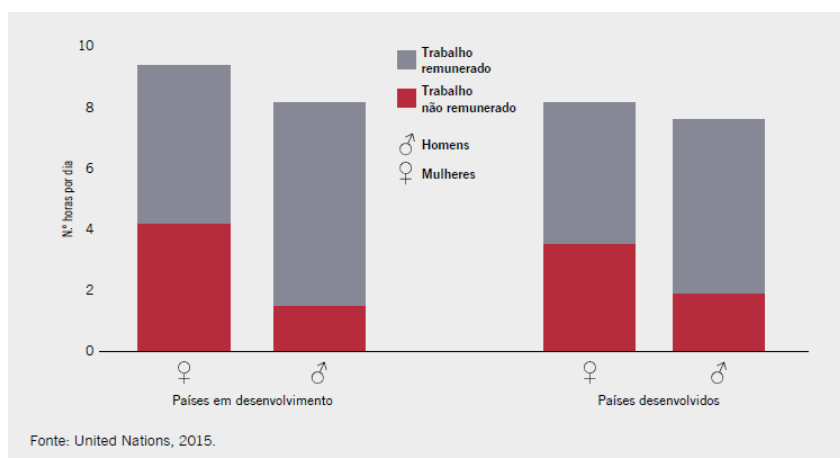
Segundo o documento elaborado pela OIT, Mulheres no Trabalho - Tendências 2016 (OIT, 2016), o desemprego afeta de maneira mais contundente as mulheres que os homens no mundo de uma forma geral – a taxa de desemprego global é de 6,2 % para mulheres, contra 5,5 % para os homens. Apenas em poucas regiões esta taxa é maior para homens: Leste Asiático, Europa de Leste e América do Norte. Como resultado da crise financeira, mulheres casadas entram no mercado de trabalho para recompor a renda familiar reduzida diante da perda do emprego pelo marido.

Outra característica apontada pelo documento (OIT, 2016) é o fato de mulheres jovens serem mais afetadas pelo desemprego quando comparadas aos homens jovens. Além disso, a informalidade é um atributo do trabalho executado pela mulher no mundo: quase 40% delas que trabalham recebendo remuneração não contribuem para o sistema de proteção social. Na América Latina as mulheres estão no trabalho informal em número superior ao dos homens.

As mulheres ainda trabalham menos horas em trabalhos pagos e mais horas (2,5 vezes a mais) no trabalho não pago (doméstico e com os cuidados). Embora siga em queda ao longo dos últimos anos o número de horas com o trabalho doméstico, o tempo despendido com os cuidados com as crianças não sofreu alteração. Este é um fator apresentado como impeditivo do desenvolvimento da carreira das mulheres pela OIT.

As mulheres trabalham muito mais horas quando somadas as horas trabalhadas na produção e reprodução, portanto, com menos tempo para dedicar-se ao crescimento da carreira. Conforme se infere do quadro abaixo, em todos os países pesquisados as mulheres dedicam mais horas ao trabalho reprodutivo (não remunerado) que os homens:

QUADRO 8: Tempo despendido no trabalho pago e no trabalho não pago pelas pessoas empregadas, por sexo



Fonte: OIT, 2016

As mulheres são 40% da força de trabalho empregada mundial, mas 57% delas trabalham em tempo parcial, isto por conta da responsabilidade com os cuidados, além de estarem em situação de subemprego de maneira muito mais elevada que os homens. Desta maneira, elas se submetem a trabalhos mais precarizados tentando conciliar a sua dupla (trabalho externo e cuidados com a casa) ou tripla jornada (além dos citados anteriormente, o trabalho com as crianças). No Brasil, 1/3 trabalham até 30 horas, quase o dobro do número de homens ocupados em trabalho parcial (IBGE, 2021).

Trabalhadoras/es independentes (por conta própria) possuem uma jornada de trabalho excessiva, as/os trabalhadoras/es por conta de outrem tendem a trabalhar dentro da jornada prevista pelas legislações (OIT, 2016). Assim, a independência para a administração do tempo tão propagada como chamariz para o empreendedorismo materno revela-se uma falácia uma vez que, em verdade, a pessoa empreendedora é submetida a longas e exaustivas jornadas:

O empreendedor, por definição, tem de assumir riscos, e seu sucesso está em sua capacidade de conviver com eles e sobreviver a eles... É preciso esquecer, por exemplo, uma semana-padrão de trabalho com 40 horas, de segunda a sexta, das 8 às 18 horas e com duas horas para o almoço. Normalmente, empreendedor, mesmo aquele muito bem-sucedido, trabalha de 12 a 16 horas por dia, não raro sete dias por semana (NATSUME, 2004, p. 26).

O tempo da mulher dispensado de maneira excessiva para o trabalho remunerado e reprodutivo implica numa impossibilidade de convivência saudável familiar e injusta distribuição dos afazeres domésticos entre homens e mulheres.

O documento elaborado pela OIT ainda menciona que serão necessários 70 anos, caso mantenham-se as diretrizes atuais, para o alcance da igualdade salarial entre homens e mulheres. As mulheres ganham 77% da remuneração paga aos homens e esta disparidade estaria diretamente relacionada ao desdobramento da execução dos papéis de gênero: as mulheres param suas carreiras para terem filhos ou cuidar de familiares, além da desvalorização das atividades laborativas executadas principalmente por mulheres.

Importante observar que o nível de desenvolvimento do país não tem relação com a equidade salarial de gênero. Alguns países com maior rendimento *per capita* estão entre aqueles que possuem uma maior disparidade salarial entre homens e mulheres (OIT, 2016, p. 9). Observando o quadro abaixo podemos perceber a realidade brasileira em sintonia com os dados apresentados pela OIT acerca da diferença salarial mencionada:

QUADRO 9: Média de horas trabalhadas e rendimento médio habitual da população ocupada, por sexo, segundo as ocupações, no Brasil

Famílias ocupacionais	Média de horas trabalhadas (h)			Rendimento médio habitual(R\$)			Participação da mulher no contingente da ocupação (%)	Percentual de horas trabalhadas pela mulheres em relação a de homens (%)	Percentual do valor do rendimento médio habitual recebido pelas mulheres em relação a de homens (%)
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher			
Total	39,8	42,0	37,1	2.260	2.491	1.978	45,6	88,4	79,4
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	46,4	47,9	44,8	3.390	4.045	2.668	47,7	93,5	66,0
Professores de universidades e do ensino superior	34,4	36,0	32,9	6.525	7.145	5.901	49,8	91,5	82,6
Professores do ensino fundamental	31,3	31,5	31,2	2.506	2.723	2.465	84,0	99,0	90,5
Médicos especialistas	41,6	43,2	40,2	14.929	17.572	12.618	53,2	93,0	71,8
Advogados e juristas	39,5	40,6	38,4	5.978	6.931	5.033	50,1	94,6	72,6
Escriturários gerais	40,0	40,1	40,0	2.062	2.264	1.966	67,9	99,7	86,9
Trabalhadores de centrais de atendimento	38,8	39,2	38,7	1.275	1.405	1.225	72,2	98,7	87,1
Balconistas e vendedores de lojas	43,3	44,0	42,9	1.471	1.791	1.279	62,9	97,4	71,4
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	39,2	40,7	34,4	1.298	1.373	882	23,8	84,6	64,2
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	31,1	41,8	30,5	855	1.041	845	95,0	72,9	81,2
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	39,6	41,7	38,9	1.153	1.270	1.113	74,9	93,1	87,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Da análise dos dados apresentados acima podemos verificar que mesmo nas atividades que majoritariamente são executadas por mulheres, elas recebem remuneração inferior à dos homens. Essas atividades estão relacionadas com os cuidados e são identificadas como adequadas às características que seriam inerentes às mulheres e, por esta razão, são desvalorizadas. Este é o caso de professora/or do ensino fundamental e trabalhadora/or dos serviços domésticos. As mulheres recebem apenas 90,5% e 81,2%, respectivamente, do valor recebido por homens na mesma função, fato este que escancara a irracionalidade da disparidade de rendimentos e explicita que se trata de uma situação pautada no gênero.

A desassistência estatal, resultado da nova conformação político-econômica imposta pela financeirização da economia, transfere para as mulheres a prestação assistencial antes executada pelo Estado. Nota-se uma sobrecarga de responsabilidades ainda maior para as mulheres pela identificação do papel feminino como cuidadora: “entre o maior número de horas de trabalho e os cortes no serviço público, o regime do capitalismo financeirizado espreme a reprodução social a um ponto de ruptura” (FRASER E JAEGGI, 2020, p. 105). A solução encontrada pelo capital para essa verdadeira “crise do cuidado” é a sua comercialização. Para as mulheres que podem pagar, este trabalho é transferido para outras mulheres que serão mal pagas, e para as que não podem, a questão se torna privada. Globalmente, observa-se a transferência do trabalho reprodutivo de mulheres do Norte global para mulheres do Sul (FEDERICI, 2019a; FRASER e JAEGGI, 2020; OIT, 2016). Dentro da realidade nacional, mulheres de classes privilegiadas exploram a mão de obra de outras mulheres pobres geralmente pretas e pardas. Importante destacar que sob um discurso de emancipação feminina, vemos apenas a abertura de espaço para um grupo específico de mulheres (normalmente brancas e/ou de classe média) mantendo a lógica excludente para as outras mulheres com marcadores de raça e classe. Sempre a mesma retórica pautada na universalidade (a emancipação seria alcançada por todas as mulheres, embora apenas uma parte deste grupo se beneficie).

No Brasil, segundo IBGE, as mulheres recebem remuneração menor que os homens da mesma cor. Entretanto, quando analisamos os números referentes a razão entre rendimentos por um viés de gênero e raça, observamos que a questão racial se estabelece como fator preponderante para firmar realidades discrepantes. O gênero e raça se combinam de maneira que primeiro estabelece critério racial

para, em seguida, firmar prerrogativas de gênero. A constatação desta realidade está nos números apresentados pelo DIEESE (2020) quando compara a remuneração recebida pelas pessoas conforme a cor e gênero. Os homens brancos recebem maior remuneração, seguidos das mulheres brancas. Homens negros recebem remuneração menor que as mulheres brancas e maior apenas que as mulheres negras.

QUADRO 10: Rendimento médio



Fonte: DIEESE – A inserção da População Negra e o Mercado de Trabalho, 2020.

Numa sociedade onde o valor social é medido pela quantidade de dinheiro que se pode conseguir, a desvalorização das atividades relacionadas aos cuidados é explicitada diante da baixa remuneração destas funções e a maior concentração de mulheres na sua execução expõe a estrutura sexista (IBGE, 2018b). Estas atividades laborativas são consideradas em conformidade com características tidas como inerentes ao gênero feminino:

A segregação ocupacional por gênero refere-se a forma como as mulheres se distribuem entre as categorias laborais em comparação com os homens, já que, como referimos, não é incomum que as ocupações estejam estereotipadas como masculinas ou femininas (FERNANDEZ, 2018, p. 574)

Os trabalhos com os cuidados são realizados, em sua maioria, por mulheres negras. Assim, as mulheres negras ocupam a base da sociedade, encontrando mais barreiras dentro do mercado de trabalho, exercendo os trabalhos mais precarizados e pior remunerados, fato que evidencia a existência da relação entre desvalor e remuneração (Quadro 9), agravada pelo componente racial. A respeito do trabalho doméstico, o IPEA (2019a) apresentou as seguintes informações:

- 14,6% das mulheres brancas e 18,6% das mulheres negras estão ocupadas no trabalho doméstico;
- as mulheres brancas recebem mais que as negras em todas as regiões. Os rendimentos variam de forma expressiva, ainda, se as trabalhadoras são diaristas ou mensalistas e se possuem carteira assinada ou não;
- um emprego que ocupa mulheres, em sua maioria negras, em espaços domésticos, realizando atividades consideradas “naturalmente” femininas, reúne todos os elementos para ser desvalorizado numa sociedade como a brasileira (IPEA, 2019a, p. 1 e 2).

Uma sociedade marcada em seu histórico pela existência da escravização de povos oriundos da África e que apresenta os dados acima demonstra a perpetuação de uma lógica racista, recaindo sobre as mulheres negras a responsabilidade pelos cuidados. Resta, portanto, demonstrado o projeto de exclusão que desprivilegia corpos com marcadores específicos para ocuparem posições de sobrevivência na sociedade pautada pela valorização do valor. Embora esta seja a realidade nacional, impende esclarecer que no mundo ideal das leis, esta realidade não encontra guarida.

Desde o Iluminismo e como resultado dos movimentos burgueses do século XVIII, a supremacia da lei é característica presente nos Estados nacionais. A fim de conter o poder absoluto dos monarcas, as revoluções burguesas oitocentistas elevaram a lei como fundamento da organização social em substituição ao poder considerado de origem divina dos monarcas. Desde então, a norma jurídica ocupa um lugar de extrema importância nas sociedades, tendo como escopo a organização e pacificação dos conflitos **sociais**. Kurz alerta para a existência do processo de juridificação que transforma todas as relações em contratuais a medida que a mercantilização da vida se expande. Há uma necessidade de controle das relações sociais por parte do mercado que se efetiva através da sanha legisladora estatal: “Por isso, o Estado transforma-se na máquina legislativa permanente; e quanto maior o número de relações de mercadoria e de dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares” (KURZ, 1995, p. 193-194).

Diante da necessidade desse controle, algumas mudanças legais foram introduzidas no Brasil a fim de regular as relações de trabalho das mulheres.

Durante o processo de industrialização brasileiro, as mulheres e crianças foram absorvidas como mão de obra pelo empresariado fabril do início do século XX.

A legislação nacional da época resguardava a saúde das mulheres e das crianças ao prever o impedimento do trabalho noturno realizado por estas desde o Código Sanitário de 1894. Determinava tal instituto legal, em seu Artigo 181, que “O trabalho noturno, além das 9 horas, é terminantemente proibido aos meninos menores de 15 anos e ás mulheres até 21 anos”²⁸. Posteriormente, o instituto legal proibiu qualquer trabalho para os menores de 10 anos. Entretanto, estas normas eram ignoradas pelo empresariado que, além de descumpri-las, fazia forte campanha contra elas. Glauca Faccaro (2018) ao analisar a legislação nacional sobre o trabalho das mulheres entre os anos de 1917 e 1937 relata que as crianças participavam como 50% da mão de obra fabril, sendo em sua maioria meninas. Neste período, a taxa de mortalidade infantil era alta. Os devidos cuidados com as crianças nos primeiros anos de vida reduzem essa mortalidade de maneira substancial (UNICEF/OMS, 2018). O número de mulheres nas fábricas cresceu significativamente entre os anos 1920 e 1940, sobretudo pela falta de proteção legal que permitia uma maior exploração da mão de obra feminina por salários menores. As crianças também recebiam salários menores. Quando do advento das legislações trabalhistas sobre proteção começaram a ser cumpridas e fora implementada a licença maternidade (Decreto do Trabalho das Mulheres, 1932), a mulher é expulsa do mercado de trabalho e o empresariado volta a empregar majoritariamente os homens. Em 1872 as mulheres compunham 72% da força de trabalho fabril, em 1950 elas passam a ser 23% (PENA, 1980). Torna-se, pois, evidente que a “mão invisível do mercado” quando opera desconsidera qualquer projeto de sociedade justa e igualitária. E ela sempre opera. Dependendo do período histórico, de maneira mais ou menos agressiva, mas ela sempre dita as regras.

Os dados apresentados acima servem para demonstrar as características excludentes do mercado de trabalho desde sempre, estabelecendo hierarquias de gênero e raça e em momentos como este do atual estágio da crise do capital, com alta de desemprego e postos de trabalho precarizados, as mulheres se deparam com mais obstáculos para encontrar trabalho e ao mencionar a situação de mulheres negras esta realidade se torna ainda mais dura. Mulheres, sobretudo

²⁸ DECRETO N. 233, DE 2 DE MARÇO DE 1894 - Estabelece o Código Sanitário.

mulheres negras, disputam postos de trabalho em desvantagem quando comparadas aos homens, daí a sua maior inserção no trabalho informal.

Outra questão a ser apresentada como peculiar às mulheres é o fato de elas dedicarem mais horas aos serviços domésticos e aos cuidados: em média são 10,4 horas por semana a mais que os homens (IBGE, 2021). Elas também ocupam menos cargos de chefia: 37,4% das funções gerenciais são ocupadas por mulheres, embora sejam mais escolarizadas, conforme se infere dos dados abaixo:

QUADRO 11: População com 18 a 24 anos de idade no ensino superior

	MULHERES	HOMENS
PRETA OU PARDA	22,3 %	15,7 %
BRANCA	40,9 %	30,5 %

Fonte: Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil, IBGE, 2021.

Além de todas as questões apresentadas em números que demonstram a dificuldade das mulheres de disputarem de forma igualitária postos de trabalho, ainda se apresenta a questão da maternidade. Conforme exposto anteriormente, quase 50% das mães não perdem o emprego em até 2 anos após o nascimento da criança (MACHADO, 2016). Alves, Pazello, Scorzafave (2016) apresentam artigo tratando da possibilidade da relação existente entre a concessão da licença maternidade e retorno da mulher ao trabalho. Chegaram à conclusão de que cerca de 70% das mulheres que recebem este benefício retornam ao seu trabalho. No que pertine às mulheres do setor informal, apenas 40% delas retornam após o final da gestação. O estudo observa ainda que este último número vem caindo ao longo dos anos. Considerando que as mulheres exercem, em sua maioria, trabalho informal quando se tornam mães, este fato as coloca mais distante da possibilidade de retornar ao mercado de trabalho (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019).

A dificuldade de colocação da mulher nos postos de trabalho, de sua permanência nos empregos após a maternidade, a não ocupação feminina em cargo de chefia de forma equiparada aos homens e o grande número de horas no serviço doméstico/cuidados demonstram o contexto em que o empreendedorismo materno é apresentado como “solução”.

O grande difusor do discurso do empreendedorismo no Brasil é o SEBRAE. Em seu site podem ser encontradas orientações e cursos voltados ao

empreendedorismo no Brasil. O empreendedorismo feminino possui um espaço específico no site que orienta mulheres a desenvolver seus negócios²⁹.

Azevedo (2019), Dourado (2016) e Pessoa (2015) citam, em seus trabalhos, diversas/os autoras/es que identificam características inerentes à mulher que as auxiliariam na gestão dos seus empreendimentos. Este discurso vai ao encontro do enunciado pelo SEBRAE. São listados atributos considerados intrínsecos ao ser feminino como flexibilidade, delicadeza, habilidade de ser multitarefa e de perseverar mesmo diante de um esgotamento físico e psicológico, perfil conciliador, além de maior empatia que somados às características reconhecidas como masculinas (competitividade, liderança, ambição, capacidade de assumir riscos, pensamento analítico e objetivo, independente e autoconfiante) formariam a mulher empreendedora de sucesso:

Algumas características femininas também são encaradas como fatores positivos pelo mundo corporativo, como: versatilidade, resiliência, capacidade de atuar de forma polivalente, sensibilidade, poder de conciliação (SEBRAE, 2019a).

O SEBRAE divulga um perfil, um performar esperado da mulher de negócios vencedora, além de estimular que outras mulheres busquem este caminho. Apresenta também uma visão determinista dos comportamentos feminino e masculino, um estabelecimento sexista do conceito de empreendedorismo conforme se infere do trecho transcrito abaixo:

[...] normalmente a palavra empreendedorismo está associada a grandes projetos e empresas. Mas isso é na esfera masculina. Quando se trata do universo feminino, a realidade muda. Primeiro porque o empreendedorismo feminismo vai além do lucro e também está relacionado com empoderamento, com visibilidade, com reconhecimento, acolhimento e compartilhamento de informações. A partir desta perspectiva, negócios com um toque caseiro, como criação de sabonetes e perfumes, produção de bolos e salgados, bordados, costuras e artesanato, também fazem parte do universo empreendedor. Então, todas as mulheres que têm negócios como

²⁹No site do SEBRAE podem ser encontrados diversos textos e programas direcionados especificamente para as mulheres empreendedoras, a exemplo: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/por-que-e-fundamental-estimular-o-empreendedorismo-feminino,ca96df3476959610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ba/artigos/mulheres-de-negocios,531db12a92b29610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

esses são tão empreendedoras quanto as que abrem grandes negócios e startups (*op.cit.*).

Consoante o SEBRAE, há uma (nada sutil) distinção entre homens e mulheres dentro do empreendedorismo, o que serve para validar e naturalizar a exploração e falta de oportunidade da mulher no mercado de trabalho, a sobrecarga ao buscar trabalhar de maneira remunerada conciliando com o trabalho reprodutivo, transformando numa “empreendedora” uma mulher que vende sabonete caseiro igualando-a a uma dona de uma grande empresa.

A ideia da mulher multitarefa, também presente no discurso do SEBRAE, é muito difundida e associada à mulher moderna. A performance esperada da mulher multitarefa pode ser mais facilmente apreendida observando a imagem abaixo:

QUADRO 12 – Mulher Multitarefas



Fonte: Instituto Patrícia Galvão. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/quem-se-importa-com-o-equilibrio-entre-trabalho-e-vida-das-mulheres-normais-barbara-ellen/attachment/mulher-multitarefas/>. Acesso em 21 mai. 2020.

Trata-se de uma mulher que consegue desenvolver muitas atividades ao mesmo tempo, todas com desenvoltura, obtendo resultados satisfatórios e sem sobressaltos (podemos colher esta interpretação da posição de lotus em que se encontra a personagem – posição típica de praticantes de Yoga - estampado na imagem acima). É uma “mulher polvo”, com muitos braços para executar todas as atividades ao mesmo tempo. Esta imagem retrata a impossibilidade humana de atender a esta expectativa, revelando a crueldade do discurso que tenta impor um padrão impossível de ser alcançado, ao menos para as mulheres com até dois braços.

O discurso difundido pelo SEBRAE ressoa na academia e é aceito e incorporado pelo senso comum. Cristiane Gomes de Souza (2020) analisa algumas sequências discursivas divulgadas pelo SEBRAE, chegando à seguinte conclusão:

[...] as relações interdiscursivas do SEBRAE sobre o empreendedorismo feminino contribuem, de forma ideológica e inconsciente, para a constituição de discursos hegemônicos que elegem o empreendedorismo feminino contemporâneo como único modelo possível de geração de riqueza, liberdade e desfaçatez do sofrimento da mulher (SOUZA, 2020).

As páginas virtuais que tratam do empreendedorismo materno corroboram, em sua grande maioria, com a visão do SEBRAE. Embora mencionem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que aderem ao empreendedorismo, propagam a ideia central de resolução das questões financeiras e da falta de emprego por meio do empreendedorismo³⁰. Abre-se um mercado de mentorias, cursos, palestras para fomentar o empreendedorismo feminino e materno, fortalecendo a concepção neoliberal. Este mercado existe porque é difundida a imprescindibilidade da qualificação pessoal para conseguir fazer seu negócio prosperar, alimentando a culpabilização individual pelo insucesso do empreendimento.

As mulheres estão sobrecarregadas, encontram maiores obstáculos no mercado de trabalho e quando se tornam mães todos estes entraves se acentuam:

[...] os problemas que enfrentam as mulheres no mercado de trabalho não são meramente “falhas de mercado”, como pretendem os adeptos do *mainstream* da economia, mas sim constituem vieses resultantes da própria estrutura do sistema econômico e social de caráter classista, patriarcal, sexista e, não raro, étnico-racialmente discriminatório (FERNANDEZ, 2018, p.569).

Retomando os ensinamentos weberianos acerca da ética capitalista que norteia ideologicamente o sistema até hoje, podemos compreender que a exclusão nos postos de trabalhos remunerados das mulheres que se tornaram mães causa-

³⁰ Existe uma infinidade de páginas virtuais que corroboram com esta visão sobre o empreendedorismo. Trazemos algumas, a título de exemplo:

- Movinggirls - Empreendedorismo feminino: <https://www.instagram.com/movinggirls/>

- Lualidio – Empreendedorismo materno: <https://www.instagram.com/lualidio/>

-Estelaaquino.empoderadas – Empreendedorismo materno: <https://www.instagram.com/p/CKZQcGKI9Co/>

lhes um sentimento de menos valia. O desemprego não seria apenas uma condição, um fenômeno a ser compreendido de forma objetiva. Existe uma interferência na condição humana, na psique das pessoas desempregadas, há uma influência na construção da sua subjetividade, sobretudo quando este estado se prolonga. Ainda, que haja um significado diferenciado para cada ser considerado individualmente, a vivência desta experiência será atravessada pelos marcadores de raça, gênero, localidade, classe social (DUARTE, 2019).

O empreendedorismo feminino e materno apresentam-se como “solução” para a impossibilidade de absorção das mulheres no mercado de trabalho diante da realidade contemporânea de desemprego em alta no mundo, com a manutenção de pilares sexistas na sociedade, sem políticas eficazes de fixação da mulher nos empregos, sem qualquer projeto de alteração ou discussão das obrigações com a reprodução ligadas ao gênero³¹. Ignorar a estrutura político-social que transforma essas mulheres em “empreendedoras” resulta numa fixação delas com os cuidados, com a casa e com as/os filhas/os, chamando de empoderamento o engajamento dessas mulheres nesta empreitada. O discurso do empreendedorismo materno traz a promessa de flexibilidade de horários para a mulher administrar a tripla jornada, uma vida mais tranquila, a tomada de decisões ao invés de estar à mercê de um empregador e do alcance da emancipação feminina através dele. Impende, por oportuno, pesquisar o conceito de emancipação feminina e suas premissas na perspectiva deste discurso.

³¹ Por meio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, fora criado o Projeto-Piloto Qualifica Mulher com o objetivo de “promover ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização dos direitos e da cidadania das mulheres; e aumentar a capacidade de empregabilidade das mulheres que estão em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação profissional e empreendedorismo, com vistas a sua inserção no mundo do trabalho” (PORTARIA Nº 3.175/2020) Trata-se de um projeto que se coaduna com a perspectiva individualista neoliberal uma vez que direciona os esforços para a solução individual (capacitação e incentivo do empreendedorismo).

CAPÍTULO 3 – EMPREENDEDORISMO MATERNO E EMANCIPAÇÃO – UM ESTUDO DE CASOS NA CIDADE DE SALVADOR

Nas linhas que se seguem, exploraremos a categoria emancipação e empoderamento, conceitos tão presentes no discurso que divulga o empreendedorismo materno. A análise do discurso difundido para a adesão do empreendedorismo materno como mecanismo que possibilitaria o alcance do empoderamento e emancipação da mulher, feito no Capítulo 2, terá a sua verificação de convergência com a realidade nesta seção. De que emancipação estão a falar as/os divulgadoras/es desse discurso? Trata-se de uma libertação ou apenas de uma forma de inserção ao sistema de mercadoria em busca de igualdade de remuneração?

3.1 Emancipação ou libertação relativa?

O empreendedorismo materno é geralmente apresentado como um instrumento através do qual as mulheres se empoderariam e alcançariam a emancipação. Estas são palavras utilizadas pelos meios propagadores do empreendedorismo materno de forma reiterada, sem, contudo, estabelecer seus conceitos ou a amplitude deles. A aplicação destes termos vazios de sentido, apenas palavras lançadas para causar algum impacto ou comoção, possui um objetivo específico: movimentar as mulheres rumo ao empreendedorismo de maneira acrítica tocando naquilo que é mais caro a todo ser humano: a liberdade. Empoderamento e emancipação são palavras relacionadas à liberdade?

O capitalismo opera uma restrição da liberdade quando impõe um roteiro preestabelecido a ser seguido pelas pessoas, existe uma modulação pessoal e social engendrada e qualquer atuação que destoe se torna passível de coação social e/ou legal. Nessa sociedade em que o dinheiro é o fim em si mesmo, quanto maior o capital acumulado maior as possibilidades de escolha individual e de participação nas deliberações coletivas, desde que conformadas com o projeto capitalista. A fetichização da vida limita a sociedade, transforma todas as decisões políticas em econômicas e deixa nas mãos dos movimentos do mercado a direção da forma de viver. Assim, o capitalismo nega a possibilidade real de escolha de como o indivíduo quer ser e viver e de qual projeto de sociedade as pessoas podem

construir. Liberdade está ligada a tomada de decisões. Sendo assim, ela está relacionada à autodeterminação pessoal e coletiva (FRASER e JAEGGI, 2020).

A modulação a que nos referimos acima está fundada nas estruturas racista, sexista, homofóbica, territorialista e etnicista da sociedade de mercado. Aos grupos dissidentes das diretrizes propostas pelo modelo capitalista resta a opressão por não ser o que deveria ser: o modelo considerado universal (branco, homem, heterossexual, do Norte global). Assim, pensar em uma sociedade livre, com seus indivíduos emancipados, que decidem e constroem a sua história, perpassa, necessariamente, pela destruição das estruturas discriminatórias opressoras da sociedade de mercado. Portanto:

[...] qualquer alternativa voltada à emancipação deve, prioritariamente, romper com os grilhões da alienação e do fetiche. Em outras palavras, da mercantilização de todos os aspectos da vida, que contradiz o desenvolvimento do sujeito ético moral e a realização de Justiça Social (CAVALCANTI; SILVA, 2015, p. 66)

Apresenta-se, pois, imprescindível a superação da forma fetichizada da sociedade para a existência de uma sociedade com indivíduos emancipados. Para tanto, será necessário o aniquilamento dos mecanismos opressores de sustentação do capitalismo. Destarte, suplantar o patriarcado é um dos objetivos para se alcançar a emancipação.

O androcentrismo, tendo o homem como valor (SCHOLZ, 1996), o ser universal possuidor de características consideradas inerentes a ele, é uma compreensão construída culturalmente, portanto, é histórica e não biológica. Da mesma maneira, trata-se de fruto desta concepção a ideia do ser feminino como um oposto simétrico do masculino. A mulher como “O Outro”, como a afirmação do ser universal pela desqualificação do feminino, é analisada por Beauvoir ainda pautada numa construção cartesiana baseada na dualidade homem/mulher (BUTLER, 2018b). Mulher é corpo, está marcada socialmente enquanto o homem é considerado não marcado, incorpóreo. Essa visão mantém a distinção entre corpo/liberdade (mantém o dualismo mente/corpo que desde Descartes subjuga o corpo e estabelece um lugar de maior importância para a mente). Preserva-se desta maneira a relação culturalmente construída entre mente e masculinidade e corpo e feminilidade.

A construção de gênero na sociedade de mercado baseia-se na valorização do masculino e desvalor do feminino numa dinâmica dialética e esta construção

apenas cairá por terra quando a sociedade capitalista ruir, quando “finalmente ultrapassar o patriarcado em sua forma-valor” (SCHOLZ, 1996). Esta noção historicamente construída perpassa os séculos e se mantém presente em nossos dias. Um dos pontos iniciais da luta das mulheres por reconhecimento de uma localização equânime na sociedade desdobra-se do rompimento desta posição de menos valor a elas direcionado. Assim, qualquer apresentação de soluções aos problemas vivenciados por mulheres na sociedade capitalista que não alterem os pilares do sistema baseado na valorização do valor não possibilita a emancipação.

O empoderamento, por sua vez, é o reconhecimento das potencialidades individuais, de sua cultura, do reconhecimento do lugar que ocupa na sociedade num processo de autoafirmação para romper com a opressão, é ferramenta para o alcance da emancipação. A relação existente entre emancipação e empoderamento é, portanto, instrumental. Os estudos sobre empoderamento têm suas bases na Sociologia e estão relacionados ao meio através do qual indivíduos e grupos oprimidos encontrariam elementos em si mesmos que servirão de mola propulsora rumo à construção de uma sociedade livre.

Conhecer a etimologia da palavra “empoderamento” é um dos recursos utilizados para tentar elucidar seu conteúdo. Trata-se de um neologismo, com suas raízes na língua inglesa e está relacionado a poder, seria dar poder ou capacitar com o intuito de conferir autonomia a certos grupos e indivíduos oprimidos. Conforme sinalizado anteriormente, atualmente, o uso indiscriminado desta palavra vem tornando o termo desprovido de conteúdo:

Quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema (BERTH, 2019, p. 30).

Sardenberg (2006) apresenta duas possibilidades de representação do conteúdo da palavra empoderamento: uma relacionada a poder, numa vertente feminista, e outra referente a desenvolvimento, numa concepção liberal. O surgimento da palavra tem origem radical, está relacionada a poder, sua teorização é posterior à *práxis* nos movimentos sociais. Já a compreensão liberal tem relação com a segunda fase do neoliberalismo que aconteceu nos anos 1980/1990. A partir desta fase, o neoliberalismo ostenta sua face mais “humanitária”, divulgando uma agenda objetivando a erradicação da pobreza e da fome (ALVAREZ, 2014). É nesta

ocasião que surgem propostas que se utilizam de um discurso emancipatório, contudo dentro dos moldes capitalistas. A ideia de relacionar emancipação com desenvolvimento, com eficiência, numa perspectiva de mercado, introduz uma distorção do conceito de empoderamento. Portanto, vinculado à riqueza e valor abstrato; não com o processo evolutivo de reconhecimento de capacidades, habilidades e inteligências. Há uma relação direta e de restrição a uma concepção econômica, perpetrada por agências internacionais, como FMI, afastando-a de sua origem radical:

[...] no caso da divergência entre a perspectiva dessas agências e a dos movimentos feministas, não se trata apenas de questões de cunho teórico-metodológico e sim de ordem política, o que resulta em perspectivas bastante distintas, senão conflitantes, na abordagem ao problema (SARDENBERG, 2006, p. 2)

A utilização indiscriminada do termo não explicitando seu conteúdo político possui um propósito claro: direcionar a atuação não emancipatória. Empoderar é perceber o seu poder a partir de uma compreensão das estruturas que lhe oprimem, da dinâmica estabelecida que mantém as pessoas em precariedade, é um processo na busca por autonomia que será, necessariamente, individual e coletivo. Trata-se de “uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação” (BERTH, 2019, p. 25). É uma agitação interna para transformação coletiva. Importante destacar que não se trata de transferência de poder dos opressores para os oprimidos, mas da destruição do sistema de opressão.

As bases da teorização acerca do empoderamento estão nas obras de Paulo Freire e Gramsci, quando a compreensão do termo se daria a partir da articulação das ideias desses autores clamando por uma pedagogia libertadora e ações de participação popular na construção da democracia (BERTH, 2019; SARDENBERG, 2006).

Contudo, a contribuição de Barbara Bryant Solomon foi fundamental para compreensão da instrumentalização do empoderamento para a emancipação. A intelectual norte-americana aplicou o empoderamento em seus estudos enquanto assistente social como medida transformadora da realidade. Ela promoveu a aplicação prática da Teoria do Empoderamento, diante de sua proposta de formação

de uma aliança da consciência crítica e de uma atuação transformadora dos oprimidos. A pesquisadora do Norte global afirma que a elaboração de estratégias para a transformação da realidade de grupos oprimidos somente será possível a partir da análise dos contextos social e histórico nos quais eles estão inseridos. Tanto Solomon quanto Freire compreendiam que o processo que resultará no empoderamento dar-se-á pelas próprias pessoas excluídas e teria por objetivo um fim comum, a emancipação da coletividade (BERTH, 2019).

Destarte, o empoderamento é compreendido numa perspectiva individual e coletiva, necessariamente, sendo estas fases do mesmo processo. São indissociáveis um do outro, bem como da consciência crítica. Nunca pode estar deslocado do objetivo coletivo. Do contrário, estaremos a atender uma agenda individualista que se utiliza do discurso do empoderamento e o desvirtua para manter o *status quo*. Esvai-se sua raiz revolucionária que almeja a transformação para conseguir pequenos ganhos para determinadas pessoas dando continuidade à lógica excludente.

Portanto, um projeto emancipatório perpassa pelo empoderamento de pessoas objetivando o fim da lógica opressora para todas elas. Resta afastada a ideia de ganhos individuais resultantes de esforços solitários e, principalmente, a construção de um projeto emancipatório para a coletividade requer o reconhecimento da diversidade de indivíduos que compõem esse grupo. As diferentes realidades das mulheres devem ser consideradas na elaboração deste desiderato, uma vez que a construção da subjetividade e vivência do ser mulher são atravessadas pela territorialidade, etnicidade, classe e raça. Estas opressões sobrepõem-se determinando uma experiência diversa para cada mulher dependendo da soma de marcadores que nela são identificados.

A não observação das diferentes mulheres com realidades distintas leva à construção de um projeto que se baseia na existência de um sujeito político universal, desconsiderando as peculiaridades das existências sociais da diversidade das pessoas que compõem determinado grupo. A emancipação coletiva decorre da definição de um horizonte partilhado, sendo este “parcial, localizado num tempo e num espaço” (KERGOAT, 2014). Por essa razão, considerar um projeto liberal-desenvolvimentista para a emancipação é, no mínimo, reduzir o processo emancipatório tornando-o capitalizado, é desconsiderar as necessidades distintas de

mulheres do Sul global, negras e/ou pobres quando comparadas com as mulheres de outra realidade.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo 'empoderamento' se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoa. E "fazer as coisas por si mesmo", "ter êxito sem a ajuda dos outros". Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEON, 2001, p.97 apud SARDENBERG, 2006)

De todo o exposto, podemos concluir que existe uma convergência de finalidades quando falamos em empoderamento e emancipação: romper com a dinâmica e estrutura que institui e alimenta a opressão de determinados grupos na sociedade de mercado. Conforme apontam Federici (2019a, 2019b), Sardenberg, (2006); Fraser e Jaeggi (2020) Scholz (2018), Kurz (1995), Harvey (2011) para citar apenas algumas/uns autoras/es, há a construção de uma ideologia que valida e orienta o caminhar da sociedade sobre os trilhos do projeto capitalista.

Seguindo os ditames dos ajustes estruturais, os organismos internacionais, com auxílio dos Estados, propagaram a doutrina neoliberal e implantaram programas de cunho humanitário nos países em desenvolvimento, sobretudo a partir dos anos 1990. O neoliberalismo nesta fase passa a estabelecer, juntamente com o desenvolvimento das medidas impostas pela reforma estrutural, programas e metas para a erradicação da pobreza. Os entes internacionais começam a direcionar olhares para o problema da fome e da escassez financeira que passam a ser compreendidos como "a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo" (UGÁ, 2004). Este padrão, segundo o Banco Mundial, é mensurado conforme a possibilidade de consumo, sendo estabelecido um valor monetário para se presumir se uma pessoa tem uma vida digna a partir da renda que recebe.

No capitalismo o dinheiro permeia todas as relações, condiciona e atribui valor às interações sociais e viabiliza a vida. A falta de dinheiro, portando, interfere de maneira determinante na possibilidade de integração social e nas condições

materiais de sobrevivência. Destarte, a noção de dignidade da pessoa humana possui uma evolução de seu conceito muito estreita com a chegada do capitalismo. Ela passa de uma compreensão de condição inerente ligada à razão para um princípio norteador das legislações nacionais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

A concepção de seu reconhecimento na antiguidade grega, segundo Silvio Beltramelli Neto (2021), está relacionada à existência da razão, já na Idade Média existe uma compreensão cristã relacionando-a a superioridade humana frente aos outros seres vivos por se tratar da imagem e semelhança de Deus, contudo validando a diferença entre as pessoas e a hierarquização da sociedade. Portanto, a dignidade era ligada à razão, mas sem o conteúdo da igualdade.

É na modernidade que ela ganha uma perspectiva isonômica. A sua compreensão liga-se à autodeterminação, ao fato de poder criar suas leis e escolher seu destino, diferentemente dos outros seres que eram regidos pela lei divina.

A dignidade da pessoa passa a ser reconhecida a qualquer pessoa e insere a proibição da objetificação do ser humano. Seria ela resultado da racionalidade humana, portanto, universal, sendo superada a distinção de seu reconhecimento por posição social ou religião. Esta perspectiva jusnaturalista fora abraçada pelo liberalismo influenciando as legislações liberais do século XVIII (Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776), Constituição dos EUA (1787) e Declaração do Homem e do Cidadão da França (1789)).

Posteriormente, Hegel e Marx conclamam para a reflexão da existência de condições sociais que afastam a concepção da dignidade da pessoa humana relacionada a uma igualdade natural. Assim, a concretização do respeito à dignidade da pessoa humana dentro da sociedade de mercado está intimamente relacionada a possibilidades materiais das pessoas:

Nessa perspectiva, o fenômeno da desigualdade social, que exclui, ainda que em diferentes níveis, seres humanos da condição de plena autodeterminação, não pode mais ser alijado da perquirição sobre o conteúdo da dignidade humana. E o fenômeno da exclusão social é multifacetado, na medida em que se verifica segundo distintos critérios ou circunstâncias agregadoras de pessoas em determinadas condições de insegurança. Dito de outro modo, a exclusão social subjuga diferentes grupos vulneráveis. (BELTRAMELLI NETO, 2021 p. 9)

A dignidade da pessoa humana tem, na prática, a materialização do respeito a este direito intimamente relacionada à percepção de renda e o poder de consumo da pessoa. O valor das gentes é o valor que elas carregam no bolso.

Assim, utilizando um discurso humanitário, na tentativa de garantir a governabilidade dos países em desenvolvimento que adotaram as reformas estruturais no final do século XX e tiveram como consequência o aumento da pobreza, o Banco Mundial passa a produzir relatórios sobre o desenvolvimento mundial (*World Development Report*); o FMI modifica sua retórica para incluir o Serviço para o Crescimento e a Luta contra a Pobreza junto aos países em desenvolvimento; e a ONU instituiu que o ano de 1996 seria destinado à erradicação da pobreza. Criou-se, a partir desta fase, uma Nova Agenda de Luta contra a Pobreza internacionalmente instituída (CAMPOS, 2013). Esta atuação se mantém presente atualmente, havendo uma atualização com objetivos traçados para 2030 com a Agenda ODS/ONU (PLATAFORMA AGENDA 2030, S/D).

A título de exemplo, trazemos aqui duas iniciativas para podermos visualizar a investida destes organismos internacionais na dinâmica nacional. Em 2013, o BID e o Itaú Unibanco formalizaram a intenção de disponibilizar crédito, produtos e serviços às mulheres empreendedoras no Brasil (BID, 2013). É identificada a possibilidade de abertura de um mercado para a captação de juros através de empréstimos e serviços concedidos para essas mulheres. Conforme aludimos no Capítulo 2, a dificuldade de acesso ao crédito para o público feminino é maior quando comparada ao masculino e, quando engendra a questão de raça, a dificuldade se agudiza. Afirma Federici (2019a e 2019b) que a concessão de microcrédito às mulheres tem significado muito mais um aprisionamento às dívidas que um mecanismo de inserção e avanço financeiro. Esta seria uma das formas de violência que a política neoliberal impõe às mulheres já que elas não conseguem pagar a dívida contraída levando-as à catástrofe. No capitalismo neoliberal financeirizado, o endividamento é utilizado como arma que conduz, disciplina e aprisiona a sociedade e os Estados: “sua arma preferida é a dívida” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 115). O endividamento de nações (por meio da dívida pública) e de consumidores (através de empréstimos, hipoteca, microcrédito) torna estes atores reféns do capital especulativo.

Encontramos outra investida na união entre ONU e SEBRAE para a “Formalização da iniciativa, que incentiva práticas para empoderamento das

mulheres na sociedade e na economia” (ONU, 2018). Foram ministrados cursos e palestras com o objetivo de capacitar empreendedoras. No texto em questão já vemos a palavra empoderamento sendo utilizada reduzindo sua amplitude para uma concepção liberal de emancipação. Interessante perceber que, para a ONU, “os Princípios de Empoderamento das Mulheres consistem em sete princípios orientadores voltados ao empoderamento econômico das mulheres” (ONU, 2018). Em 2016, a ONU lança uma cartilha com os sete Princípios de Empoderamento da Mulher. Este documento se propõe a indicar boas práticas às empresas rumo à equidade entre suas trabalhadoras e trabalhadores, “com exemplos e sugestões de como alcançar e medir progresso” (ONU, 2016, p 23) Eis o quinto princípio: “Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres” (op. cit., p. 3), além de afirmar que “igualdade significa, de fato, negócios” (ibidem, p. 5). O documento discorre sobre empoderamento identificando o seu conteúdo como sendo basicamente econômico.

Os dois exemplos aqui colacionados são apenas pequenas amostras diante das diversas iniciativas que implementam e propagam a concepção liberal, limitadora, antirrevolucionária e perpetuadora das opressões das noções de empoderamento e emancipação.

A política internacional disseminada por organismos supranacionais utilizando a proteção à dignidade da pessoa como retórica, portanto, apresenta soluções ditas emancipatórias sem alterações substanciais da forma como as relações se alicerçam com o escopo de dar continuidade ao projeto da sociedade de mercado. São mantidas as configurações excludentes da sociedade da valorização do valor com o claro propósito de reprimir o embrião revolucionário contido nas iniciativas populares, reconduzindo-as ao modelo capitalista. Por esta razão que empoderamento e emancipação são reduzidos à percepção de dinheiro. Uma vez esvaziadas de seu conteúdo político e utilizadas para implementar estratégias reformistas ao invés de revolucionárias, essas palavras passam a fazer parte de um discurso castrador.

O projeto emancipatório se não for para a destruição da relação oprimido-opressor apenas se prestará a uma reprodução de opressões em outras camadas. A continuidade das relações desiguais possibilitando a exploração por algumas pessoas de tantas outras é a dinâmica observada na execução do projeto feminista liberal, ao qual o discurso do empreendedorismo materno se coaduna. A proposta é

de inclusão no sistema de poucas mulheres com marcadores específicos (lembremos da imagem que é associada ao empreendedorismo materno da mulher branca, jovem de classe média). O pensamento feminista liberal tem como horizonte a conquista da inserção igualitária de mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens, elas teriam uma maior liberdade dentro do sistema e “poderiam contar com o fato de existir uma classe mais baixa de mulheres exploradas e subordinadas para fazer o trabalho sujo que se recusavam a fazer” (bell hooks, 2018, p. 20).

A aceitação dessa prática de exploração entre as mulheres pode ser compreendida por meio da reflexão que Marilena Chauí (2018) faz a respeito da “servidão voluntária” - panfleto escrito por La Boétie, no século XVI. Neste documento, o autor examina a tirania colocando as/os tiranizadas/os como eixo da análise. Haveria nestes o desejo de se tornarem tiranos, de transferir a opressão sofrida para seu imediato inferior, para uma pessoa mais vulnerável, formando uma sociedade de pequenos tiranos. Chauí traça um paralelo entre a aceitação do tirano com anuência popular e o anseio por governos autoritários na atualidade. Podemos estender esta compreensão na tentativa de explicar a existência desta conformação social onde se estabelece como aceitável a exploração de mulheres por outras mulheres que também se encontram em condições de vulnerabilidade.

O conceito de empoderamento nesta concepção reformista, cooptado para fazer parte de um discurso para manutenção do *status quo*, posto que não imprime qualquer proposta para a transformação da realidade social, não alcança a coletividade, criando um grupo privilegiado dentre as/os precarizadas/os. Os indivíduos que prosperam dentro dessa proposta, como é o caso do empreendedorismo materno que transfere os cuidados para outra mulher que ficaria responsável pelos cuidados dos filhos e do lar, perpetuam a lógica opressora contra camadas mais precarizadas da sociedade ao explorá-las.

Entretanto, dentro da lógica capitalista, é fundamental ter dinheiro para a sobrevivência e para reconhecimento. O dinheiro instrumentaliza e dá permeabilidade, possibilidade de trânsito dentro da sociedade. Pessoas com marcadores diversos do ser universal podem ocupar lugares sociais inicialmente não estabelecidos para elas quando alcançam patamares maiores de renda. Apropriar-se de espaços antes negados a certas pessoas não necessariamente significa transformar a realidade, mas traz para a esfera do aparecimento seres que estão à margem, podendo ser o combustível para a desnaturalização dessa ausência de

determinados locais sociais, além de dar acesso a instrumentos dentro do próprio sistema para fomentar a discussão e a luta:

A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política (MORENO, 2014, p. 42)

Em resumo, o alcance da emancipação não se restringe à igualdade salarial e ganhos financeiros. Contudo, dentro da sociedade de mercado, a obtenção da autonomia financeira é um acontecimento que pode propiciar avanços importantes na luta por liberdade. Trata-se de um passo, apenas um dos degraus, não se pode parar nele sob pena de apenas inserir algumas pessoas na lógica de mercado excludente, misógina, racista, elitista, xenofóbica.

Sinalizamos linhas acima que os termos empoderamento e emancipação são amplamente utilizados atualmente pelos divulgadores do empreendedorismo feminino e materno. Diante do asselvajamento das relações sociais no que se refere às mulheres e o crescimento das discussões das pautas feministas, a utilização destas palavras tornou-se lugar comum. Elas são empregadas, normalmente em conjunto, formando-se um combo para tornar possível a maior permeabilidade do discurso empreendedor e na tentativa de legitimar um projeto contrarrevolucionário que se diz libertador. É imprescindível a eliminação do fetichismo e da valorização do valor como sujeito automático para a execução de um projeto emancipatório, é fundamental que a sociedade deixe de transformar todas as suas relações em mercadoria e que a busca pelo dinheiro não seja objetivo maior das pessoas.

O empreendedorismo surge dentro da perspectiva neoliberal, no momento de implantação de medidas para ajustar as economias dos países e manter o funcionamento da dinâmica capitalista diante do emergir do atual estágio da crise estrutural do capital:

[...] cada novo surto de crise que destrói a civilização moderna e a aproxima da barbárie é redefinido como uma "oportunidade". Sufocamos, por assim dizer, numa inflação de "oportunidades". Desse ponto de vista, naturalmente, não é possível uma crítica de base do atual desenvolvimento cultural. Crítica cultural emancipatória e reacionária aparecem como idênticas, pois a mais nova tendência do momento tem de ser automaticamente a melhor e uma cornucópia de "possibilidades", mesmo se, de fato, beire as raias do desvario (KURZ, 1998).

O empreendedorismo materno surge nesta atual “oportunidade” e apresenta-se como uma falácia ao afirmar que através da abertura de um pequeno negócio, mantendo-se responsável pela produção e reprodução, mulheres teriam à disposição um instrumento hábil para o alcance do empoderamento e emancipação.

O grande apelo de hoje é o ser empreendedor no capitalismo flexível. É flutuar na vida e no trabalho, na incerteza, sempre correndo riscos, à deriva. De certa forma, os nossos antepassados sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, descontroles econômicos e outros infortúnios temporários. O inusitado, agora, é estar à deriva, navegando na incerteza e, principalmente, considerar ser normal a instabilidade, decorrente da prática cotidiana de um vigoroso capitalismo (SENNETT, 2005, p. 33 apud SANTIAGO 2009).

A realidade das mulheres que empreendem, principalmente as mães, vivendo o acúmulo de trabalho ao exercerem uma tripla jornada, apenas reforça a estrutura sexista da sociedade de mercado as fixando numa localização subalterna em relação aos homens e criando hierarquias entre elas quando atravessadas por marcadores de raça, classe, etnia e localidade.

3.2 Estudos de Casos: Projeto econômico feminista em Salvador

A pesquisa de campo realizada entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021 teve como objetivo trazer exemplos de negócios promovidos por mães em Salvador-BA que poderiam confirmar o empreendedorismo materno como solução para a inserção no sistema de produção. Inicialmente, levantaremos dados acerca da relação do tempo e prosperidade dos negócios comandados por mulheres e prosseguiremos à análise das respostas fornecidas pelas mães empreendedoras soteropolitanas.

3.2.1 - Dados sobre empreendimentos iniciais x empreendimentos estabelecidos

O GEM realiza a pesquisa sobre empreendedorismo no Brasil desde 2000. Conforme aludido nas Considerações Iniciais, trata-se de um consórcio que realiza o estudo coletando dados sobre empreendedorismo em diversos países no mundo. O projeto no Brasil é conduzido pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria técnica e financeira com o SEBRAE. Empreendedorismo, para o

GEM, “é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.” (GEM, 2019, p. 8).

A pesquisa é feita por meio de levantamento domiciliar de uma amostra da população com idade entre 18 e 64 anos: Pesquisa com a População Adulta (APS – Adult Population Survey). Em 2019 foram 2.000 pessoas entrevistadas. Desta feita, as taxas gerais de empreendedorismo no Brasil são calculadas a partir desses dados da população adulta (APS). Trata-se de uma estimativa calculada a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2019 fornecidos pelo IBGE (*op. cit.*).

A apresentação dos conceitos das categorias analisadas no referido estudo é de suma importância para melhor compreensão dos dados que serão apresentados. Segundo o estágio do negócio, as/os empreendedoras/es são classificadas/os em iniciais (subdivididos em nascentes e novos) e estabelecidas/os. São consideradas/os empreendedoras/es nascentes aquelas/es que estão envolvidas/os na estruturação de um negócio próprio, entretanto, ainda não obtiveram renda, salário ou *pro-labore* por mais de 3 meses. Por sua vez, as/os empreendedoras/es novas/os são as pessoas na mesma configuração acima, mas já pagou salário, *pro-labore* ou qualquer remuneração à/ao dona/o do negócio por mais de 3 meses e menos de 42 meses. As/Os empreendedoras/es estabelecidas/os são as/os proprietárias/os dos negócios considerados consolidados por terem pagado salário, *pro-labore* ou qualquer remuneração à/ao dona/o do negócio por mais de 42 meses. Os dados apresentados adiante se referem aos empreendimentos iniciais (nascentes e novos) e estabelecidos em 2018 e 2019:

QUADRO 13: Taxas¹ (em %) e estimativas² (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores³

Taxas	Taxas		Estimativas	
	2018	2019	2018	2019
Empreendedorismo total	38,0	38,7	51.972.100	53.437.971
Empreendedorismo Inicial	17,9	23,3	24.456.016	32.177.117
Novos	16,4	15,8	22.473.982	21.880.835
Nascentes	1,7	8,1	2.264.472	11.120.000
Empreendedorismo estabelecido	20,2	16,2	27.697.118	22.323.036
Empreendedorismo potencial	26,0	30,2	22.092.889	25.545.666

Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos. A soma das taxas parciais pode ser diferente da taxa total, uma vez que empreendedores com mais de um empreendimento serão contabilizados mais de uma vez.

² Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2018: 136,8 milhões e 2019: 138,1 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2019).

³ São considerados potenciais empreendedores aqueles indivíduos que ainda não são empreendedores (não considerados nos itens anteriores), mas que pretendem abrir um novo negócio nos próximos três anos.

Fonte: GEM (2019).

O estudo em destaque estima que, em números absolutos, haveria 53,5 milhões de pessoas no Brasil, com idade entre 18 e 64 anos, envolvidas em alguma atividade considerada empreendedora (criando, consolidando ou mantendo um empreendimento). Revela ainda que existe uma disparidade entre o percentual de empreendimentos iniciados por mulheres e sua longevidade quando comparados aos empreendimentos comandados por homens. Quando analisados o percentual de empreendimentos iniciais comandados por mãos femininas este foi próximo à quantidade de negócios iniciais conduzidos por homens. Contudo, o total de empreendimentos estabelecidos em 2019, tendo homens como seus proprietários, é superior àqueles chefiados pelas mulheres (conforme quadro abaixo).

QUADRO 14: Taxa de empreendimentos iniciais x estabelecidos

Características sociodemográficas	Iniciais				Estabelecidos	
	TEA (23,3%)	Estimativa do número de empreendedores		TEE (16,2%)	Estimativa do número de empreendedores	
		Nº (em milhões)	Percentual		Nº (em milhões)	Percentual
Sexo						
Masculino	23,5	16,1	50,0	18,4	12,6	56,5
Feminino	23,1	16,1	50,0	13,9	9,7	43,5
Total	32,2	100,0	100,0	22,3	100,0	100,0

Taxas específicas¹ (em %), percentuais e estimativas² empreendedores iniciais e estabelecidos segunda as características sociodemográficas - Brasil – 2019. ¹ Percentual da população referente a cada categoria da população (ex. 24,3% da população de 18 a 24 anos no Brasil são empreendedores iniciais). ² Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2019: 138,1 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2019).

Fonte: GEM (2019).

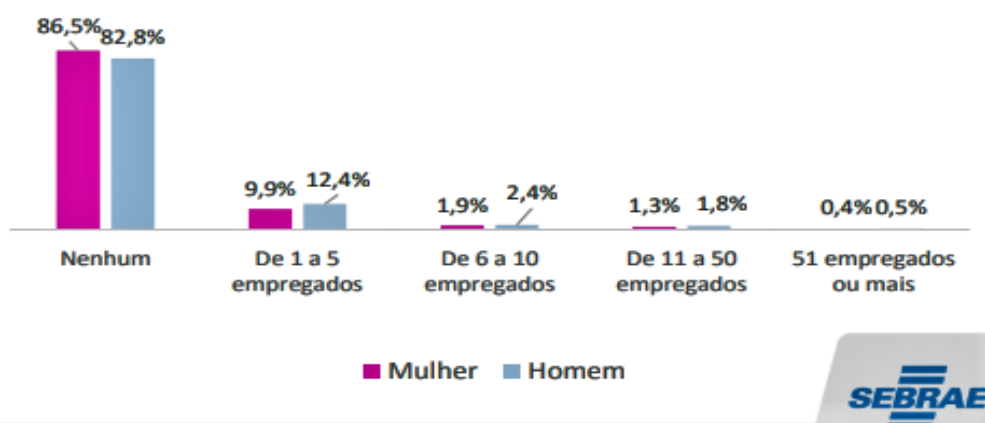
A pesquisa GEM é realizada no Brasil desde o ano 2000 e esta configuração de proximidade entre o número de homens e mulheres nos negócios iniciais e homens em maior quantidade nos empreendimentos estabelecidos tem sido uma constante.

Foram apontados pela pesquisa como possíveis motivos que explicam o maior abandono de seus negócios pelas mulheres não os tornando longevos: a mulher estaria empreendendo para complementar a renda familiar num momento de recessão, retornando à estabilidade financeira familiar anterior ao momento de crise elas abandonam o negócio; as obrigações com o lar; a concentração de mulheres em prestação de serviços domésticos onde há uma intensa concorrência (GEM, 2019).

Ao analisar o perfil das pessoas que são consideradas empreendedoras pela pesquisa e fazendo o recorte de gênero, observou-se que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens donos do negócio. Poderiam afirmar que as mulheres adquiriram pouco conhecimento e por esta razão seus negócios não perduraram. O dado apresentado indica que não se pode apresentar como argumento o menor grau de instrução feminino para justificar a menor duração dos negócios comandados por mulheres.

Outros dados foram apresentados sobre a diferença entre mulheres e homens empreendedoras/es. A motivação para empreender por necessidade³² foi apontada por 44% delas, enquanto para os homens 32%; o rendimento mensal delas é 22% menor que o dos homens; 25% delas exercem a atividade comercial em casa (homens 6%); os negócios conduzidos por elas são de menor porte e com menos empregadas/os (SEBRAE, 2019a):

QUADRO 15: Número de empregados por negócio



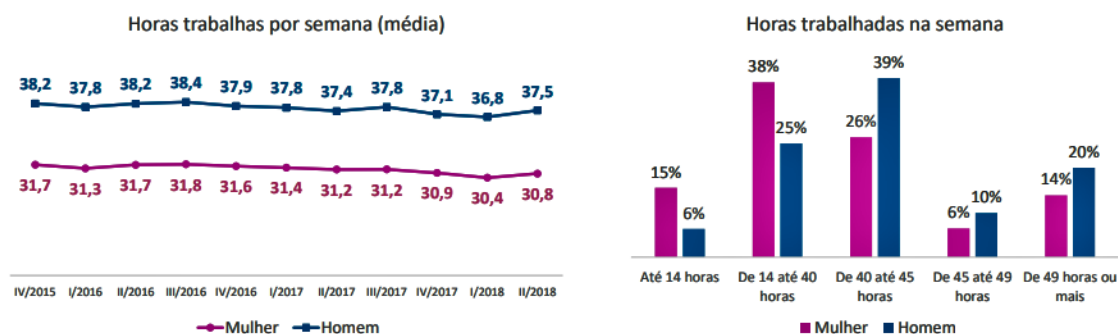
Fonte: SEBRAE, 2019a

Outro aspecto relevante diz respeito às horas em prol do negócio: elas trabalham menos horas no empreendimento. O tempo despendido pela/o gestora/or ao seu empreendimento é condição preponderante para a possibilidade de uma permanência maior de seu negócio no tempo (CRAMER; CAPPELLE; ANDRADE; BRITO; 2012). O acúmulo de funções produtivas e reprodutivas é um fator que pode interferir diretamente no êxito dos empreendimentos comandados por mulheres. É fundamental ter tempo para dedicar-se ao empreendimento, para pensar em estratégias de desenvolvimento do negócio, para poder atender a questões burocráticas, planejar e traçar metas. Ter tempo para se dedicar ao negócio diante da configuração sexista da sociedade é mais um exemplo do privilégio concedido aos homens que tem nos números apresentados a comprovação dos reflexos dessa desvantagem na vida feminina.

³² Mencionamos no Capítulo anterior a relação existente entre desemprego e empreendedorismo. A causa preponderante apontada pelas pessoas que responderam à pesquisa GEM confirma esta conexão: “a motivação ‘ganhar a vida porque os empregos são escassos’ expressa o mesmo sentido de empreender por necessidade” (GEM, 2019, p. 12).

QUADRO 16: Horas trabalhadas por mulheres e homens em seus negócios

As mulheres Donas de Negócio trabalham menos horas no negócio (18% menos)



Fonte: PNADC (2018)
Nota: (*) Empregadores + Conta-Própria



Fonte: SEBRAE, 2019a

Destaque-se que as mulheres donas do negócio dispõem de menos tempo para trabalhar em seus empreendimentos quando contrapostas aos homens donos do negócio. Enquanto a maioria delas labora no empreendimento entre 14 e 40h/semanais (38%), os homens estão dedicados ao seu negócio por mais tempo: 39% deles trabalham no negócio de 40/45h/semanais. Uma quantidade expressiva delas trabalha até 14 h/semanais no negócio, ou seja, pouco tempo envolvidas neste labor.

A divisão sexual do trabalho e a identificação da função reprodutiva com o gênero feminino explicam os números apresentados acima, bem como a quantidade maior de horas empregadas nos cuidados e nas atividades domésticas pelas mulheres:

QUADRO 17: Horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo

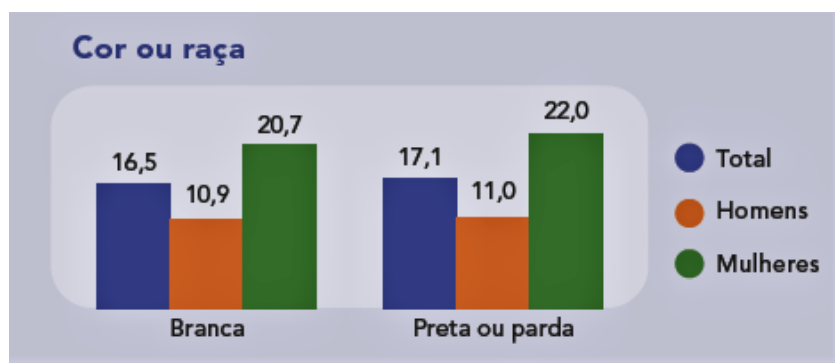
Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação - 2019						
Sexo	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	16,8	16,3	17,1	17,3	16,2	14,8
Homens	11,0	11,2	10,5	11,3	11,4	9,7
Mulheres	21,4	20,6	21,8	22,1	20,2	19,0
Homens ocupados	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Mulheres ocupadas	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Homens não ocupados	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulheres não ocupadas	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE, 2020d.

Conforme o quadro acima, as mulheres trabalham nas atividades domésticas em número de horas muito superior à dos homens. Elas dispõem de 21,4 horas semanais em média para o trabalho doméstico, enquanto os homens só dedicam 11h semanais. Mesmo realizando atividade remunerada (ocupadas), as mulheres continuam exercendo as funções domésticas por mais horas que os homens: elas 18,5 h/semana e eles 10,4h/semana. Quando homens e mulheres estão em situação de desemprego (desocupadas/os) esta disposição das horas se repete e até se acentua: eles trabalham nos cuidados e no lar por quase metade do tempo quando comparados a elas.

Outra informação relevante para uma leitura mais próxima da realidade da sociedade diz respeito à distribuição das horas para o trabalho doméstico levando em consideração, além do gênero, a raça. Analisando dentro do mesmo grupo de cor ou raça, as mulheres exercem as atividades com os cuidados por mais tempo que os homens. Contudo, as mulheres negras (pretas e pardas) são as que trabalham mais horas nos cuidados e nos afazeres domésticos: mulheres negras 22h semanais, enquanto mulheres brancas 20,7h semanais. Entre os homens de negros e brancos, esta variação é pouco relevante.

QUADRO 18: Média de horas semanais trabalhadas com cuidados e afazeres domésticos:



Fonte: IBGE, 2021.

Diante do panorama descrito da realidade feminina de acúmulo de obrigações, refletindo na pouca disponibilidade para o trabalho remunerado, pergunta-se: de que maneira as mulheres poderiam dedicar-se ao empreendimento ou até buscar uma qualificação para retornar ao mercado de trabalho se estão ocupadas com o trabalho reprodutivo? A tripla jornada (trabalho remunerado, cuidados com o lar e filhas/os) interfere diretamente na taxa de ocupação (proporção de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) feminina. Lares onde existem crianças com até 3 anos de idade tem relação com a menor taxa de ocupação das mulheres. Entre 25 e 49 anos, o nível de ocupação é de 54,6%, enquanto onde não há a presença de crianças nesta idade é de 67,2% (IBGE, 2021).

As mulheres brasileiras ocupam em maior quantidade os postos de trabalho por tempo parcial. Mais uma vez, o acúmulo das funções remuneradas com as não remuneradas interfere na vida da mulher: 1/3 delas está ocupada em trabalho parcial, quase o dobro da quantidade de homens (IBGE, 2021). A necessidade de atender a tripla jornada direciona as escolhas das mulheres e impacta na forma de inserção feminina no mercado de trabalho. Esta é uma realidade mundial que se repete no Brasil: 57% das mulheres que compõem a força de trabalho no mundo ocupam postos em tempo parcial (OIT, 2016). A existência de filhas/os na vida da mulher prejudica a sua disputa no mercado de trabalho. Quanto menores e em maior número forem as crianças, maior será o dano para colocação feminina neste mercado. O casamento é outro fator que interfere nesta dinâmica:

No caso das mulheres, a presença de cônjuge, na maioria das análises, exibe o mesmo efeito que a presença de filhos, ou seja, associa-se a desvantagens nas condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ter um cônjuge diminui a probabilidade de participação e relaciona-se a aumentos na chance de jornada parcial e de ser uma trabalhadora autônoma (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019, p. 21).

Importante destacar que a presença da mulher como cônjuge na vida de um homem traz sempre efeitos positivos, segundo Guiginski; Wajnman (2019). Há uma probabilidade maior de homens casados estarem empregados e uma diminuição desta possibilidade de ocupar postos precários, com jornadas parciais ou como autônomo.

Parece-nos que, embora o mercado absorva a mão de obra feminina, o papel preponderante da mulher na sociedade do valor ainda é aquele desenhado no processo de implantação do capitalismo quando a necessidade de formar um contingente de pessoas disponíveis para o trabalho perpetuou o controle dos corpos das mulheres para servirem de “fábrica” de trabalhadoras/es. Por isso o processo de adestramento da mulher iniciado com a caça às bruxas na Idade Média e o desenvolvimento ao longo da história da sociedade de mercado de um performar com atuação bem definida para a mulher nos papéis construídos de mãe, de cuidadora, como uma condição biológica, inerente e, mais que isso, almejado pelas mulheres, mantém-se até hoje, contudo com novas roupagens.

Os dados apresentados acima e no transcorrer deste trabalho corroboram com esta afirmação ao observarmos que a maternidade é um acontecimento que afasta a mulher do mercado de trabalho, colocando-a em postos de trabalhos precários ou reconduzindo-a ao lar e aos cuidados. A sua não inserção neste mercado é um reflexo da estrutura discriminatória desta sociedade regida pelos ditames da concorrência e do fetichismo (na forma dinheiro).

A exigência social de uma performatividade feminina com a responsabilidade quase exclusiva do trabalho com os cuidados; a financeirização da economia; o aumento dos índices de desemprego; a ampliação do número de pessoas em estágio de precariedade; e o individualismo como modelo que estrutura as relações interpessoais são elementos presentes na atualidade que direcionam a atuação das pessoas em busca de uma saída individual para o atual estágio da crise sem alteração dos sustentáculos discriminatórios da sociedade.

O empreendedorismo materno com seu projeto fixador do papel feminino como mãe e cuidadora, com seu empoderamento colonizado e subserviente ao capital, envolta a uma lógica desenvolvimentista de reconhecimento pessoal, apresenta-se como um projeto que serve a interesses outros que não o de emancipação das mulheres. Diante da conclusão a que chegamos, voltemos o olhar para a realidade vivida pelas mulheres em Salvador-BA a fim de verificar a aproximação entre retórica e vivência do empreendedorismo materno conhecendo histórias de algumas mães empreendedoras.

3.2.2 - Mães empreendedoras se emancipam? Estudo de casos na cidade de Salvador – BA

O discurso do empreendedorismo materno promete flexibilidade de tempo para possibilitar a administração das demandas de uma atividade produtiva com os cuidados. Ou seja, as mulheres que caso decidam adotar essa iniciativa teriam maior disponibilidade para a família.

O objetivo da realização das entrevistas é verificar a existência de incongruência entre a promessa de emancipação da mulher-mãe por meio do empreendedorismo materno e a sua vivência. Existe uma redução do conceito de emancipação identificando-o com o recebimento de dinheiro. Entretanto, o empreendedorismo materno nada mais é que uma maneira de inserção da mulher-mãe na lógica da sociedade de mercado (sem alteração de sua estrutura sexista, racista, classista e etnicista, portanto, excludente).

Nas linhas que se seguem, iremos esboçar pretensões críticas por meio de diálogos com as empreendedoras maternas em entrevistas realizadas neste percurso da investigação.

A noção de empreendedorismo materno que adotamos nesta dissertação é, conforme elucidado no Capítulo 2, o trabalho executado por mães em seus negócios próprios (formalizados ou não) onde a sua criação/continuidade tem na maternidade a sua motivação. Importante destacar que, para o senso comum, basta ter um negócio para ser considerado empreendedora/or (KOZESINSKI, 2017). Esta informação é importante para se perceber a adesão e autoidentificação das pessoas com o empreendedorismo.

A proposta desta seção é analisar as respostas fornecidas por mães empreendedoras de Salvador-Bahia, colhidas através do questionário aplicado por

meio virtual (vide Apêndice 3). O momento atual requer este tipo de abordagem feita de maneira remota, uma vez que estamos a vivenciar as mazelas causadas pelo vírus Covid-19 e medidas de distanciamento são imprescindíveis para a contenção da sua propagação. Assim, os questionários foram aplicados e respondidos, no período compreendido entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, através da plataforma *Google Forms* (Formulário Google). Adotamos o método bola de neve para a escolha das entrevistadas e o objetivo desta pesquisa não é esgotar o tema. Pretendemos contribuir com esta incursão trazendo à luz uma pequena amostra do que se pode aprofundar em estudos posteriores.

Antes de entrar no campo e colher as entrevistas, debruçamo-nos sobre os dados fornecidos pela REM e GEM, na tentativa de conhecer o perfil da empreendedora materna. As pesquisas REM 2016 a 2019 e GEM/2019 possuem informações sobre o empreendedorismo feminino. Não encontramos nenhuma pesquisa que trate especificamente sobre o empreendedorismo materno. Procedemos ao cruzamento dos números apresentados pela REM e GEM com o escopo de conhecer a representação da mãe empreendedora conforme estas pesquisas. Contudo, uma leitura crítica dos números apresentados se faz necessária.

A REM realiza a pesquisa sobre empreendedorismo feminino desde 2016. Nas considerações iniciais deste trabalho, apresentamos no Quadro 2 as perguntas feitas às/aos entrevistadas/dos pela RME ao longo dos anos da pesquisa. Separamos as respostas que se referem ao perfil das mulheres empreendedoras e cruzamos os dados como as pesquisas GEM 2019 naquilo que se refere a gênero. Desta feita, estabelecemos o seguinte perfil:

- Idade média de 39 anos;
- Casadas;
- Com filhas/os;
- Escolaridade nível superior;
- MEI ou Informal;
- Branca;
- Classe B;
- Trabalham sozinhas em sua residência.

O perfil da empreendedora encontrado ao cruzar os dados fornecidos pelas pesquisas REM (2016 a 2019) e GEM (2019) é, portanto, de mulheres brancas, da classe A/B, com nível superior, idade média de 39 anos, casada e com filhas/os.

O documento elaborado pelo SEBRAE sobre empreendedorismo feminino (SEBRAE, 2019a) informa que as mulheres empreendedoras são mais jovens: a média da idade dos homens donos do negócio é de 45,3 e das mulheres é 43,8 anos. Segundo a pesquisa REM, 2019, 52% das mulheres empreendedoras são mães e 75% decidem empreender após a maternidade. No caso de mulheres da classe C, este percentual é ainda maior: 83%. Portanto, o empreendedorismo materno é uma realidade vivida por muitas mães brasileiras. Imprescindível informar que o perfil apresentado diz respeito à maioria das respondentes das pesquisas em destaque. Portanto, é de suma importância conhecer o alcance dessas pesquisas no que se refere às pessoas que participam destas.

A coleta de dados para a pesquisa REM é feita através de respostas espontâneas de pessoas que acessam o link da pesquisa divulgado pelos canais da REM e de seus parceiros. Segundo consta no próprio corpo da pesquisa, os formulários foram preenchidos virtualmente e a divulgação convocando as pessoas para participarem dela também ocorreu *online*. A pesquisa REM/2016 menciona, inclusive, que fora perguntado às respondentes quantas eram provenientes de sua base. As mulheres participantes diziam estar conectadas a alguma rede relacionada ao empreendedorismo, no entanto, mais da metade não mencionou o RME levando a Rede à conclusão de uma abrangência para além da sua base.

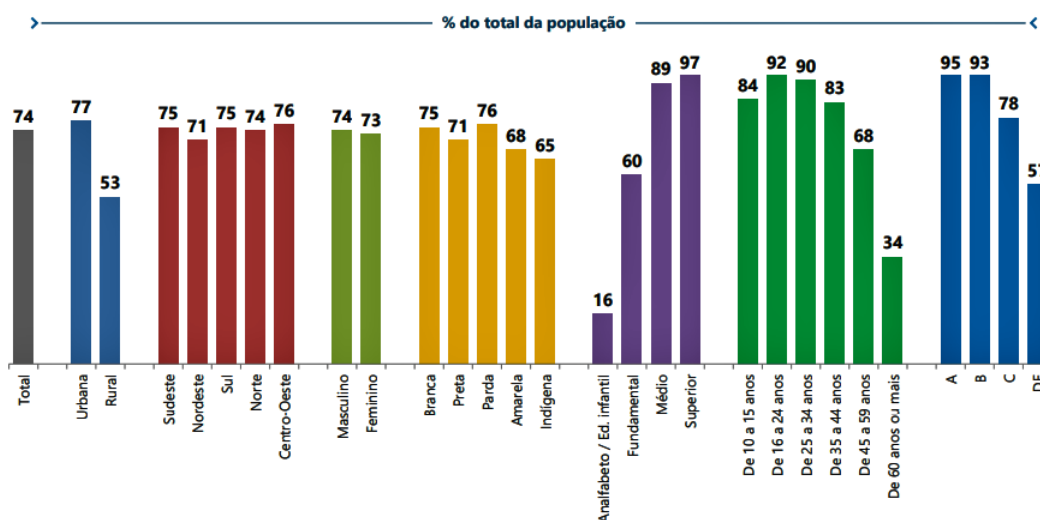
Contudo, a questão do acesso à internet e, conseqüentemente, o alcance das informações que levariam as mulheres a participarem desta pesquisa é um ponto que deve ser levantado ao analisar os dados apresentados pela REM. Um quarto das/os brasileiras/os não tem acesso à internet (IBGE, 2018a). Quase a totalidade dos excluídos digitais pertence às classes C, D e E. São 47 milhões de pessoas não usuárias de internet, onde 40 milhões delas possuem até o ensino fundamental. Trata-se de “um indicativo da estreita relação entre desigualdades digitais e sociais no país” (CETIC.BR, 2020a, p. 3). Portanto, a distribuição por classe social também é um diferencial quando analisamos o alcance de informações disponibilizadas *online*:

No País, o rendimento real médio per capita dos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1.769) foi quase o dobro do rendimento dos que

não utilizavam esta rede (R\$ 940). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões (IBGE, 2018a).

Na região urbana, o número de domicílios com acesso à internet é de 83,8%, contudo, a distribuição do uso da internet não é igualitária entre os domicílios com realidades econômicas distintas. O quadro abaixo informa que quase a totalidade de pessoas das classes A e B (95% e 93%, respectivamente) acessam a internet:

QUADRO 19: Usuários com acesso à internet:



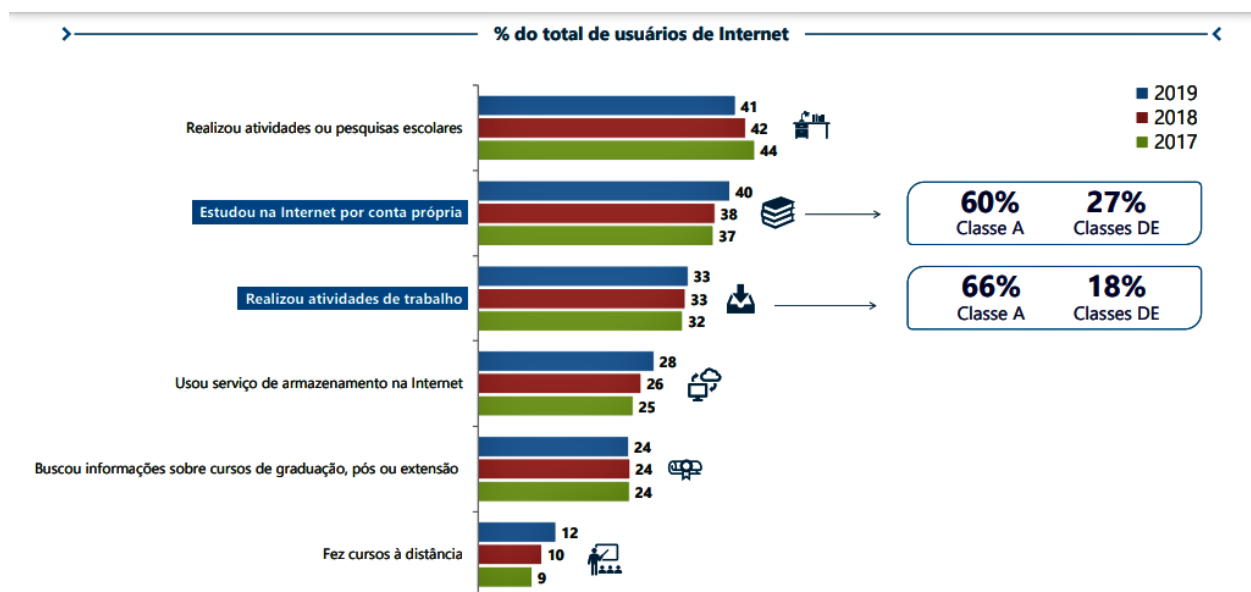
Fonte: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação³³ (CETIC.BR, 2020b).

Analisando os números acima podemos perceber que 22% e 43% das pessoas das classes C e D/E, respectivamente, estão fora do mundo virtual, e que a escolaridade também interfere: 40% das pessoas com nível fundamental e 11% do nível médio estão excluídas da rede de computadores, em contrapartida, quase a totalidade das pessoas com nível de instrução Superior acessa a rede de computadores (97%).

³³ O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), tem a missão de monitorar o acesso, o uso e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil desde 2005, objetivo cumprido por meio da produção de indicadores sobre o acesso, o uso e a apropriação das TIC em vários segmentos da sociedade. Tais dados servem como insumo para o desenho e o monitoramento de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da Internet no país. Em 2012, o Cetic.br tornou-se um Centro de Categoria II da UNESCO, o primeiro centro relacionado ao desenvolvimento de sociedades da informação e do conhecimento (Fonte: Cetic.br).

A finalidade do uso da internet também é diversa para as pessoas que pertencem a classes diferentes. Enquanto 66% da classe A empregou a internet para trabalhar, apenas 18% das pessoas das classes D e E acessam-na como veículo para execução de trabalho:

QUADRO 20: Atividades realizadas na internet



(CETIC.BR, 2020b)

Conforme assinala Dourado (2016), a utilização dos meios eletrônicos para a venda e divulgação dos produtos e serviços ofertados pelas mães empreendedoras é uma ferramenta fundamental que impulsiona seus negócios. A utilização da internet de forma diversa entre mulheres de classes diferentes indica que estamos diante de um formato de negócio estruturado para mulheres de determinada classe social, qual seja, A e B.

Mulheres negras e das classes D e E não estão integradas em mesmo número, nem com a mesma qualidade à internet em comparação às pessoas brancas e das classes A e B. O acesso à internet exclusivamente pelo celular é a realidade de 85% das pessoas das classes D e E, 65% da população preta e 61% da parda, enquanto a população branca 51% (CETIC.BR, 2020b). Esta forma de utilizar a rede de computadores torna seu aproveitamento reduzido pelas pessoas que apenas acessam pelo aparelho de telefone móvel. Levando em consideração que algumas atividades mais sofisticadas não podem ser realizadas por alguns aparelhos e que os celulares que possuem tecnologia mais avançada são os mais

caros, as mulheres das classes D e E, em sua maioria pretas e pardas, têm um menor aproveitamento de oportunidades na rede.

A qualidade da rede também está relacionada às questões socioeconômicas: quanto maior a escolaridade e a classe social, maior a qualidade da rede e de um maior proveito do uso da internet (SILVA, 2020).

A proposta de adesão ao empreendedorismo materno como projeto com ares universais, portanto, apresentado como passível de ser adotado pelas mulheres ao não considerar os marcadores de raça e classe que atravessam um número considerável delas, apenas perpetua exclusões e turva a visão para compreensão da realidade. Uma leitura acrítica impede a construção de um projeto efetivamente emancipatório para todas as mulheres.

Conforme esclarecemos acima, a coleta de dados para a realização das pesquisas da REM de 2016 a 2019 é feita através da internet. As mulheres que responderam à pesquisa do ano de 2016 chegaram através de canais virtuais relacionados ao empreendedorismo, de onde se infere que já havia uma autoidentificação com o perfil da empreendedora e uma interação com esses canais pautados no empreendedorismo. Podemos, então, concluir que o alcance da pesquisa REM é dentro de uma classe social específica.

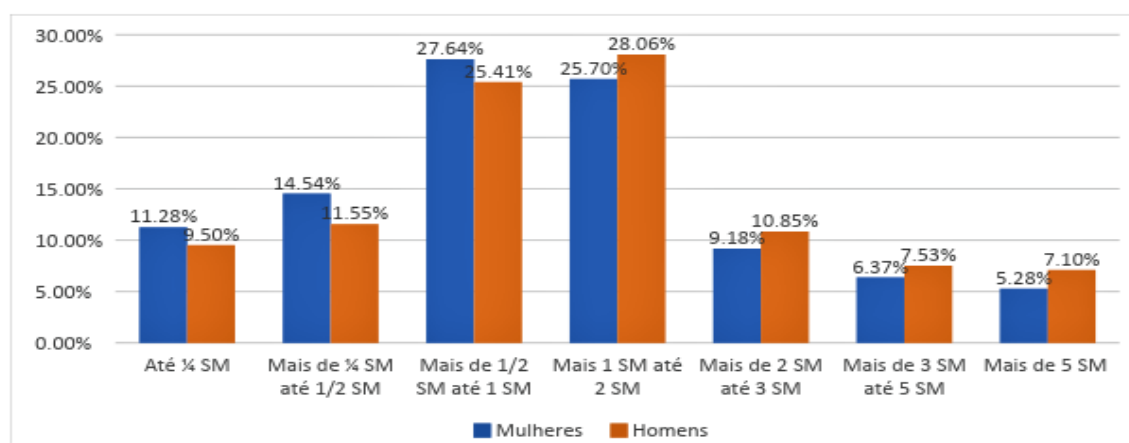
Destarte, considerar que o empreendedorismo materno é um fenômeno de mulheres de classe média, nada mais é que desconsiderar que mães pobres também exercem atividades laborativas em pequenos negócios na tentativa de conciliar o trabalho reprodutivo com o produtivo. Essas mulheres pobres também exercem atividade econômica, mas não são chanceladas com esse rótulo de empreendedoras maternas.

Chernicharo e Boiteux (2014) analisam a situação de mulheres encarceradas por tráfico de drogas e nos informam que muitas dessas mulheres cometem o crime em destaque na tentativa de conciliar a maternidade com a necessidade de exercer uma atividade remunerada. A imposição de corresponder a uma expectativa social de *performance* feminina, que as coloca como responsável pelo lar e pela criação das crianças, interfere na decisão dessas mulheres que enxergam no tráfico de drogas a possibilidade de exercer o trabalho produtivo e reprodutivo simultaneamente.

No Brasil, 48,2% dos lares são chefiados por mulheres. Elas são as únicas responsáveis pelo sustento financeiro da família, acumulando a função também com

os cuidados. Das famílias chefiadas por mulheres, 53,4% vivem com até um salário-mínimo mensal:

QUADRO 21: Distribuição dos domicílios chefiados por homens e mulheres por posição na ocupação do(a) chefe da família e sexo, 2019:



Fonte: VIECELI, 2020.

Os domicílios chefiados por mulheres ainda possuem um recorte de raça bem definido. As famílias compostas por um adulto responsável, sem cônjuge e com filha/o é de 7,4% da população nacional. Nesse arranjo familiar, 90,3% são chefiados por mulheres que, por sua vez são 67,5% de mulheres pretas ou pardas, enquanto as brancas são 31,2% (VIECELI, 2020).

As mulheres-mães da periferia do Brasil sempre foram “empreendedoras” e combinaram a produção com a reprodução. Gabriel Kraychete (2002) realizou um levantamento sobre a economia popular na Península de Itapagipe-Bahia. Em seu estudo, este pesquisador encontrou os seguintes dados: 63,9% dos empreendimentos são de mulheres, a motivação para o início da atividade foi pelo desemprego (necessidade), o tempo voltado para o empreendimento é de 8 às 10h por dia, 74,9% trabalham sozinhas/os, 59% em casa e as atividades mais comuns foram: comercialização em bar, lanchonete e restaurante 20,9%; venda de geladinho, picolé e sorvete 11,8%, serviço de beleza 8,1% e serviço doméstico 7,2%.

Portanto, mulheres empreendedoras na periferia existe há muito tempo. O estudo em apreço considerou as atividades lícitas exercidas pela população local. Contudo, muitas regiões pobres do país convivem com o tráfico de drogas. O

comércio ilegal de entorpecentes surge no horizonte de algumas mães desempregadas, atravessadas pela pobreza, pela exclusão, diante do total desamparo estatal, como uma saída possível à necessidade de sobrevivência de sua prole. A oportunidade de exercer uma atividade que gere renda e a mantenha nos cuidados dos filhos pequenos é um atrativo para algumas mulheres ingressarem no tráfico de drogas. Elas poderiam performar dentro de uma feminilidade socialmente imposta cuidando das/os filhas/os e conciliar uma atividade que resulte em remuneração, embora seja ilícita. Este é o empreendedorismo materno acessível a elas.

O processo de feminização da pobreza como consequência dos ajustes estruturais e a não modificação das estruturas sexistas da sociedade, neste momento de asselvajamento das relações sociais, exige da mulher a continuidade da atuação dos papéis a elas atribuídos em qualquer condição. A pobreza a que essas mulheres estão submetidas é fator determinante para a busca de sobrevivência mesmo que seja por meios contrários à lei. Trabalhando para o tráfico, esclareça-se, em condições de inferioridade em relação aos homens dentro das organizações criminosas, essas mulheres enxergam a possibilidade de exercer atividade remunerada em casa e cuidar do lar e dos filhos simultaneamente (CHERNICHARO, L; BOITEUX, L., 2014).

A problemática de associar um modelo apenas a um perfil: mulher branca, classe média e altamente escolarizada quando outras mulheres vivem a mesma dinâmica (necessidade de conciliar produção e reprodução), mas dentro de outra realidade, só confirma a finalidade de perpetuação de exclusões ao abraçar o empreendedorismo, sobretudo o materno.

Desta feita, de todo o exposto, decidimos que ao adentrar no campo de pesquisa não nos limitaremos a seguir o perfil aludido pelas pesquisas REM. Adotamos neste trabalho uma compreensão afastada daquela perpetrada pela visão empresarial sobre o conceito de empreendedorismo. Conforme mencionamos, estabelecemos como categoria de análise o empreendedorismo materno como aquela atuação produtiva de comercialização de produtos ou serviços realizados por mães que iniciaram ou continuaram esta atividade na tentativa de conciliar produção com reprodução. A busca é por mulheres que sejam mães, que residam em Salvador e que tenham negócio próprio motivado pela maternidade.

Conforme mencionado, nas Considerações Iniciais deste trabalho, a minha participação pessoal em alguns eventos como empreendedora materna me possibilitou ter acesso a algumas mães empreendedoras de Salvador-Bahia. Diante do conceito de empreendedorismo materno mencionado acima, entrei em contato com algumas mulheres convocando-as a participar desta pesquisa.

O objetivo da investida no campo é ouvir as mães empreendedoras a respeito da sua vivência e verificar se é possível alcançar a emancipação por meio do empreendedorismo materno. Reitero que, por conta do cenário pandêmico em que estamos inseridos desde março de 2021 - com quarentenas decretadas recorrentemente -, optamos por manter as entrevistas, porém, procedendo-as virtualmente.

Realizamos entrevistas semiestruturadas como técnica metodológica. Utilizamos a ferramenta *Google Forms* (formulários Google) para formalizar o questionário e facilitar tanto o acesso para as entrevistadas, quanto para a coleta dos dados. A possibilidade de ter o questionário acessado pelo celular mantendo uma configuração mais aprazível ao ser manuseado que num outro formato, nos fez optar por este tipo de formulário. Assim, foi enviado para o e-mail de cada entrevistada que anuiu na participação da pesquisa o link de acesso ao questionário contendo nove (09) perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico da empreendedora e do seu negócio, dez (10) perguntas acerca da análise da sua experiência como empreendedora materna, da sua rotina e sobre a sua compreensão sobre emancipação (as perguntas que compõem o questionário estão no Apêndice 3).

A partir de novembro os contatos iniciaram-se através de mensagens pelo WhatsApp, Instagram e Telegram. Neste último aplicativo, o convite para a participação desta pesquisa ocorreu dentro de um grupo de mulheres empreendedoras. A proposta foi lançada e algumas mulheres se dispuseram a responder o questionário. Cumpre ressaltar que a época em que o adentrar no campo se deu coincidiu com proximidade das festas de final de ano. Este período é o momento de maior concentração de esforços das empreendedoras na produção, divulgação e venda de seus produtos, fato que acreditamos que tenha dificultado o envolvimento em quantidade mais expressiva das mulheres neste projeto. O convite para participar das entrevistas ocorria juntamente com a solicitação para a indicação de possíveis participantes.

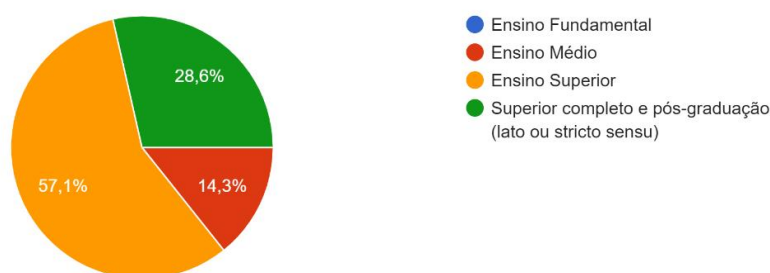
Desta forma, 17 mulheres aceitaram o convite e receberam o formulário por e-mail. O nome das entrevistadas foi substituído pela sigla EM seguida de um algarismo para identificá-las. Desta feita, teremos as respostas de EM1, EM2 e assim por sucessivamente. Mesmo diante das dificuldades aludidas, coletamos 7 entrevistas que analisaremos a seguir.

As entrevistadas têm idade entre 29 e 38 anos (média 33,5), a maioria possui nível superior, 1 filha/o, não tem cônjuge, se auto classificaram como pardas e seus negócios são informais³⁴.

Sobre a escolaridade, dentre as entrevistadas 1 possuem nível médio, 4 ensino superior e 2 superior com pós-graduação. Aqui há uma convergência entre os dados coletados e o previsto pelas pesquisas REM quando informa que as empreendedoras possuem alto nível de escolaridade, além da idade.

QUADRO 22: Escolaridade das entrevistadas

3. Escolaridade
7 respostas



Fonte: elaboração própria.

Perguntamos a quantidade de filhas/os: todas têm 1 filha/o, com exceção de 1 que tem 2. A maioria vive sem marido/companheiro, com exceção de apenas 1 delas. No quesito racial, não tivemos nenhuma que se reconheceu como branca: são 3 pretas e 4 pardas. Adotamos a mesma abordagem utilizada pelo IBGE para a

³⁴ As entrevistadas possuem negócios bem distintos entre si:

EM 1: vende produtos e oferece serviços diversos relacionados à Terapia Sistêmica atuando também como terapeuta;

EM 2: produz e vende livros sensoriais infantis (*quiet book*);

EM 3: presta serviço de comunicação e assessoria para redes sociais;

EM 4: produz objetos lúdicos e acessórios para crianças, realiza oficinas lúdicas infantis;

EM 5: presta serviço como designer;

EM 6: possui um ateliê de costura e produz roupas para bebês;

EM 7: presta serviço como instrutora de trânsito para mulheres habilitadas, além de venda de alimentos.

classificação das respondentes nas categorias raciais: a autodeclaração. Logo, não está passível de avaliação a autoidentificação de cor/raça de cada participante.

Entretanto, diante do resultado encontrado, cabe trazer algumas reflexões apenas com o intuito de aguçar o espírito investigativo de pesquisadoras/es posteriores. Este resultado pode estar relacionado ao fato de vivermos em Salvador-BA, a “Roma Negra”, a cidade com maior contingente de pessoas negras fora da África e pela atuação do movimento negro na cidade que fortalece e empodera a população preta e parda. Guimarães e Newton (2017) encontraram estabelecida uma relação direta entre a autodeclaração como pessoa negra e o processo de empoderamento através da afirmação da identidade dessas pessoas, juntamente com a conscientização das qualidades da negritude. A experiência histórica de luta e resistência diante da discriminação racial e preconceito foram acontecimentos trazidos para discussão em cursos de aperfeiçoamento e qualificações promovidos pelos sindicatos das empregadas domésticas (objeto da pesquisa em apreço).

Em contrapartida, existe o mito da sociedade miscigenada e harmônica, que faz com que as pessoas tenham dificuldade em se enxergarem como brancas ou negras, buscando o “meio termo”, porque compram a ideia de um Brasil composto em sua totalidade de um população de mestiços. Quando a autodeclaração “parda” vem de pessoas brancas, elas poderiam estar motivadas por uma negação do lugar de privilégio ou da figura do opressor. Quando isso acontece com pessoas pretas existe uma relação com o processo de racismo que degradou a autoestima delas, revelando um dificuldade de autoaceitação ou o sentimento de inferioridade.

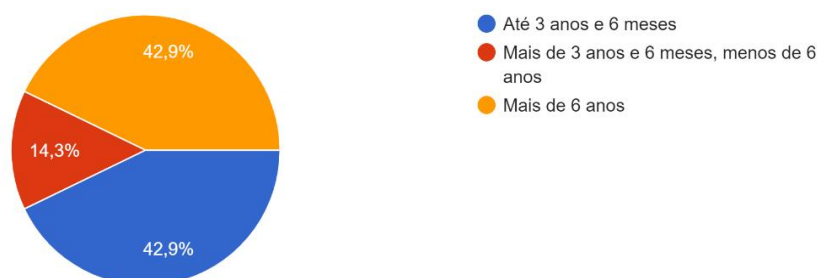
Dentro dessa infeliz dinâmica o sujeito negro torna-se não apenas a/o “Outra/o” – o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido – mas também “Outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo que o sujeito branco não quer se parecer (KILOMBA, 2019, p. 37-38).

Investigamos a duração dos negócios comandados pelas empreendedoras maternas de Salvador-Bahia. A respeito do tempo de existência dos negócios das entrevistadas o seguinte cenário foi revelado: 3 iniciaram seu empreendimento há 3 anos; 1 dos negócios existe há mais de 3 anos e 6 meses e menos de 6 anos; 3 perduram por mais de 6 anos:

QUADRO 23: Tempo do empreendimento

9. O seu empreendimento foi iniciado há quanto tempo?

7 respostas



Fonte: Elaboração própria (Abril, 2021).

Impende ressaltar que uma das entrevistadas respondeu que é empreendedora há 6 anos, contudo não manteve a mesma atividade, tentando diversos modelos ao longo desses anos³⁵. Podemos afirmar, diante desta resposta, que a maioria é de empreendedoras iniciais visto que sua última investida num novo negócio tem menos de 3 anos.

A pesquisa GEM (2019) afirma que os negócios administrados por mulheres não se estendam ao longo dos anos, contudo, segundo o SEBRAE (2019b), negócios em que as mulheres estão a frente apresentam melhor resultado em momentos de crise.

A idade média indicada pela pesquisa REM (2019) das empreendedoras foi de 39 anos. Segundo o SEBRAE (2019b), os homens começam a empreender mais cedo, as mulheres após a maternidade, sendo que elas possuem experiência profissional no mercado de trabalho quando mudam para o empreendedorismo. Outro dado relevante é que 41% das mulheres iniciam seu empreendimento sem capital, 41% usam a Poupança, investimento próprio e a rescisão de contrato de trabalho para iniciar seu negócio. Carreiras são abandonadas por elas para migrarem para um negócio próprio:

- 27,6% têm entre 31 e 40 anos;
- 25,67%, seguida pelas de 41 a 50 anos;

³⁵ EM1 que hoje é Terapeuta Sistêmica, ao longo desses mais de 6 anos, já produziu sandálias, bolsas, bijuterias, cosméticos artesanais, acessórios para bebês, mesclando com o trabalho com Heiki, tarô, aromaterapia que desenvolve atualmente.

- 18% têm entre 51 e 60 anos.

As mulheres, em sua maioria, iniciam seus empreendimentos sem capital, trabalham em seus negócios em casa (25% das empregadoras somadas às por conta própria e 55% das MEI), 2/3 delas não possuem CNPJ (SEBRAE, 2019a). As principais razões apontadas como motivadoras para a abertura dos negócios conduzidos por elas foram trabalhar para o que gostam (66%) e ter flexibilidade de horário (55%), além de afirmarem que empreender é realizar um sonho (34%) e que buscam no empreendimento uma renda maior que aquela que conseguiriam num trabalho prestado a uma/um empregadora/or (40%) SEBRAE, 2019b).

As empreendedoras maternas de Salvador que participaram da entrevista indicaram mais de um motivo para o ingresso/permanência em seu negócio. As duas causas mais citadas foram:

- poder estar presente na criação/rotina das crianças
- necessidade de gerar renda

A dificuldade de manter-se ou retornar ao mercado de trabalho foi mencionada como motivo para a incursão no empreendedorismo por 3 entrevistadas:

Iniciei meu negócio quando fiquei desempregada e me vi na necessidade de uma fonte de renda para sustentar a mim e minha filha (EM7).

Eu comecei a empreender para alcançar autonomia financeira. Eu dependia totalmente financeiramente do pai da minha filha e não consegui me recolocar no mercado de trabalho depois que fui mãe (EM2).

As respostas encontradas corroboram com quanto exposto no transcrito deste trabalho sobre a estrutura sexista da sociedade de mercado que impõem obstáculos maiores para pessoas atravessadas por marcadores diversos do ser universal. Notamos nas falas acima a resistência e exclusão das mulheres no mercado de trabalho, confirmando seu caráter misógino. Podemos também observar a necessidade de corresponder a uma performatividade feminina socialmente imposta ao buscar alinhar produção e reprodução quando os motivos para

ingressar/permanecer no empreendedorismo são a possibilidade de executar estas funções concomitantemente.

Apenas 1 das respondentes (14%) citou a realização de um sonho como razão para empreender, distante do número encontrado pelo SEBRAE (2019b) onde 34% das empreendedoras responderam nesse sentido.

Portanto, o desígnio maior é a vontade de conciliar a atividade reprodutiva com a produtiva. A disponibilidade de tempo para estar junto às/aos filhas/os é apontado como fundamental para 57,14% das respondentes deste trabalho. Quando analisamos o discurso do empreendedorismo materno propagado por diversos meios, mencionamos que a autonomia para gerir seu tempo é um atrativo às mulheres. A proposta do empreendedorismo materno é de possibilitar essa disponibilidade de tempo, entretanto, na prática, observamos apenas sobrecarga. Esta informação aparece nas pesquisas REM de 2016 a 2019 e nas falas das mulheres que entrevistamos. Não existe tempo livre na realidade das empreendedoras maternas, o excesso de trabalho é uma constante.

Perguntamos se havia funcionária/o no empreendimento ou sócia/o e se a ausência/presença destas pessoas interferia na administração do tempo. Todas trabalham sozinhas, sem ajuda ou colaboração na execução das atividades do empreendimento. Duas entrevistadas disseram não ter dificuldade por trabalharem de forma solitária no negócio, entretanto, as cinco restantes relataram sobrecarga, dificuldade de administrar o tempo, repercussão na sua saúde mental e no tempo disponível para estar com a/o filha/o:

Perco muitas noites, tenho muitas crises de ansiedade e muita pressa de que as coisas funcionem porque tenho para além das minhas necessidades de realização pessoal, tenho necessidades financeiras gritando na minha porta dia a dia. Dar conta de pensar em negócio para que este seja lucrativo e real, ao mesmo tempo em que tenho que pensar em todos os itens da lista de tarefas domésticas, sem diluir o tempo que dedico ao meu filho é algo surreal (EM2).

A inexistência dessas pessoas por muitas vezes inviabilizou e dificultou a organização do meu tempo. Cheguei a trabalhar muito mais e por muito mais tempo, o que acabou por indicar para mim que ter um negócio próprio não necessariamente me faria estar mais presente, com qualidade, na vida do meu filho (EM3).

Aqui vemos a impossibilidade da implementação da mulher multitarefa sem que haja danos a elas. Vender a ideia de que através do empreendedorismo

materno a mulher daria conta de maneira satisfatória da tripla jornada a que é submetida é, para além de ilusório, cruel. Podemos constatar a veracidade desta afirmação diante das respostas dessas mulheres ao serem inquiridas sobre a administração do tempo na execução das tarefas com os cuidados, o lar e o empreendimento.

Nos cuidados com o lar e com as crianças, as entrevistadas responderam que não contam com babá ou diarista em suas rotinas. Embora não tenha sido perguntado, de forma espontânea todas mencionaram com quem dividiam o domicílio: 3 com os pais, 3 sozinhas, 1 com companheiro. As que residem com os pais relatam que existe uma divisão das tarefas, assim como acontece com a que reside com o companheiro. Contudo, as primeiras relatam uma melhor distribuição do tempo tanto para ficar com as crianças quanto para trabalhar do que as que residem sozinhas ou com o companheiro. Apenas uma dessas mães (EM3) disse contratar esporadicamente uma babá para cuidar de sua/seu filha/o durante a pandemia no momento que necessita sair e o pai da criança não pode ficar com esta. EM3 informa ainda que somente recorreu a contratação de uma cuidadora neste período de suspensão das aulas por conta da quarentena, pois antes a criança passava o dia na escola (manhã e tarde).

Ao ser relatado o tempo reservado para o trabalho no empreendimento, percebemos que a exaustão é habitual. A maioria diz não existir uma rotina organizada, que a execução dos trabalhos com o empreendimento em casa torna o cotidiano caótico e que trabalham a noite depois que as crianças dormem.

EM2 traça de maneira minuciosa sua rotina. No trecho que trazemos abaixo podemos mergulhar num dia de uma mulher empreendedora materna, que mora sozinha e é responsável pelo sustento do lar. Ela descreve uma tentativa de organização de seu tempo diante das diversas demandas:

[...](estou retomando esta dinâmica tem dois dias, pois das primeiras vezes ... não rolou por muito tempo). Este processo funciona sendo interrompido pelo número de vezes que meu filho acorda e pede pra mamar até que ele acorde de vez, então eu cuido do café, banho, e tento já adiantar almoço, cuidar dos gatos, e acabo usando o recurso da tv pra fazer algumas coisas com ele em segurança, já que é muito pequeno e não dá pra deixar muito sem supervisão. Pela manhã é quase sempre voltada pra ele, depois do essencial eu brinco e dou atenção, as vezes tentando agilizar rede social do atelier, quando o pai vem eu posso me dedicar mais ao trabalho, mas ainda assim preciso sempre dar pausas, quer seja pra dar mama, ou coordenar alguma coisa de alimentação etc. então, meu tempo fica assim todo

picado, e eu tento fazer mais coisas quando ele dorme a noite porque dorme mais, porém nem sempre consigo devido ao cansaço (EM2).

Quando perguntamos acerca das vantagens e desvantagens de se abraçar o empreendedorismo materno em suas vidas, o desencontro entre a experiência real e a promessa de tempo livre sozinhas ou de qualidade com as crianças se torna escancarado. Estar próxima das/os filhas/os foi apontada por 5 entrevistadas como vantagem. Encontrar-se em contato com outras mães e trabalhar naquilo que gosta foi apontado por 2 entrevistadas. Sobre as desvantagens, 5 disseram que a instabilidade financeira é o maior problema que enfrentam. A desvalorização do trabalho também foi relatada. Afirma EM2 que as pessoas não consideram seu trabalho tão importante e que essa visão resvala no respeito ao cumprimento do acordo de guarda pelo pai da criança: “o pai do meu filho, por exemplo, que acha que pode vir em qualquer horário, deixa de vir sem avisar previamente” (EM2).

EM1 relata total falta de tempo, sobrecarga e dificuldade ao exercer a tripla jornada a que é submetida. Não obstante, ao falar das vantagens do empreendedorismo materno, acaba por reproduzir acriticamente o discurso propagado:

Vantagens: tempo flexível, Poder ter mais tempo com meus filhos, exercer minha criatividade mais livremente, inserir eles na minha rotina de trabalho, quando possível. (EM1).

O que podemos constatar com a descrição das desvantagens, na qual a falta de tempo é enfatizada:

Às vezes só trabalho, intensificado por conta do menor tempo disponível. Misturar o espaço de trabalho e casa (no meu caso), pq sinto que o trabalho às vezes nunca termina... vai continuando, quando vai sendo possível, isso eh horrível.. E da msm forma que eh uma vantagem, eh tb desvantagem saber que seus ganhos dependem da sua produtividade, pq tem períodos, que não dou conta... e vem os prejuízos tb (EM1).

Aqui podemos perceber o quanto do discurso do empreendedorismo está introjetado no imaginário nacional, uma vez que EM1 apresenta como vantagem estar mais próximo das crianças e, ao mesmo tempo, como uma desvantagem não ter tempo. Ela está no mesmo ambiente que as crianças, tentando executar todas as tarefas ao mesmo tempo, buscando atender a todas as expectativas, tornando-se

exausta. Não esqueçamos que um dos mecanismos do projeto neoliberal de aceitação da condição vivida pelas pessoas é implantar a culpa individual pela não resposta condizente com a concepção de produtividade. Nesta fala fica evidente a culpabilização de si mesma pelo não atendimento satisfatório de todas essas demandas.

Poucas vantagens foram apontadas, mas desvantagens diversas surgiram nas falas das entrevistadas. Trabalhar em casa foi apontada por 1 delas como vantagem, enquanto 3 consideraram esta situação como problemática para a administração e separação do tempo para o trabalho produtivo e reprodutivo. Duas mulheres falaram da falta de tempo com os filhos, o maior desejo a ser alcançado pela entrada no empreendedorismo materno. Se a motivação é estar com as/os filhas/os e a vivência do empreendedorismo impede esta situação, a permanência neste perde o sentido. Talvez por isso os negócios comandados por mulheres não perdurem após 42 meses quando passam a ser considerados estabelecidos. Se mais da metade das mulheres que empreendem são mães que são submetidas a uma exaustiva rotina, fica fácil entender o porquê de seus empreendimentos não se tornarem longevos.

Do exposto até aqui podemos constatar o descompasso entre a realidade e a promessa do empreendedorismo materno. O desejo destas mães é ter mais tempo para a família e exercer uma atividade remunerada que lhes garanta independência financeira, associando a ideia restrita de emancipação. Não é o que acontece, pois, a libertação, neste contexto, é apenas retórica.

Ao tratarmos de emancipação e o uso de seu discurso dentro da propaganda do projeto do empreendedorismo concluímos pela necessidade de construção de um projeto coletivo de libertação dos grilhões da fetichização da vida. Assim, a construção de laços entre as mulheres é fundamental. Por esta razão, saber se o empreendedorismo materno é veículo que permite a conexão entre as mulheres que o vivenciam ou se dificulta a formação de vínculos é essencial. Apenas uma das entrevistadas afirmou que vivencia o empreendedorismo materno de maneira completamente isolada, as outras 6 disseram que estão conectadas com outras mães, que há muito apoio e colaboração entre essas mulheres. As trocas virtuais foram mencionadas como a forma que as mantém em contato com outras mulheres: participação em grupos e redes sociais com intensa atuação:

Sim, estou sempre em contato com outras mães. Participo de redes virtuais e conversamos muito (EM3).

Apenas uma delas mencionou a existência de uma rede de colaboração e apoio entre empreendedoras:

Sim (o empreendedorismo materno), me conecta. O Movimento de empreender constrói redes e essas redes aproximam. Já estive mais inserida no contexto materno, mas hoje sinto que meu empreendedorismo está fazendo novas pontes tb (EM1).

Verificamos com as entrevistas que, embora a maioria das respondentes mantenha relações com outras mulheres, mesmo que virtualmente, não se pode afirmar que há ligação entre o estabelecimento ou a manutenção dessas relações por conta do empreendedorismo materno. A possibilidade de o empreendedorismo materno ser um veículo que permite o alcance da emancipação feminina fica comprometida, uma vez que não constatamos ao menos a utilização da temática do empreendedorismo para reuni-las, tampouco a compreensão do fenômeno em sua raiz, com destaque para o descompasso entre a promessa e a realidade.

O discurso que veicula o empreendedorismo materno indica o empoderamento e emancipação como resultados obtidos por um negócio gerido por mães. Contudo, aqui se aplica a concepção empresarial de emancipação, sendo esta identificada com a conquista de alguma autonomia financeira. As entrevistadas demonstraram partilhar desta compreensão: apenas 2 afirmaram que emancipação seria algo diverso de autonomia financeira (1 identificou com liberdade, mas de maneira vaga; 1 consciência do espaço da mulher na sociedade e a luta para a conquista deste lugar). As outras 5 entrevistadas relacionaram emancipação com liberdade que seria alcançada mediante o recebimento de remuneração satisfatória. Portanto, mesmo inconscientemente, nenhuma rompeu com os grilhões da lógica do valor, o que se confirma na citação a seguir:

Emancipação é o passo para liberdade, acho que o que falta é a igualdade salarial, mulheres ainda recebem menos que homens e muitas vezes não conseguem emancipação devido a isso (EM7).

Perguntamos se, com a ajuda de seu empreendimento, a entrevistada entendia que já teria atingido a emancipação ou se considerava possível este alcance com a ajuda do seu negócio: 3 afirmaram já estarem emancipadas, as

outras 4 disseram que ainda não se consideram assim, mas que o empreendimento poderia sim ser um veículo que auxilia na emancipação.

Frisamos, contudo, que para as entrevistadas a compreensão de emancipação está adstrita a noção individualizada e totalmente capitalizada:

Sim, me emancipei tanto politicamente quanto financeiramente. Eu digo que ser mãe foi a grande motivação para minha prosperidade. Meu trabalho tem propósito de proporcionar uma vida melhor para mim e meu filho (EM3).

Sinto que ainda falta um tanto para minha emancipação. Por ser uma empresa pequena e muito nova e ainda não tenho o retorno financeiro necessário para meu sustento (EM6).

Dentre as respostas, duas se destacaram por identificarem um processo de empoderamento dentro da sua vivência no empreendedorismo materno. Abaixo a primeira fala que destacamos:

Eu acredito que consegui ter um resgate mínimo de dignidade de autoafirmação enquanto pessoa e mulher, mas ainda preciso avançar e dar muitos passos. Mas sim eu acredito que meu empreendimento em muitos e preciosos aspectos irá colaborar para minha emancipação não só financeira, mas tb como pessoa, como mulher, como mãe, afirma e cria lastro pra minha autonomia, resgate de autoconfiança (EM2).

Ser independente financeiramente dá às mulheres permeabilidade social, reconhecimento e respeito maiores que aqueles dispensados a outra mulher que depende financeiramente de outra pessoa, normalmente seu companheiro. O empoderamento como reconhecimento de suas potencialidades numa sociedade de mercado perpassa pela quantidade de dinheiro que essa pessoa pode acumular. A mulher torna-se mais segura à medida que ascende na sociedade tendo seu valor reconhecido pelo aumento de suas possibilidades de consumo. Evidente aqui a relação entre ocupação de um lugar de maior importância social com a percepção de remuneração. Esta compreensão revela o desejo de ingressar numa localização social onde as opressões estruturais da sociedade do capital se tornam amenizadas mediante a inserção na lógica de mercado:

Vivemos em uma sociedade capitalista dar conta de si financeiramente é estratégia de sobrevivência. Emancipação pra mim é isso. Uma das relações de poder mais tensionadas são as que envolvem o dinheiro, ter autonomia financeira filtra ou abranda certas tensões (EM5).

Três das entrevistadas narraram dificuldade em seus relacionamentos anteriores e no momento da separação diante da dependência financeira de seus ex-companheiros. Neste aspecto, os seus empreendimentos foram mencionados como possibilitadores da saída dessas relações. Embora relatem dificuldade em manter uma remuneração satisfatória, ser dona de seus negócios permitiu certa autonomia e independência frente a relações conjugais hierarquizadas pela posição de provedor do homem.

Todas as empreendedoras inquiridas entendem que a emancipação das mulheres, pensando na coletividade, pode ser alcançada através empreendedorismo materno. Embora a pergunta feita fosse em relação ao grupo mulheres compreendido dentro de uma certa unidade, novamente, a leitura de emancipação feminina foi numa perspectiva individual. Nenhuma das entrevistadas relacionou emancipação, que seria conquistada utilizando o empreendedorismo materno como veículo, com um projeto de liberdade para as mulheres mães. Apenas uma das respondentes falou sobre a relação de conexão, apoio e valorização entre mães empreendedoras. O relato de sua experiência é no sentido de sentir-se acolhida por uma rede de amizade entre mulheres, muito embora, em outro momento ela tenha dito que, apesar de manter contato, a sua rotina seja solitária.

A maioria expressa a crença na possibilidade de conseguir conciliar as atividades reprodutiva e produtiva com seu empreendimento e que isso seria a representação de uma vida emancipada. Perguntamos sobre a possibilidade de alcance da emancipação coletiva das mulheres através do empreendedorismo materno, eis a resposta de uma das mães:

Sim. Porque fica claro que a mãe consegue equilibrar o lado pessoal e empreendedor, fato que muitas vezes não é possível no mundo corporativo (EM6).

Emancipação seria, para esta entrevistada, o alinhamento individual da produção e reprodução disponível para todas as mulheres. Uma perspectiva totalmente liberal, portanto, restrita de um projeto emancipatório para as mulheres.

O desejo de exercer uma maternidade mais presente, cuidando diretamente ou mais próxima das crianças, é apontado por 3 das entrevistadas como uma das expressões da emancipação:

As mulheres têm criado uma rede p apoiar e valorizar a mulher que empreende por ser mãe, e que deseja maternar de uma maneira mais presente e orgânica na vida dos filhos, mas que tb deseja ter condições financeiras para ter poder de escolha e decisão, para realizar seus sonhos e se cuidar fisicamente e mentalmente (EM2).

Mulheres-mães que trabalham fora de casa e que são submetidas a jornadas que impedem sua presença no desenvolvimento das crianças, normalmente, são obrigadas a deixá-las numa creche, com avó ou com babá/cuidadora (quando pertencem a uma classe social menos empobrecida). O desejo de maternar diretamente sua prole aponta para uma atuação revolucionária quando se almeja a quebra de uma dinâmica de “produção” de pessoas em que filhas/os são geradas/os e criados longe de seus genitores para atender a lógica do capital. Muitas empreendedoras maternas evocam a necessidade de proximidade das crianças para poder criar seres humanos em outra perspectiva, humanizando o que o ritmo acelerado da sociedade da produção não permite. Esta orientação pode ser comprovada na fala da entrevistada acima (EM 2) e no trecho abaixo:

É maternar de acordo com meus princípios e intenções pros meus filhos, sem depender de outras pessoas, principalmente financeiramente, abrindo portas que meus ancestrais não puderam abrir. Deixando novas possibilidades e potências nos registros dos meus filhos e de quem vier depois (EM 1) [grifo meu].

As mulheres a que tivemos acesso e aceitaram participar desta pesquisa são pessoas altamente escolarizadas que, conforme se pôde perceber pelas respostas aqui colacionadas, refletem acerca da realidade que vivem. Contudo, seguir a agenda neoliberal, abraçando uma “solução” ao desemprego e a dificuldade feminina de recolocação no mercado de trabalho nos revela um posicionamento fruto de uma visão ainda turvada e conforme a fetichização da sociedade de mercado. Percebemos na fala abaixo a problematização a respeito da estrutura sexista, contudo, a concepção de emancipação se resume a uma solução individualizada:

Eu vivo uma contradição sobre o empreendedorismo. Eu pesquiso relações de trabalho, embora veja criticamente as nuances do empreendedorismo, acredito que esta seja sim uma forma possível de emancipação para mulheres, sobretudo mães. O mercado de trabalho nos expulsa, nos questiona quem será pelas crianças se adoecerem, como fica o trabalho. Quem fica com sua filha no horário exposto à escola? Você tem um plano B caso isso de errado? Estas

foram perguntas que ouvi repetidas vezes em entrevistas ao tentar me recolocar e fui dispensada para vagas pras quais eu tinha muita qualificação pra ocupar pelo simples fato de ser mãe. Então ser minhas própria chefe, me deu além da autonomia financeira, empoderamento. Se ninguém queria me dar um emprego, seria eu minha própria empregadora (EM5) [grifo meu].

O empreendedorismo materno alimenta a exploração feminina e mantém a mulher como responsável quase exclusivamente como cuidadora das crianças. Estamos diante de um paradoxo ao propor a emancipação que não altera as bases do sistema e que estipula um performar feminino de subjugação:

Mas essa relação só pode ser rompida e abolida se forem simultaneamente abolidas a forma do valor que lhe corresponde dialeticamente e com ela a “vontade geral” transcendental em geral; mas não no interior deste contexto formal autonomizado (...) A crise mundial objetiva da “riqueza abstrata” e do seu “sujeito automático” torna-se também a crise mundial objetiva da relação de dissociação sexual, quer a consciência dominante, incluindo a de um feminismo democraticamente domesticado, queira agora perceber isso ou não (KURZ, 2011, p. 35).

As respostas que encontramos ao adentrar no campo investigado nos leva à confirmação da hipótese da impossibilidade emancipatória ao abraçar o empreendedorismo materno dentro da perspectiva de mercado. Para que haja qualquer modificação real se faz imprescindível romper com as estruturas que aprisionam as mulheres num local de subalternidade, seja este *locus* dentro da produção não sendo tratadas de maneira equânime, seja na reprodução ao romantizar a sua sobrecarga quando vincula a responsabilidade feminina com os cuidados ao amor.

O capital entrou na vida privada das mulheres, não apenas direciona um performar da mulher eficiente no mercado de trabalho como também invade o lar quando determina a gestão dos cuidados em harmonia com a execução das atividades produtivas (KERGOAT, 2014).

O empreendedorismo materno atende, portanto a uma agenda liberal, voltada para os problemas meramente superficiais de mulheres de uma camada social bem delimitada. Apresentando-se como “saída” para um problema conjuntural de uma crise sistêmica do capital, o empreendedorismo materno não problematiza todas as questões vivenciadas por mulheres que destoam do perfil “classe média” da mãe empreendedora para quem seu discurso é direcionado. Uma vez que ele se

propõe a impulsionar o empoderamento e servir de veículo rumo à emancipação feminina, restringir a pauta emancipatória à possibilidade de equilibrar o tempo entre família e trabalho é, no mínimo, manter uma parcela das mulheres excluídas dele.

Demandas por segurança alimentar, habitação, concessão e pagamento justos de licença maternidade e paternidade, proteção contra a discriminação racial, proteção à pessoa imigrante, dentre outras não fazem parte da pauta de reivindicações e problemas que o empreendedorismo materno se propõe resolver. Estas são questões que envolvem as muitas, as diversas mães brasileiras. São inúmeros pleitos que demonstram a amplitude do problema que envolve a divisão sexual do trabalho e suas consequências para as mulheres, para todas elas, que são oprimidas em maior ou menor intensidade, conforme os marcadores que recaem e se sobrepõem sobre cada uma delas. “As lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras - estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista” (DAVIS, 2018, p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início este trabalho expondo a minha relação com o empreendedorismo materno como esclarecimento, localização do saber e honestidade científica, mas, sobretudo, para deixar evidente que, embora ao longo do texto muitos números, planilhas, gráficos robustecem a afirmação da incapacidade emancipatória do empreendedorismo materno para as mulheres, é imprescindível colocar uma lupa sobre esses números para lembrar de que se trata de vidas. O objetivo desta pesquisa foi encontrar estudos, teorias, aprofundar as discussões, mergulhar e olhar com um pouco mais de profundidade para a distância existente entre o que se promete e o que se vive no empreendedorismo materno.

Participar de feiras e encontrar outras mulheres que vivenciavam a mesma angústia de não dar conta de todas as demandas me fez perceber que algo estava muito errado. Aquele desconforto que parecia ser uma questão particular, no contato com outras mulheres evidenciou uma dinâmica geral. Havia também muita similaridade nos quereres: vontade de estar próxima das/dos filhas/os e de manter-se gerando renda. As entrevistas realizadas junto às empreendedoras maternas de Salvador deixa evidente este desejo de performar de maneira análoga e a não conciliação de forma satisfatória destes dois papéis.

O sistema de produção social do capital estrutura-se em discriminações. O tecido social é costurado sobre desigualdades e as atuações são previamente configuradas. As pessoas são separadas, classificadas, direcionadas a um performar delineado antecipadamente e qualquer tentativa de desvio desses papéis sociais é rechaçado, perseguido e até punido. A ideologia capitalista engendra o reconhecimento e aceitação social de sua forma de conduzir a vida tendo o Estado como seu aliado, legitimador e executor das diretrizes sociais, econômicas e políticas do mercado.

Ao longo da história Moderna, o papel delineado para a mulher se conformou. A sua função dentro da sociedade de mercado está ligada aos cuidados e à procriação. Das fogueiras da Inquisição, passando pelo pós Guerra no melhor “*We can do it!*” da “Rosie, a Rebitadeira”, pelos anos 1970 com o feminismo liberal e a concepção de empoderamento ligado à participação mais efetiva no mercado de trabalho, até os dias atuais, o papel feminino foi sofrendo pequenas modificações para se amoldar às necessidades da sociedade do valor sem que a dissociação

feminina fosse alterada. A cada estágio da crise estrutural sistêmica do capital as engrenagens são ajustadas, algumas peças são realocadas sem que sua função seja alterada. Os grupos considerados marcados, que destoam do ser considerado universal (homem, branco, heterossexual, do Norte global), encontram seus papéis bem traçados e o espaço social a eles determinado de subjugação não se altera. A sociedade que foi construída e se retroalimenta sobre a diferença separa roteiros estanques para as pessoas. A ideia de mobilidade social, por estar em contraposição à sociedade medieval estamentária, não alcança uma possibilidade real de inclusão dos indivíduos considerados marcados. Uma pessoa negra, uma mulher, uma nordestina que atinge uma posição de poder, por exemplo, é oportunistamente tolerada e a qualquer momento de grande desvio de sua função predeterminada será lembrada de que deveria estar em outro lugar, que esta posição não lhe pertence.

A função precípua da mulher na sociedade de mercado está relacionada com os cuidados e a maternidade passa a ocupar uma localização de fundamento da subjetivação feminina. A partir desta premissa, os arranjos sociais se estabeleceram. E desde a implantação do capitalismo que a mulher se tornou responsável por alimentar, limpar, acolher, educar, zelar pela saúde física e mental da família, diretamente ou sendo responsável pela sua fiscalização a depender da sua renda. Mulheres de uma classe social mais abastada terceirizam a execução do trabalho reprodutivo para outra mulher sem a mesma condição financeira, contudo, o “papel feminino” não se altera posto que os cuidados se mantêm em mãos de mulheres. No Brasil, a transferência da execução do trabalho reprodutivo é direcionada para mulheres pobres e majoritariamente negras.

Assim, nesta perspectiva de continuidade das funções femininas bem delineadas na sociedade de mercado é que o empreendedorismo materno se apresenta. O seu discurso de empoderamento, de veículo para emancipação feminina em momento algum propõe a alteração das bases discriminatórias da sociedade de mercado. A função feminina relacionada aos cuidados não só é confirmada como é exaltada. Mulheres que não encontram lugar no mercado de trabalho devem buscar soluções sozinhas (no melhor do individualismo enaltecido pela ideologia neoliberal) para se manterem trabalhando de maneira remunerada sem se desincumbirem das obrigações com o *care*.

Após alguns avanços da atuação feminina para além das paredes dos lares, sobretudo como consequência da entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho nos anos 1970, qualquer proposta para ter adesão social não haveria de retroceder a estes ganhos. A política neoliberal implementando mudanças ao impor os ajustes estruturais determinou a desassistência social do Estado resultando no recrudescimento da obrigação feminina com os cuidados. Foram as mulheres que assumiram o afastamento de investimento social por parte do Estado como consequência direta da identificação de gênero a esta função.

O momento atual é de agudez de mais um estágio da crise estrutural do capital caracterizado pelo desemprego em alta, precarização dos postos de trabalho, desassistência social e a responsabilização individual pelas mazelas resultantes da estruturação econômica, social e política conduzida pelo mercado. O que abre caminho para, sob a lógica da concorrência e recrudescer do individualismo, “soluções” reformistas que conduzem as pessoas na direção do alcance de pequenos ganhos - para alguns poucos indivíduos dentro da coletividade.

Neste panorama é que o empreendedorismo materno se apresenta. O projeto é universalizante, desconsiderando as peculiaridades existentes dentro de um dado grupo, com um viés massificante que se propõe atingível por qualquer destas pessoas, sendo suficiente apenas seu esforço individual. O empreendedorismo materno divulgado por diversos meios que o propagam tem uma figura bem característica: a mulher branca, de classe média, por volta de 30 anos, com alto nível de escolaridade que “opta” por ficar em casa cuidando mais de perto (por executar os cuidados diretamente ou mais presente, mesmo que conte com auxílio de outra pessoa). Em sua retórica meritocrática, as mulheres marcadas pela raça e pela classe não estariam excluídas do projeto empreendedor uma vez que basta seu esforço e vontade para também “vencerem” no empreendedorismo.

Os números apresentados ao longo desta dissertação mostram que poucas mulheres prosperam nesta investida e a pesquisa de campo realizada traz a aproximação de todas as estatísticas para a pele, pois os números representam pessoas. É na fala delas que podemos sentir a crueldade de uma proposta que se veste de empoderadora e capaz de promover a emancipação feminina, mas que não se realiza.

Lembro-me do momento em que comecei a questionar minha decisão de estar empreendendo. Em dado momento, já envolta com toda a dinâmica de um

pequeno negócio onde a empreendedora é absolutamente tudo: gestora, responsável pela produção, pela venda, pelo *marketing*, pela contabilidade além de ser modelo, fotógrafa, responsável pelas redes sociais e atendimento ao cliente. A sobrecarga de pronto se apresenta, assim como pode ser observado em desabafos recorrentes nas diversas redes sociais e comprovada com todas as entrevistadas. As redes divulgadoras do empreendedorismo relacionam o “sucesso” do empreendimento ao planejamento e preparo da gestora. Então, fui em busca de orientação. Fiz cursos no SEBRAE, vasculhei o site tentando absorver o máximo de informação, participei de capacitações lá e em outras redes. A venda é o momento em que sua dedicação e esforço são revertidos em dinheiro, é através do quanto se acumula dele que a métrica do sucesso se estabelece para a sociedade do valor. Estratégias de vendas, de divulgação, escolha de um propósito para seu negócio são exigências do mercado, afirmam o SEBRAE e quem propaga o empreendedorismo. É preciso ter um propósito para ser competitivo e poder lucrar, dizem.

Esta foi a gota d’água para mim. O propósito é estratégia de venda. Empreendedoras maternas que poderiam falar de empoderamento e emancipação o fariam para vender mais. Estar submetida a uma jornada que nunca finalizava, o acúmulo de funções produtivas e reprodutivas causando a sensação de incapacidade por não conseguir dar conta de ambas de maneira satisfatória, a pouca disponibilidade de tempo para administrar as demandas do empreendimento já se apresentavam como questões que exigiam alguma reflexão, principalmente após perceber que eram práticas corriqueiras na vida das empreendedoras.

A motivação preponderante de mulheres que empreendem após a maternidade (a maioria só empreende depois do nascimento das/os filhas/os) está vinculada a necessidade de performar o papel de mãe e de profissional concomitantemente. O discurso empreendedor promete a possibilidade de conciliação destas atividades laborativas. Aparece nas entrevistas este desejo de ter tempo disponível para estar com as/os filhas/os. Contudo, nem para mim, nem para as entrevistadas esta promessa se cumpriu. A constatação da falta de tempo também apareceu nas entrevistas, assim como a sobrecarga na prática diária das mães empreendedoras.

O empreendedorismo materno conclama a realização da maternagem pela mulher ao propor a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo sem alterar a

identificação dos cuidados com o feminino. Ele ainda se veste com uma roupagem contemporânea ao falar em empoderamento e emancipação feminina alcançáveis por meio dele. Propaga-se uma ideia de engajamento com a venda dos produtos para fomentar o empoderamento dessas mães numa concepção restrita à percepção de dinheiro. O esvaziamento do conceito de empoderamento para um entendimento individual e restrito a conquistas remuneratórias desvirtua qualquer força revolucionária que poderia brotar da investida de mães num projeto emancipatório. Muitas pessoas são apenas cínicas e entendem o jogo do sistema anunciando uma proposta acoplada ao seu negócio para angariar mais clientes. Contudo, existe uma massa bem intencionada, que abraça a ideia e acredita que está fazendo parte de um movimento que pode modificar o estado das coisas sem perceber que estão “enxugando gelo” ou apenas servindo de exemplo de diversidade, para dar uma aura de possibilidade de vivências diferenciadas que se opõem ao *status quo*, emprestando legitimidade à continuidade do projeto capitalista excludente.

O empreendedorismo materno não questiona as estruturas discriminatórias da sociedade capitalista que determinam um performar feminino e justifica a divisão sexual do trabalho pautada no gênero. Ao revés disso, ele alimenta a concentração da responsabilidade com os cuidados em mãos femininas. E quando é escancarada a impossibilidade de sua execução por reunir tantas demandas em uma única pessoa, a solução é explorar outra mulher. Ao transferir os cuidados para aquelas que estão em condição de maior precariedade - que no Brasil são as que possuem marcadores de raça, etnia, gênero e de classe - a relação entre as mulheres se torna hierarquizada. Dentro do empreendimento materno, a ideia é de manutenção da lógica capitalista onde haverá a exploração pela/o dona/o do negócio daquelas pessoas que trabalham para ela/e. Ocorre que a maior parte das empreendedoras maternas é de mulheres que trabalham de maneira isolada - sem contar com outras pessoas, tal como relatados nas entrevistas que compõem o coração desta dissertação. A servidão voluntária se apresenta aqui como o sonho de obter ganhos individuais que possibilitariam o alcance de localizações sociais com uma mínima diminuição de sua precariedade. Um projeto que não contempla a complexidade das diversas mulheres que compõem este grupo, mantendo a hierarquização entre as pessoas, inviabiliza a perseguição de um horizonte emancipatório.

Mulheres empreendedoras de “sucesso” são apresentadas como exemplo de triunfo do projeto empreendedor, contudo elas fazem parte de um universo de tantas outras que amargam a sobrecarga e a não lucratividade de seus negócios. A exceção é apresentada como possibilidade de se tornar regra a depender apenas do esforço individual. Algo nesta proposta se mostra muito errado.

Assim como a maioria das mulheres apresentadas nos números das pesquisas REM e as entrevistadas por mim, também possuo um alto nível de escolaridade, fui mãe aos 37 anos, sou lida socialmente como branca, meu negócio é MEI que conta, hoje, com mais de 3 anos e menos de 6 anos. Conforme mencionei nas Considerações Iniciais, o que me levou (em verdade fui levada) ao empreendedorismo materno foi a vontade de estar próxima à minha filha, de cuidar diretamente dela, de poder maternar sem precisar me submeter ao mercado de trabalho que desconsidera as necessidades de conciliar a atividade laborativa com o cuidado de uma criança.

A questão do tempo disponível para trabalhar no empreendimento também apareceu para mim como empecilho do seu desenvolvimento (tomando aqui a perspectiva mercadológica, ou seja, de se tornar progressivamente lucrativo). A solução trazida seria empregar outra pessoa para me auxiliar na produção. A possibilidade de empregar uma mulher (porque não imagino abrir um posto de trabalho que não seja para outra mulher) e passar a explorar a mão de obra dela me paralisou nesta solução. Para manter a lucratividade era necessário pagar um salário que, mesmo obedecendo ao estabelecido em lei, considero baixo e que não acho justo. Um salário maior não teria condições de pagar. Eis o dilema. Além de ter que fomentar nas pessoas o desejo pela compra, o que por si só já considero um absurdo.

Vivemos sob o estigma de uma sociedade de indivíduos isolados e sob o domínio do fetichismo da mercadoria. Compramos demais e obtemos coisas desnecessárias de maneira demasiada. E eu ali tendo que aguçar nas redes sociais a necessidade de compra. Conseguindo vender e ampliar meu lucro, o passo seguinte seria explorar o trabalho de outra mulher. Isso não tem como estar certo!

Havia em mim um prazer na produção. Amava o contato com a cliente, ouvir a história que levaram às pessoas a procurarem meus produtos: uma avó que queria presentear um netinho, uma jovem que queria presentear a namorada, uma mãe encomendando lembrancinhas para o aniversário do filho etc. Eu imaginava a

pessoa ganhando. Cortar o tecido, separar os aviamentos, pensar na junção de estampas e sentar para costurar tinha outro sabor. Eu colocava tecido, linha, zíper e um pedaço de mim em cada produto. Produzir em quantidade para tornar meu negócio competitivo não cabia nessa dinâmica. Não consegui entrar na lógica de mercado. Não consegui. A necessidade de aumento da produção para atender às parcerias firmadas com algumas lojas acelerou o momento de reflexão do caminho que eu percorreria.

Para além dos meus dilemas pessoais, ao frequentar diversos ambientes que fomentam o empreendedorismo, foi possível perceber a convergência na fala que alimenta a sobrecarga feminina, que encobre um projeto de manutenção das bases sexistas da sociedade utilizando um discurso emancipatório, contudo esvaziado do seu real significado.

A confusão do conceito de emancipação com remuneração é desvelada neste trabalho, destaque nas entrevistas que justificam minhas proposições-chave. Embora o grupo analisado seja composto de mulheres com alto nível de escolaridade, não foi possível perceber que elas alcançaram a discussão numa perspectiva global, de inter-relação da dinâmica econômica mundial e a criação de um projeto como o empreendedorismo.

Outro fato relevante exposto pelas respondentes foi a falta de construção de um projeto conjunto das mães empreendedoras. Foi apontado nas entrevistas certo movimento de troca pelas redes sociais ou grupos de *What's App*, contudo, sem a perseguição de um projeto comum, tampouco um projeto que busque a emancipação para romper com os grilhões da sociedade do valor. Com isso fica evidenciada a necessidade de empoderamento (individual e coletivo) para reconhecimento de seus lugares sociais, da historicidade e atualidade das vivências das diversas mulheres (todas), de suas potências para a condução de um objetivo emancipatório.

A escolha pelas mães entrevistadas por uma maternagem consciente das consequências do afastamento das bases sólidas que o afeto proporciona já aponta uma atuação dessas mulheres em busca de transformação. A conclusão que podemos tirar da vontade dessas mães em abandonar suas carreiras ou moldá-las para tentar estar mais próximas de suas crianças é também a vontade de romper com a lógica desumanizante da sociedade que apresenta a dinâmica da vida aos que chegam com ausências das figuras de segurança emocional em prol da

manutenção da máquina em funcionamento. Este ato, por si só, já aponta uma vontade de redirecionar o que está posto. Em muitas de suas falas, as entrevistadas demonstram insatisfação com a realidade das mulheres, compreendem as dificuldades femininas num mercado de trabalho sexista, contudo, parecem buscar apenas soluções individuais. Elas têm noção da existência dos reflexos na vida das mulheres de uma conjuntura econômica e social, mas buscam saídas sozinhas – não há qualquer esboço de um projeto comum que envolva todas as mulheres e não resulte em hierarquia entre elas, que tenha como orientação a quebra dos papéis de gênero e da dissociação do valor, coisa que o empreendedorismo materno não está apto.

O discurso é apresentado como novidade, como possibilitador de empoderamento e viabilizador da emancipação feminina, contudo, se revela como uma proposta reformista sem alteração substancial da localização subalterna da mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

Legislação

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil** - Lei de 16 de dez. de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Nº 847, de 11 de out. de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 13 abr. 2021

BRASIL. **LEI Nº 13.874, DE 20 de setembro de 2019**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 13 abr. 2021

BRASIL. **Medida Provisória Nº 905, de 11 de novembro de 2019**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 13 abr. 2021

BRASIL. **PORTARIA Nº 3.175, de 10 de dezembro de 2020**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.175-de-10-de-dezembro-de-2020-293539155>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto do Trabalho das Mulheres** - Decreto n. 21.417 A – de 17 de maio de 1932. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/440930/publicacao/15617325>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Código Sanitário** - Decreto n. 233, de 2 de março de 1894. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Livros

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% -Um manifesto**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Feminismo Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **A liberdade é uma luta constante.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUARTE, G. (2002). **Dicionário de Administração.** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC. Geraldo Duarte Dicionário de Administração - Edição Digital 2011 KindleBookBr 2011.

ENGELS, Friederich. **As origens da família, da propriedade privada e do Estado.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2018.

FACCARO, Glaucia. **Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917 - 1937).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: Uma Conversa na Teoria Crítica.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução.** 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

_____. **Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias Atuais.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019b.

_____. **O Calibã e a Bruxa.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve Histórico do Feminismo.** São Paulo: Claridade, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** 13ª edição. Impetus: Rio de Janeiro, 2011.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capital.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico – Uma investigação sobre lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo, Editora Nova Cultura Ltda., 1997. Disponível em: Disponível em: <https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Developimento_Econ%C3%B4mico_-_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em 22 dez. 2020.

WOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1ª ed. São Paulo.: Tordesilhas, 2014.

Referências Eletrônicas

ABRAMO, Laís Wendel. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força Secundária?** Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>>. Acesso em 18 fev. 2021.

ADVISE BLOG - **Nova Reforma Trabalhista: guia completo atualizado**. 2020. Disponível em: <<https://blog.advise.com.br/nova-reforma-trabalhista/>>. Acesso em 22 jan. 2020.

ALLEN, Amy. **Emancipação sem Utopia Sujeição, Modernidade e as Exigências Normativas da Teoria Crítica Feminista**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, n. 103, p. 115-132, Nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000300115&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ALVES, Bruna; PAZELLO, Elaine Toldo; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme Dácar da Silva. **Retorno da Mulher ao Mercado de Trabalho: Impacto da Licença-Maternidade**. 2016. Área da ANPEC: Área 13 - Economia do Trabalho. JEL: J12, J83, O15. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_l/i13-a1dce984011249fe59ff408396533c27.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz e CAVENAGHI, Suzana Marta. **Indicadores De Desigualdade De Gênero No Brasil**. 2013. Mediações - Revista de Ciências Sociais, V. 17 N. 2, P. 83-105. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>>. Acesso em 10 fev. 2021.

ALPERSTEDT, Graziela Dias; FERREIRA, Juliane Borges; SERAFIM, Maurício Custódio. **Empreendedorismo Feminino: Dificuldades Vivenciadas em Histórias de Vida**, VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), Goiânia 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema07/266.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2021.

ALVAREZ, Sonia. **Neoliberalismos e as trajetórias dos feminismos latino-americanos**. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2021.

AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. **Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento**. [2011]. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf> Acesso em: 02 jan. 2021.

AUTENTICA. Escritos de Marilena Chaui: a servidão voluntária e os tiranos. Grupo Autêntica, publicado em 21 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fs_8IEqrx18>. Acesso em: 26 nov. 2020.

AZEVEDO, Aylime Victor da Silva. **Empreendedorismo Materno: As Experiências das Mães Empreendedoras da Cidade do Natal/RN**. 2019. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/9041>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BALL, Stephen J. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar**. 2004. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 - Luta Contra a Pobreza**. 2001. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2021.

BBC. **Por que o Financial Times, mais importante jornal econômico do mundo, pede um 'recomeço' para o capitalismo**. 18 setembro 2019. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49747790>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BBC. **1 milhão de mortos por covid-19: gráficos mostram onde o coronavírus se espalha e mata mais**. Equipe de jornalismo de dados BBC News 29 setembro 2020. 2020a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54339632>> Acesso em: 30 de out. 2020.

BBC. **As 14 recessões dos últimos 150 anos - e por que a do coronavírus deve ser a 4ª pior** - 1 julho 2020. 2020b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53239921>>. Acesso em 30 out. 2020.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e Capitalismo**. 1980. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2564415/mod_resource/content/1/BELLUZO%20Luiz%20Gonzaga%20de%20Mello.%20Valor%20e%20Capitalismo.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

BELTRAMELLI NETO, Silvio. **Conteúdo material e culturalmente inclusivo do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, v. 4, p. 1-42, 2021. Disponível em: <<http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/95/70>>. Acesso em 24 abr. 2021.

BID. **Itaú e BID formalizam um programa de apoio ao empreendedorismo feminino no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/itau-e-bid-formalizam-um-programa-de-apoio-ao-empendedorismo-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BIONDO, Fabiana Poças. **Ideologias de Gênero e Ideologias de Língua(gem) em Páginas Feministas do Facebook**. 2019. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 63, n. 2, p. 295-315, Sept. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942019000200295&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2020.

BORBA, Rodrigo. **Linguagem e Gênero: a construção discursiva de identidades sociais**. Rev. Estud. Fem. 2007. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 259-262, Apr. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. **A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo**. Estud. Econ., São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CAMPOS, Rosânia. **As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 195-209, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CASTRO, Alex. **Mini-manual pessoal para uso não-sexista da língua**. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mini-manual-pessoal-para-uso-nao-sexista-da-lingua/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos. **Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura emancipatória**. Revista Dialética, vol. 6, ano 5, junho de 2015, pp. 66-78. Disponível em <http://revistadialetica.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CETIC.BR. **RESUMO EXECUTIVO —P E S Q U I S A TIC DOMICÍLIOS**. 2020a. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/resumo-executivo-pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/>>. Acesso em 14 mar. 2021.

CETIC.BR. **TIC DOMICÍLIOS 2019 – Principais Resultados**. 2020b. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

CETIC.BR. **Sobre CETIC.BR**. S/D. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pagina/saiba-mais-sobre-o-cetic/92/>>. Acesso em 10 mar. 2021.

CHERNICHARO, L; BOITEUX, L. **Encarceramento Feminino, Seletividade Penal e Tráfico de Drogas em uma Perspectiva Feminista Crítica**. VI Seminário Nacional de Estudos Prisionais e III Fórum de Vitimização de Mulheres no Sistema de Justiça Criminal no Grupo de trabalho “Punição, Prisão e Gênero” na Universidade Federal do ABC 2014. Disponível em: <http://www.neip.info/upd_blob/0001/1566.pdf>. Acesso em 14 mar. 2021.

CNN - **Um em cada quatro brasileiros não acessa a internet, mostra pesquisa**. 26 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/2020/05/26/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COLBARI, Antônia. **Trabalho, auto-emprego e pequeno negócio: reconfigurando as estratégias de capacitação profissional e de desenvolvimento local**. XXX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2006.

_____. **A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 75-111, 2007.

_____. **Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos**. RIGS Revista interdisciplinar de Gestão Social an. /mar. 2015 v.4n.1 p .169-193 ISSN: 2317-2428 copyright@2015 www.rigs.ufba.br

COSTA, Barbara Regina Lopes. **Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica**. RIGS – Reviat Interdisciplinar de Gestão Social, V. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>> Acesso em: 18 out. 2020.

COSTA, Ilton Garcia da; SLOMP NETO, Frederico. **Limites da Entrevista de Candidatos a Vagas de Emprego Sob a Perspectiva dos Princípios da Intimidade e da Privacidade** Revista Relações Internacionais do Mundo **Atual** v. 1, n. 22 (2019) > disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3960/371372289>>. Acesso em 10 fev. 2021.

COUTINHO, Dalsiza; ALVES, Cláudia Macedo Giséli Ferreira; oSANTOS, Rosemeire dos. **Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social**. O Social em Questão - Ano XXIII - nº 47 - Mai a Ago/2020, 2020. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_6.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

CRAMER, Luciana; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; ANDRADE, Áurea Lucia Silvia; BRITO, Mozar José de. **Representações Femininas da Ação Empreendedora: Uma Análise da Trajetória das Mulheres no Mundo dos Negócios**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - REGEPE, v.1, n.1, jan/abril de 2012. Disponível em: <<https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/14/12>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo, **A Empresa de Si Mesmo: A assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares brasileiras**. São Bernardo do Campo – SP 2019. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas e Sociais.

CUNHA, André Moreira. **Estratégias periféricas sessenta anos depois do acordo de Bretton Woods**. Rev. Econ. Polit. , São Paulo, v. 26, n. 4, pág. 483-501, dezembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de maio de 2021.

DA SILVA, Jéssica Lourenço Barboza. **A proteção do trabalho da mulher e os impactos da reforma trabalhista** 03/09/2019
<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/a-protecao-do-trabalho-da-mulher-e-os-impactos-da-reforma-trabalhista/> Acesso em 20 jan. 2021.

DALLAN, Dalmo de Abreu. **Ser cidadão**. Lua Nova, São Paulo, v. 1, n. 2, pág. 61-64, setembro de 1984. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000200014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 de abril de 2021.

DANTAS, Laiz Fraga. **Feminismo E Teoria Crítica: Cruzamentos Entre Questões De Gênero E Marxismo**. Revista Ideação, Edição Especial 2018. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/3024>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DIEESE – **A inserção da população negra e o mercado de trabalho, 2020**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/graficoNegros.html>>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia, Boletim Especial 10/11/2020**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

DOURADO, Cristiane Serra Vilela. **Empreendedorismo Materno: A Importância do Comércio Eletrônico na Viabilidade de Novos Negócios Gestados por Mães**. Dissertação. Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. 2016. Salvador. UFBA. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21717/1/Cristiane%20Serra%20Vilela%20Dourado.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

DUARTE, Tânia Maria da Rosa. **Desemprego Feminino: A Experiência De Mulheres À Procura De Emprego Em Porto Alegre**. Universidade Federal Do Rio Grande do Sul. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205173>>. Acesso em 17 out. 2020.

EATWEL, J. **Desemprego em Escala Mundial**. *Revista. Economia e Sociedade*, Campinas (6):25-43, jun. 1996

EL PAÍS - **Nova York gasta 89 milhões de dólares para ‘exportar’ sem-teto para o resto dos EUA: Programa da prefeitura da maior cidade do país envia milhares de famílias a outras localidades**, 07 nov. 2019 , 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/internacional/1573059962_996748.html> Acesso em 30 out. 2020.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros**. *Brazil. J. Polit. Econ.*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 559-583, Sept. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572018000300559&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. *RAUSP Management Journal*, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999. Disponível: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18122/empreendedorismo--empreendedores-e-proprietarios-gerentes-de-pequenos-negocios> >. Acesso em 15 jan. 2021.

FRANCO, Paki Venegas e CEVARA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da Linguagem**. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>>. Acesso em: 13 out. 2020.

FRIAS, Lincoln; LOPES, Nairo. **Considerações sobre o conceito de dignidade humana**. *Revista Direito GV*, v. 11, n. 2, p. 649–670, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322015000200649&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 26 abr. 2021.

G1 – **Economia, Número de desempregados no mundo deve alcançar 190,5 milhões neste ano, diz OIT**, notícia de 20/01/20, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/20/numero-de-desempregados-no-mundo-deve-alcancar-1905-milhoes-neste-ano-diz-oit.ghtml>>. Acesso em: 30 de out. 2020

_____ **Cresce o número de sem-teto na Alemanha**. 11 novembro 2019, 2019. Disponível em:< <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/11/cresce-numero-de-sem-teto-na-alemanha.ghtml>>. Acesso em 30 out. 2020.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Repensando as políticas globais de erradicação da pobreza**. 2020. Revista de Direito Administrativo (RDA) o de Janeiro, v. 279, n. 1, p. 161-192, jan./abr. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v279.2020.81388>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GARCIA, Maria Fernanda. **Desigualdade social: 1 em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet**. 27/05/2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/desigualdade-social-1-em-cada-4-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet/>>. Acesso em 20 abr. 2021.

GEM - **Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil 2000**. 2000. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Empreendedorismo-no-Brasil-2000.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

_____ **Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____ **Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil 2019**. 2019. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

GEISLER, Adriana. **Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica**. Trab. educ. saúde , Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pág. 355-378, setembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000200008>.

GUIAME. **Empresas preferem contratar mulheres que não têm filhos**. 2011. Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/familia/empresas-preferem-contratar-mulheres-que-nao-tem-filhos.html>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. **A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos**. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 36, e0090, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982019000100159&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mar. 2021.

GUIMARÃES, Flávio Romero; NEWTON, Paulla Christianne da Costa; **Dizer-Se Parda, Para não se Dizer Negra: Autodeclaração entre Trabalhadoras Domésticas Sindicalizadas e não Sindicalizadas do Brasil**. Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais. Maranhão | v. 3 | n. 2 | p. 128 - 143 | Jul/Dez. 2017. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/3cb2/3919dffb2c9efb3b6f09ec5a165b2146fe9f.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. V. 17, n 1, 2014. pp 101/115. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a08v17n1.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 jul. 2020.

IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. 2008. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Trabalhadores_por_Conta_Propria_parte1.pdf>. Acesso: em 25 mai. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua - Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. 2018a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

IBGE. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. 2018b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>>. Acesso em 15 mar. 2021.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em 10 das 27 UFs no 3º trimestre de 2020**. Editoria: Estatísticas Sociais. 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29519-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-10-das-27-ufs-no-3-trimestre-de-2020>>. Acesso em 02 fev. 2021.

IBGE. **Desemprego, 3º Trimestre de 2020**. 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 26 jan. 2021.

IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. 2020c. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em 13 fev. 2021.

IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. 2020d. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em 14 mar. 2021.

IBGE. **Estatística de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2ª edição. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

ILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** RAUSP Management Journal, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

FORBES. **“Afrodescendentes têm crédito três vezes mais negado por instituições financeiras”, diz Nina Silva sobre empreendedores negros.** 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/principal/2020/07/afrodescendentes-tem-credito-tres-vezes-mais-negado-por-instituicoes-financeiras-diz-nina-silva-sobre-empreendedores-negros/>>. Acesso em 29 jan. 2021.

IPEA – **Anos 1980, década perdida ou ganha?** 2012. Desafios do Desenvolvimento, Ano 9, Edição 72. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02 nov. 2020.

_____ **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: Reflexões para o Caso Brasileiro a Partir dos Dados da PNAD Contínua. 2019a.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528_sumex.pdf>. Acesso em 14 fev. 2021.

_____ **Carta de Conjuntura, nº 45 – 3º Trimestre de 2019,** 2019b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190715_cc_44_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

_____ **Carta de Conjuntura, nº 47 – 2º Trimestre de 2020.** 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200430_cc47_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; FREITAS, Ana Augusta Ferreira de ; PAIVA, Thiago Alves. **O empreendedorismo acadêmico no contexto da interação Universidade - Empresa - Governo.** Cad. EBAPE.BR [online]. 2010, vol.8, n.4, pp.676-693. ISSN 1679-3951. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512010000400008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 mai. 2021.

KERGOAT, Danièle. **Compreender as lutas das mulheres por Sua emancipação pessoal e coletiva** - (Tradução de Michelle Redondo). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2021.

KOZESINSKI, Ricardo. **Uma proposta de tipologia para os novos empreendedores brasileiros sob a perspectiva da inovação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.12.2017.tde-13122017-152138. Acesso em: 09 mar. 2021.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia Popular na Península de Itapagupe: o Trabalho por conta própria**. 2002. Disponível em: <https://26f13ba8-a-62cb3a1a-sites.googlegroups.com/site/itcpucsalquivos/Economia%20Popular%20na%20Pen%C3%ADnsula%20de%20Itapagupe%20o%20trabalho%20por%20conta%20pr%C3%B3pria%20%20Gabriel%20Kraychete.pdf?attachauth=ANoY7crr9kau5-RcG2hCEqqigR8Yoer8BJuxmyxJffUcBSNwLAK2q3uSS0rINDiFA_nb-hHUBOs1iaselMWAK6VgHjMxFQICNYY-kOwTHCU3D0EqVkaO69FxdS9EQxXb3ZI_eXM6GPGaK8IGJ0r9iVo8vcic0ptFkUROwNfmkQul7JJXzXgHMz9QMts6BPUzjm-01qt35csw8KW7JvblkpWrcCbVetDV20xGOwcaJegrmkLrSAK3N07_CgRsCxtPD0OYAtMDA6oGfKXKCD7PjR77ec6GLJ0ZuZIIOPRqU2z1zdSbj5rypg52BZe2FqCghbzmV C49HhT5vd69P-mpsf6dJpXkX4GvKg%3D%3D&attredirects=0>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KURZ, Robert. **APOCALYPSE NOW! Sobre a relação entre emancipação e pessimismo cultural**. 1998. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz14.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **O Estado de Exceção molecular. Consciência de crise e “theological turn” (por sua vez teológica) da pós-modernidade**. Publicado na Folha de S. Paulo em 14 de agosto de 2005, em versão ligeiramente abreviada, com o título “Depois do fim” (tradução de Luis Repa). Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz202.htm>>. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política**. 1995, Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz66.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Não há Leviatã que vos salve. Teses para uma teoria crítica do Estado** (Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil). EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 7, Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://obeco.no.sapo.pt/rkurz390.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LIMA, Thales Batista de; COSTA Márcia da Silva. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013** Cadernos EBAPE.BR – FGV EBAPE 2015 Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 5, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016. 310-324 Artigo submetido em 6 de outubro de 2014 e aceito para publicação em 19 de outubro de 2015 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395135137> Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 5, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n2/1679-3951-cebape-14-02-00310.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao

Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004 Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279944/1/LopezRuiz_OsvaldoJavier_D.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.

MACHADO, Cecília. **Mulheres perdem trabalho após terem filhos**. FGV - Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas. 2016. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25799?show=full> Acesso em 02 fev. 2021.

MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o Estado Racional Moderno**. *Revista Eletrônica do CEJUR*, [S.l.], dec. 2006. ISSN 1981-8386. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14830>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MARQUES, Léa; HENRIQUE, Artur; TEIXEIRA, Daniel; ABÍLIO, Ludmila. **Informalidade: Realidades E Possibilidades Para O Mercado De Trabalho Brasileiro**. Fundação Perseu Abramo 2018.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

MELO, Natália Máximo e, **SEBRAE e Empreendedorismo – Origem e Desenvolvimento**. São Carlos, SP, 2008. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1476/2043.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 29 dez. 2020.

MEUCCI, Simone. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1183-1185, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552008000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MORENO, Renata. **A economia na agenda política do feminismo**. *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2021.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica**. *Informações Econômicas*, v. 24, n. 8, ago. 1994. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1379>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

NASCIMENTO, Luana Nogueira; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. **Reflexões acerca de Mulheres em Cargos de Gestão nas Organizações Empresariais**. *Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia*. V.13, N. 48 p. 86-96, Dezembro/2019.

Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2133/3495>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

NANKANI, Helen B. **Privatização em países em desenvolvimento: lições a tirar**, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fdesenvolvimento/article/viewFile/64819/62724>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

NATSUME, Alvaro Jim. **Empreendedorismo: Oportunidade ou necessidade? A crescente importância do empreendedorismo na sociedade moderna -** Campinas, Junho de 2004. Tcc Unicamp Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000330968>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

OIT - **Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil**, disponível: <<https://www.dieese.org.br/estudotecnico/2005/OITdomestico.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2021.

OIT - **Insuficiência de empregos remunerados afeta quase meio bilhão de pessoas, destaca novo relatório da OIT**, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_734838/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 22 out. 2020.

OLIVEIRA, Letícia Trevizolli de. **Quebrando O "Teto De Vidro": A Ascensão das Mulheres no Mercado de Trabalho À Luz das Políticas e Convenções Da Oit**, Revista Inclusiones Issn 0719-4706 Volumen 8 – Número Especial – Enero/Marzo 2021, Universidade Estadual Paulista, Brasil, Mtda. Aline Michelle Dib Universidade Estadual Paulista, Brasil
<http://revistainclusiones.org/pdf8/2%20Leticia%20et%20al%20VOL%208%20NUM%20ESP.%20ENEMAR%20PAZ%20EN%20LA%20TIERRA%202021INCL.pdf> Acesso em 09 fev. 2021.

OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro. **Turismo, Cultura e Meio Ambiente: estudo de caso na Lagoa do Abaeté em Salvador – Bahia**. 2009. Dissertação de Mestrado, UNB. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/9727/Dissertacao_Orlando%20Jose%20Ribeiro%20de%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 abr. 2021.

OLIVEIRA, Renata Rocha. **Empreendedorismo feminino no brasil e sua relação com variáveis econômicas**. 2017. Santa Maria RS Universidade Federal de Santa Maria Centro de Tecnologia Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção Dissertação mestre em engenharia de produção. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13589#:~:text=O%20crescimento%20do%20empreendedorismo%20feminino,por%20gerirem%20sozinhas%20suas%20fam%C3%A9lias.>>. Acesso em: 08 set. 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ONU – **Agências da ONU Alertam que mundo pode não cumprir meta sobre fome zero**, 13 julho 2020, 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719961>>. Acesso em 30 out. 2020.

ONU – **Cartilha ONU Mulheres: Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2016. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ONU Mulheres Brasil. **Sebrae se une à ONU para fortalecer empreendedorismo das mulheres**. 25 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/sebrae-se-une-a-onu-para-fortalecer-empreendedorismo-das-mulheres/>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ONU NEWS - **ONU diz que Apoio a Jovens Empreendedores Gera Benefícios e Empregos**. 02 Jul. 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/07/1718942>>. Acesso em 05 jan. 2021.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas**. 2004. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030**. S/D. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo et al . **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na visão de líderes formais**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 19, n. 71, p. 381-400, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2020.

PENA, Maria Valeria Junho; RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mulheres trabalhadoras: presença feminina na constituicao do sistema fabril**. 1980.Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PESSOA, Francilene Maria. **Empreendedorismo feminino: o perfil empreendedor de gestoras no bairro Alecrim/Natal/RN**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2015

PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho**, 2018. Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_d_e_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

PORTAL GELEDÉS. **A pedagogia negra e feminista de bell hooks**. 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-pedagogia-negra-e-feminista-de-bell-hooks/>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

RDA – Rede Brasil Atual. **Não existe empreendedorismo, mas gestão da sobrevivência’, diz pesquisadora**. Publicado em 26/02/2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/02/nao-existe-empreendedorismo-mas-gestao-da-sobrevivencia-diz-pesquisadora/>>. Acesso em 02 fev. 2021.

RIZEK, Cibele Saliba. **Viração e Trabalho: Algumas Reflexões sobre Dados de Pesquisa**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.11, n. 21, p. 49-58, 2006

ROBALDO, José Carlos de Oliveira. **Direito Penal como ultima ratio**. Disponível em: <<https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/direito-penal-como-ultima-ratio-jose-carlos-de-oliveira-robaldo>>. 08 de abril de 2009. Acesso em 04 nov. 2020

RME. **Quem são elas? Uma visão inédita do perfil da mulher empreendedora no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://rme.net.br/pesquisa/>>. Acesso em:

RME - **Empreendedoras e Seus Negócios - Perfil do empreendedorismo feminino no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://rme.net.br/pesquisa/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

RME – **Empreendedoras e seus Negócios 2018**. 2018. Disponível em: <<https://rme.net.br/pesquisa/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

RME – **Empreendedorismo no Brasil: um recorte de gênero**. Disponível em: <<https://rme.net.br/pesquisa/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

RME. **As mulheres pioneiras**. 2019. Disponível em: <<https://rme.net.br/2019/09/24/as-mulheres-pioneiras/>>. Acesso em 15 fev. 2021.

ROSSI, Maria de Fátima Pereira. **O trabalhador por conta própria: empreendedorismo e autoemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG**. 2018. Revista Ciências do Trabalho n. 12. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/177/pdf>>. Acesso: em 25 mai. 2021.

SALGADO, Gabriele Nigra. **Educação “Alternativa”: do Discurso à Imagem**. Tese. Doutorado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Florianópolis. UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187815/PEED1333-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 out. 2020.

SALGADO, Júlia; BAKKER, Bruna. **Quando a crise faz o empreendedor: desemprego e empreendedorismo no jornal O Estado de S. Paulo.**

Contemporânea- Revista de Comunicação e Cultura, 2017, 15.2: 590-608.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/17858>>.

Acesso em: 19 out. 2020.

SALGADO, Julia; JORGE, Marianna Ferreira. **Empreendedorismo materno: entre o ideal subjetivo e a frustração performática.** Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, cultura empreendedora e trabalho: consumo, narrativas e discursos, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018. Disponível em: <http://anais-comunicon2018.espm.br/GTs/GTPOS/GT1/GT01_SALGADO_JORGE.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** 2006. Disponível em: <

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf/>>. Acesso em: 18 de nov. 2020. [Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006].

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Vertentes Teóricas Sobre Empreendedorismo Em Shumpeter, Weber e McClelland: Novas Referências para a Sociologia do Trabalho.** Revista de Ciências Sociais, v. 40 n. 2 (2009): Dossiê: Instituições, Atores e Mediações. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufc.br/revciensoc/article/view/488>>. Acesso em 18 out. 2020.

SEBRAE. **Donas do Negócio 2018.** 2018. Disponível em: <

<https://datasebrae.com.br/painel-empendedorismo-feminino/>>. Acesso em 16 mar. 2021.

SEBRAE. **Empreendedorismo Feminino no Brasil - Relatório especial.** 2019a.

Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf>.

Acesso em 14 mar. 2021.

SEBRAE. **Empreendedorismo Feminino como Tendência de Negócios.** 2019b.

Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Empreendedorismo_feminino_como_tend%C3%Aancia_de_neg%C3%B3cios.pdf>. Acesso em 14 fev. 2021.

SEBRAE. **ASN – Agência Nacional de Notícias: Mulheres negras representam o segmento de empreendedores mais atingidos pela pandemia no Brasil.** 2020

<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/mulheres-negras-representam-o-segmento-de-empendedoros-mais-atingidos-pela-pandemia-no-brasil,facda4c6bd3b3710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>.

Acesso em 10 fev. 2021.

SEBRAE – a. **Blog do Sebrae/SC: Empreendedorismo social: propósitos em equilíbrio com os negócios.** S/D. Disponível em: <<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/empreendedorismo-social/>>. Acesso em 10 fev. 2021.

SEBRAE – b. **Observatório Internacional SEBRAE: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.** S/D. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>>. Acesso em 12 fev. 2021.

SEBRAE – c. **Quem Somos.** S/D. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quem_somos>. Acesso em 13 fev. 2021.

SEBRAE – d. **O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** S/D. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

SERRA, Carlos. **Racismo, etnicismo e xenofobismo.** Portal Geledés. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carlos-serra-racismo-eticismo-e-xenofobismo/>>. Acesso em 19 mar. 2021.

SILVA, Rodrigo Fernandes da. **A qualidade do serviço de acesso à internet para os consumidores brasileiros: um estudo sobre os elementos mais relevantes para a qualidade percebida pelos clientes.** Dissertação (mestrado profissional MPA) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29008/Operacao-Tecnologia-SilvaRodrigo-Disserta%c3%a7aoMPA_Final_ok.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOARES, Cecília Moreira. **AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em São Salvador no século XIX.** Revista Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais, UFBA, n. 17, 1996, p. 57 a 71.

SORJ, B. **Pronta para ser mãe? Políticas públicas de autonomia são paradoxais e reforçam papel maternal.** In Scarso, A. Brasil de Fato, 24 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10681>> Acesso em: 01 de mar. 2021.

SOUSA, Julianna de Melo e. **Trabalho da mulher- Mudanças e novidades trazidas pela Reforma trabalhista- Lei 13.467/2017.** 29/12/17
<https://juliannamel.jusbrasil.com.br/artigos/533834825/trabalho-da-mulher-mudancas-e-novidades-trazidas-pela-reforma-trabalhista-lei-13467-2017>

SCHOLZ, Roswitha. **FEMINISMO – CAPITALISMO – ECONOMIA – CRISE.** 2013. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz17.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **A teoria da dissociação sexual e a teoria crítica de Adorno.** 2007. Disponível em: <obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz9.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. **Sem luta nada se consegue.** 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz25.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____. **O valor é o homem - Teses Sobre a Socialização pelo Valor e a Relação entre os Sexos.** 1996. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz14.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **O fim da pós-modernidade e a ascensão de "novos" pseudo-realismos. Objecções da crítica da dissociação e do valor ao novo realismo, ao realismo especulativo e ao aceleracionismo.** 2018. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz31.htm>. Acesso em 14 mar. 2021.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão e COSTA, Juliana Prata da. **A Idade Média no Discurso Fílmico - Catálogo de filmes – volume 4.** Tipo de Suporte: E-book - PDF 1ª edição, setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.pem.historia.ufrj.br/arquivo/CatalogoFilmico4.pdf>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

SILVA, Marcella Carvalho de Araújo. **Notas etnográficas sobre o empreendedorismo em favelas cariocas.** Etnográfica [Online], vol. 21 (3) | 2017, outubro de 2017, 21 (3): 585-598. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etnografica/5056>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SOUZA, Cristiane Gomes de. **A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino.** Rev. katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, pág. 700-706, dezembro de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300700&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração.** Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 18, n. 6, p. 874-891, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552014000600874&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2021.

WAIZBORT, Leopoldo. **Apresentação: Max Weber hoje.** Tempo soc., São Paulo, v. 24, n. 1, pág. 18 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A questão social como “pobreza”: crítica à conceituação neoliberal.** Curitiba: Appris, 2011. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-86226/a-questao-social-como-e034pobrezae034--critica-a-conceituacao-neoliberal>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UHR, Daniel de Abreu Pereira; PAULA, Silvio da Rosa; VIEIRA, Luciane Machim; SANTOS, Marcus Vinícius Bastos dos; UHR, Júlia Gallego Ziero. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo: Preferências quanto ao Mercado de Trabalho, Empreendedorismo e a Estrutura Familiar no Brasil** https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_l/i13-24c4b37405b9f1ed5cfb3041f67212a8.pdf Acesso em 31 dez. 2020.

UNICEF/OMS - **Cuidados de criação para o desenvolvimento na primeira infância Plano global para ação e resultados Lançamento em maio de 2018.** Disponível em: <https://www.who.int/maternal_child_adolescent/child/nurturing-care-framework-first-consultation-pt.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2020.

UNIVERSA - #NiUnaMenos: **5 anos depois, América Latina continua mortal para mulheres.** 2020 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/04/niunamenos-5-anos-depois-america-latina-continua-mortal-para-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 05 fev. 2021.

VIECELLI, Cristina Pereira. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza.** 2020. Disponível em: < <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>>. Acesso em 14 mar. 2021.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 18 out. 2020.

VITORIANO, Barbara. **Empreender materno – Conheça as mães empreendedoras da Bahia.** 2015. Disponível em: <<https://redemaeempreender.com.br/conheca-maes-empreendedoras-da-bahia/>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

ZANELLO, Valeska. **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia.** In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

Referência Cinematográfica:

A Esposa. Direção de Björn Runge. Suécia/Estados Unidos, 2017. Drama, 1h41m.

APÊNCIDES

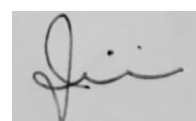
Apêndice 1 – Declaração de Compromisso de Anti-Plágio

Eu, JÚLIA MACHADO RIBEIRO, matrícula nº. 200006987 e estudante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC) da Universidade Católica do Salvador, **declaro** que o trabalho em versão impressa e digital apresentado é componente parcial da avaliação de (Mestrado), compondo-se de pesquisa original, ademais de confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas. Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UCSAL.

Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim, e que a utilização de contribuições e/ou textos de autores alheios estão devidamente referenciados - obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no Regimento Interno da Pós-Graduação dessa instituição.

Salvador, 28 de maio de 2021.



Júlia Machado Ribeiro

Apêndice 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa intitulada: “**TÍTULO**”, que está a ser desenvolvida pela pesquisadora Júlia Machado Ribeiro, em investigação de mestrado do curso de Pós-Graduação Interdisciplinar *Strictu Sensu* em Políticas Sociais e Cidadania.

Sua relevância se justifica pela divulgação do tema empreendedorismo materno e sua participação consistirá em ser entrevistada com base em um roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema-objeto estudado.

Haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista e, por conseguinte, ao decidir participar deste estudo esclareço que:

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, você poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas;
2. As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos acadêmicos e que sua identificação será feita de acordo com sua anuência e aprovação prévia (constante nesse Termo), assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo quanto à identidade, processo e relações de intimidade (caso seja indicado);
3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus;
4. Essa pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, e do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará consigo e a outra com o investigador. Caso desista da entrevista, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de interromper e excluir os dados coletados até o momento da declaração de não anuência. O benefício de sua participação consiste na ampliação do conhecimento sobre empreendedorismo materno trazendo resultados parciais e finais caracterizados pela produção e difusão de conhecimentos adstritos ao desenvolvimento deste mestrado acadêmico.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com o pesquisador, poderá entrar em contato por meio do telefone/e-mail/ endereço institucional:

Júlia Machado Ribeiro – Telefone: (71) _____ e/ou juliamarib@yahoo.com
 Universidade Católica do Salvador – **Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania** - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902. Telefone (71) 3203.8968. Para melhores esclarecimentos caso necessário.

Eu, _____, Portadora do R.G. _____
 aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e concordo em participar espontaneamente.

Salvador, ____/____/2020.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

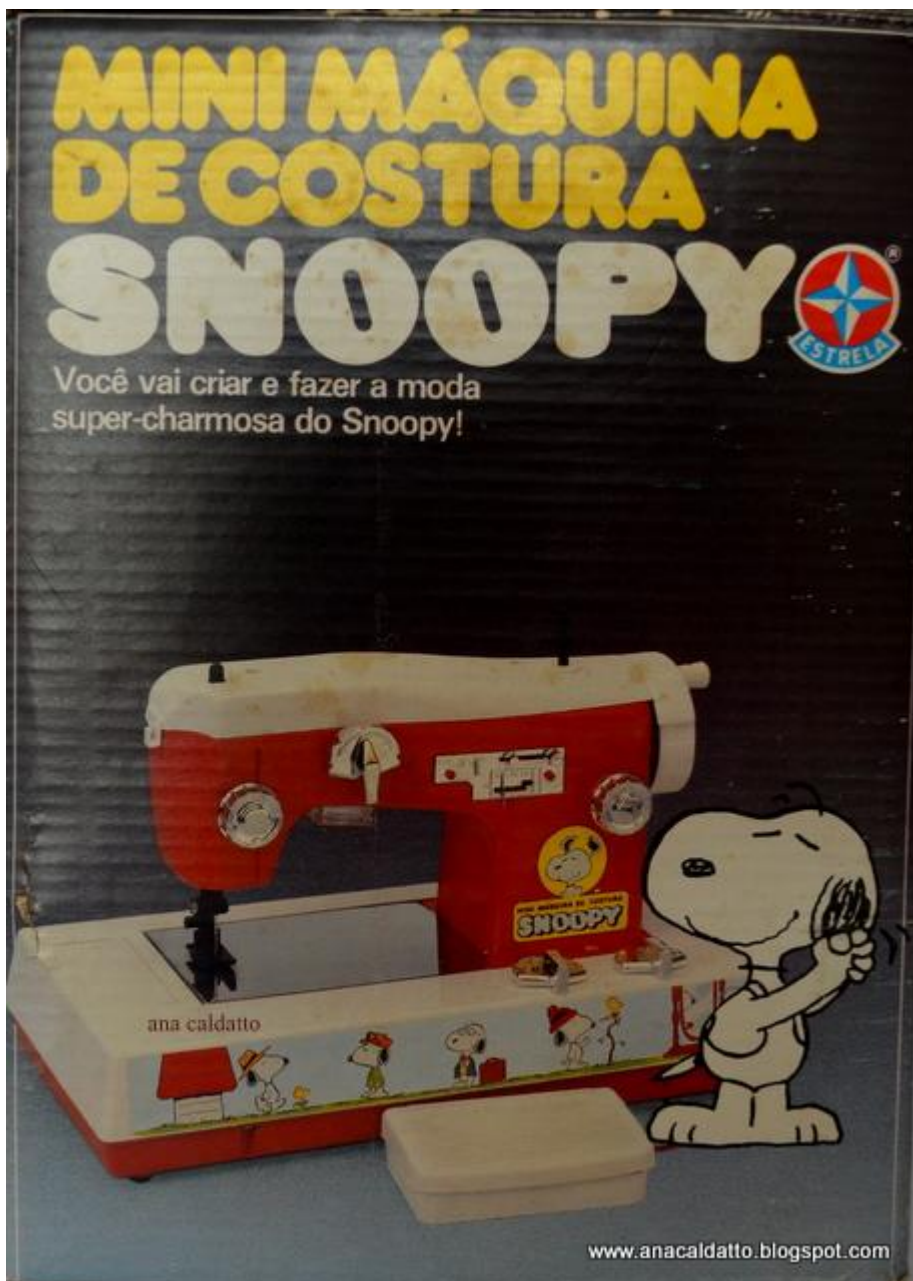
APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO

1. Nome
2. Idade
3. Escolaridade:
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Ensino Superior
Superior completo e pós-graduação (lato ou stricto sensu)
4. Cidade em que reside
5. Tem filha(s) ou filho(s)? Quantas(os)?
6. É casada ou tem companheira/o?
Sim
Não
7. Como você se identifica (conforme classificação do IBGE):
Preta
Parda
Indígena
Amarela
Branca
8. Em que categoria se enquadra seu negócio
Informal
MEI - Micro Empreendedor Individual
9. Qual a área do seu empreendimento (serviço, comércio, indústria, agropecuária, terceiro setor)? Fale um pouco sobre o que é seu negócio e sua função nele
Até 3 anos e 6 meses
Mais de 3 anos e 6 meses, menos de 6 anos
Mais de 6 anos
10. Para quem iniciou o empreendimento após a maternidade: quais os motivos que a levaram a iniciar um negócio? Se já havia iniciado o negócio antes de ser mãe: de que maneira a maternidade influencia na motivação para a continuidade do negócio?
11. Você tem ajuda de alguém no empreendimento como sócias/sócios ou empregadas/empregados? Fale um pouco sobre como a existência/inexistência dessas pessoas afeta a organização do seu tempo.

12. Quem é responsável e de que maneira é distribuído o trabalho com a casa e com os filhos? Você conta com a colaboração de diarista, empregada doméstica e/ou babá?
13. Conte um pouco sobre a sua rotina. Quanto tempo dispõe para o trabalho no empreendimento?
14. Quais as vantagens e desvantagens de ser uma empreendedora materna?
15. O empreendedorismo materno te conecta com outras mães ou você o vivencia de forma isolada?
16. O que você entende por emancipação e o que é necessário acontecer para que ocorra a emancipação das mulheres?
17. Analisando individualmente, você acha que se emancipou com seu empreendimento ou entende que através dele alcance a emancipação?
18. Você acha que a emancipação das mulheres (enquanto coletividade) pode ser alcançada através empreendedorismo materno? Por quê?

ANEXOS

ANEXO 1 – Mini Máquina de Costura do Snoopy



Fonte: CALDATTO, 2020, link: <https://anacaldatto.blogspot.com/2013/05/mini-maquina-de-costura-snoopy-anos-80.html>

ANEXO 2 - Conversa entre mães (Maternativa)

Maternativa
12 min • 📷

Olá
Gostaria de saber como vcs conseguem conciliar trabalho e filhos ?
Pois estou com dificuldade em horários e etc
Trabalho com artesanato em MDF

👍 3 5 comentários

👍 Curtir 💬 Comentar

👤 [Redacted]

Não conseguimos! 😂
Mas, por necessidade, a gente trabalha com filho no colo, faz ligação... Ver mais

Não conseguimos! 😂
Mas, por necessidade, a gente trabalha com filho no colo, faz ligação enquanto dá banho ou atende um "termineeeeeeei", faz comida enquanto ajuda na lição, come quando eles estão no banheiro ou dormindo... tenho trabalhado muito de madrugada!

👤 [Redacted]

E uma loucura kkkk as vezes durante a noite depois que dormem ou bemmm cedinho antes de acordarem 😂😂

10 min Curtir Responder

👤 [Redacted]

Na verdade não consigo, alguma coisa sempre fica negligenciada. O que funcionou aqui foi dividir o período com o pai, mas sei que não é possibilidade para muitas mulheres. Eu fico com o meu filho de manhã, o pai fica a tarde, aí consigo fazer no trabalho

Fonte: MATERNATIVA, 2020,
<https://www.facebook.com/groups/maternativabr/permalink/2632415040407096/>

link: